



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS- NÍVEL DE MESTRADO E
DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE

CLEUZA MARIA REICHERT

EDUCAR PARA UM TEMPO NOVO VIA EAD E ENSINO HÍBRIDO: A
TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL OPORTUNIZANDO A
EXPERIMENTAÇÃO EM PROL DA APRENDÊNCIA

CASCAVEL – PR
2021

CLEUZA MARIA REICHERT

**EDUCAR PARA UM TEMPO NOVO VIA EAD E ENSINO HÍBRIDO: A
TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL OPORTUNIZANDO A
EXPERIMENTAÇÃO EM PROL DA APRENDÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Linguagem - Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Helena Dal Molin

CASCADEL – PR
2021

**Ficha de identificação da obra elaborada através do formulário de Geração
Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste**

Reichert, Cleuza Maria

EDUCAR PARA UM TEMPO NOVO VIA EAD E ENSINO HÍBRIDO: A
TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL OPORTUNIZANDO A
EXPERIMENTAÇÃO EM PROL DA APRENDÊNCIA / Cleuza Maria
Reichert; orientadora Dra. Beatriz Helena Dal Molin. --
Cascavel, 2022.

105 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Ensino Híbrido (EH). 2. Ensino a distância (EaD). 3.
Tecnologia de Comunicação digital (TCD). 4. Aprendizagem . I.
Dal Molin, Dra. Beatriz Helena, orient. II. Título.

CLEUZA MARIA REICHERT

**“EDUCAR PARA UM TEMPO NOVO VIA EAD E ENSINO HÍBRIDO: A
TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO DIGITAL OPORTUNIZANDO A
EXPERIMENTAÇÃO EM PROL DA APRENDÊNCIA”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa “Linguagem: práticas linguísticas, culturais e de ensino”, **APROVADA**, pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Beatriz Helena Dal Molin
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)



Ana Paula Vieira e Souza
Universidade Federal do Pará (UFPA)



José Carlos dos Santos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Cascavel, 09 de fevereiro de 2022

Dedico este estudo aos meus colegas professores que, mesmo desacreditados, permanecem comprometidos com a educação, reinventando-se constantemente para atender a demanda educacional que se apresenta cada vez mais exigente.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Alexander Schweinberger e minha amada filha Alexia Reichert Schweinberger, que com muita paciência e incentivo, possibilitaram a realização deste estudo.

À professora Beatriz Helena Dal Molin, minha inspiradora, luz para o conhecimento, por me orientar com tanta sabedoria.

Aos mestres desta Instituição de Ensino que me auxiliaram no processo Aprendizagem.

Às queridas colegas Lara Mikal Holland Olizaroski e Ana Cristina Bonetti Brasil Soares, que contribuíram significativamente na construção da Aprendizagem.

Aos que acreditaram no meu potencial, por me impulsionar na busca do conhecimento. Por fazerem-me perceber que a realização dos meus sonhos depende apenas do meu próprio esforço.

A todos que de alguma forma contribuíram para tornar este sonho realidade.

“Precisamos ter a coragem de ensinar como quem lança sementes ao vento, com a esperança dos encontros que possam produzir, das diferenças que possam fazer vingar, nos encantando com as múltiplas criações que podem ser produzidas a partir delas, não desejando que todos façam da mesma maneira, sejam da mesma maneira”

(Silvio Gallo, 2012).

REICHERT, Cleuza Maria. **Educar para um tempo novo via EAD e Ensino Híbrido: a tecnologia de comunicação digital oportunizando a experimentação em prol da Aprendizência.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Helena Dal Molin

Data de defesa: 09 de fevereiro de 2022

RESUMO

A escola, por vezes apontada como um espaço raso de produção de conhecimentos, tem sido, há alguns anos, palco de debates. A situação conflituosa presente no sistema educacional se intensificou no ano de 2020, com o surgimento da pandemia do Novo Coronavírus, a qual ocasionou o isolamento social e, conseqüentemente, a suspensão das aulas presenciais e a imediata implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), evidenciando, assim, a problemática das escolas enquanto espaço de Aprendizência, principalmente, diante do uso da Tecnologia de Comunicação Digital (TCD) para fins educacionais e, da falta de capacitação dos docentes e discentes para atender a nova proposta de ensino. Deste modo, elencamos como problema de pesquisa, o ERE adotado na rede estadual de ensino do Paraná, pois pretendemos entender se este de fato garantiu o direito à educação e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Diante desse cenário, esta pesquisatomou forma, tendo como objetivo geral a reflexão sobre a modalidade de ERE, uma vez que ela é entendida pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) como possibilidade plausível de propiciar o acesso à educação e de garantir o avanço cognitivo, durante o período de isolamento social, dos estudantes da rede pública de ensino. Para alcançar o objetivo proposto, nos pautamos, metodologicamente, na pesquisa documental, de natureza qualitativa, com caráter descritivo, de paradigma interpretativista, ancorando a discussão em autores como Lévy (1998; 1999), Gallo (2002; 2012), Dal Molin (2003; 2008; 2015; 2020), Horn e Staker (2015), Nogaro e Cerutti (2016), Deleuze e Guattari (1996; 1997; 2000; 2002; 2010), Assmann (1998; 2000), Serres (2013), Martinazzo e Griebeler (2018), Litto (2010), Moita Lopes (2006) e Moran (2000; 2015). A pesquisa inscreve-se, teoricamente, na perspectiva da Linguística Aplicada (LA). Dentre os resultados alcançados, podemos elencar: i) o ERE foi implementado sem a observância do pressuposto pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e sem a devida discussão sobre a implementação com a Associação dos Professores do Paraná (APP), comunidade e pais; ii) a capacitação docente se deu tardia, muito lenta e fragmentada; iii) o suporte para atender as aulas remotas oferecidas aos alunos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) foi insuficiente, causando vários prejuízos no processo de Aprendizência e; iv) as constantes atribuições de atividades avaliativas e retirada das faltas dos alunos, em especial no final do ano letivo, apresentam danos ao que é considerado como processo de Aprendizência.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial; Capacitação docente e discente; Tecnologia de Comunicação Digital; Aprendizência.

REICHERT, Cleuza Maria. **Educar para um tempo novo via EAD e Ensino Híbrido: a tecnologia de comunicação digital oportunizando a experimentação em prol da Aprendizagem.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Helena Dal Molin

Data de defesa: 09 de fevereiro de 2022

ABSTRACT

The school, sometimes stated as a narrow space for the production of knowledge, has been, for some years, a stage for debates. The conflicting situation that is present in the educational system has intensified in 2020, with the emergence of the New Coronavirus pandemic, which caused social isolation and, consequently, the suspension of classroom classes and the immediate implementation of the Remote Emergency Education (ERE), evidencing, thus, the problem of schools as a space of Learning, mainly in face of the use of Digital Communication Technology (TCD) for educational purposes and the lack of training of teachers and students to face the new teaching proposal. Thus, we listed as a research problem, the ERE adopted in the state education system of Paraná, as we intend to understand if this in fact guaranteed the right to education and cognitive development of students. Given this scenario, this research took place, with the general objective of reflecting on the modality of ERE, since it is understood by the State Department of Education (SEED) as a plausible possibility to provide access to education and ensure advancement cognitive, during the period of social isolation, of students in the public school system. In order to achieve the proposed objective, we methodologically base ourselves on documentary research, qualitative in nature, with a descriptive character, with an interpretive paradigm, anchoring the discussion in authors such as Lévy (1998; 1999), Gallo (2002;2012), Dal Molin (2003; 2008; 2015; 2020), Horn and Staker (2015), Nogaro and Cerutti (2016), Deleuze and Guattari (1996; 1997; 2000; 2002; 2010), Assmann (1998; 2000), Serres (2013), Martinazzo and Griebeler (2018), Litto (2010), Moita Lopes (2006) and Moran (2000; 2015). The research is theoretically inscribed in the perspective of Applied Linguistics (AL). Among the results achieved, we can list: i) the ERE was implemented without complying with the assumption by the National Council of Education (CNE) and by the National Confederation of Education Workers (CNTE) and without proper discussion on implementation with the Association of Paraná Teachers (APP), community and parents; ii) teacher training took place badly late, too slow and fragmented; iii) the support to attend the remote classes offered to students by SEED was insufficient, causing several losses in the Learning process and; iv) the constant attributions of evaluation activities and removal of students' absences, especially at the end of the school year, damaged what is considered to be the Learning process.

Keywords: Emergency Remote Learning; Teacher's and student's training; Digital Communication Technology; Learning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modelo de Ensino Híbrido.....	47
Quadro 2 -	Metodologias Participativas.....	49
Quadro 3 -	Aula Expositiva Interativa.....	51
Quadro 4 -	Dificuldades de acesso à plataforma.....	72
Quadro 5 -	Pressão psicológica.....	74
Quadro 6 -	Desejo do retorno presencial e do professor regente.....	75
Quadro 7 -	Tutoriais e orientações.....	76
Quadro 8 -	O emprego durante a pandemia.....	77
Quadro 9 -	Excesso de atividades.....	79
Quadro 10 -	Comparação dos resultados das turmas das 2 ^a séries do Ensino Médio do C. E. Frentino Sackser de Marechal Cândido Rondon, PR. Referência: 2019 e 2020.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

EaD – Ensino a Distância

EH – Ensino Híbrido

ERE – Ensino Remoto Emergencial

SEED – Secretaria de Estado da Educação

MP - Metodologia Participativa

TCD – Tecnologia de Comunicação Digital

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O MUNDO DAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL (TCD). 21	21
1.1 EM BUSCA DE NOVOS SABERES.....	23
1.2 O ENCANTAMENTO DOS SERES.....	26
2 CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD).....	30
2.1 EaD A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: CONCEITO E PAPEL DOS ATORES QUE A COMPÕE.....	33
2.2 A COMPLEXIDADE PRESENTE NA EaD: DESAFIOS E PRECONCEITOS.....	37
3 CONCEITUANDO O ENSINO HÍBRIDO (EH).....	41
3.1 MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO EH.....	46
3.2 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA EDUCAÇÃO.....	48
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA GERAÇÃO DE DADOS.....	57
4.1 A GARANTIA DO DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO PRESENTE NOS DOCUMENTOS NORTEADORES.....	58
4.2 A CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA ATENDER A DEMANDA NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	66
4.3 DESAFIOS, SUPORTE E CAPACITAÇÃO DOS ALUNOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REMOTAS.....	71
4.4 RESULTADOS FINAIS DAS APROVAÇÕES, DAS REPROVAÇÕES E DA EVASÃO ESCOLAR DOS ANOS LETIVOS DE 2020 E 2019.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	83
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO A – DECRETO Nº 4230/2020.....	95
ANEXO B – OFÍCIO Nº 083/2021	102

INTRODUÇÃO

*“Um professor presente em uma sala de aula, apenas de corpo, mas ausente, omissos, e insensível faz sua aula ser uma “Educação distante”, enquanto que a modalidade de Educação a Distância humanizada e de qualidade a torna uma educação presente, fazendo a diferença na vida de muitos cidadãos impossibilitados de frequentar uma universidade de modo presencial”
(Beatriz Helena Dal Molin, 2003).*

Vivemos na era digital; porém, os avanços tecnológicos que fazem parte do mundo dos nossos estudantes, nascidos nesta era, nem sempre se refletem no processo de aprendizagem desses, menos ainda nas práticas de ensino dos professores, quiçá da vivência dos pais. Esse fato pode ser constatado quando observamos o uso da tecnologia como um auxiliar da Aprendizagem¹. Sabemos que “a cibercultura é uma realidade presente na sociedade e chegou até as relações escolares presentes no processo de ensinar e de aprender” (NOGARO; CERUTTI, 2016, p. 9). Essas relações estão fragilizadas, pois o aluno, aparentemente inserido no mundo digital, apresenta grandes dificuldades para a utilização dos dispositivos tecnológicos em atividades escolares e, por não ser motivado, passa a apresentar um comportamento de desinteresse, por vezes de indisciplina, o que desnuda a prática pedagógica da educação tradicional, obsoleta, que inquestionavelmente necessita ser revista e atualizada segundo ditames de um modo de ensinar e aprender.

A cibercultura é o meio para oportunizar novas metodologias que possibilitem ao aluno ser o protagonista de sua aprendizagem. Nesse aprender, segundo Nogaro e Cerutti (2016), o professor é um orientador, um mediador, um desafiante para as novas buscas e desafios do aprender com sentido, o que deve resultar em um aprendizado significativo. Esse processo exige um novo papel do professor e a dinâmica desejada é a de que cada ser que aprende ensina, independentemente se

¹ Conforme Assmann (1998), o termo pretende frisar o caráter de processo e personalização que está semanticamente embutido na terminologia disponível em outros idiomas, por exemplo, no it. apprendimento; no ingl. learning, learning processes; no al. Lernen. Em port. temos aprendido (foneticamente duro) e aprendizado (lavado com todas as águas behavioristas). Locuções com várias palavras são sempre possíveis, mas por vezes dão a impressão de circunlóquios pouco expressivos. Na língua francesa há quem se empenhe pelo mesmo tipo de neologismo: O termo “aprendizagem” (“apprentissage”) deve ceder o lugar ao termo “Aprendência” (“apprenance”), que traduz melhor, pela sua própria forma, esse estado de estar-em-processo-de-aprender, essa função do ato de aprender que constrói e se constrói, e seu estatuto de ato existencial que caracteriza efetivamente o ato de aprender, indissociável da dinâmica do vivo” (ASSMANN, 1998, p. 128).

esse é professor ou aluno, pois entendemos que a Aprendizência se dá na relação entre os sujeitos na qual um não existe sem o outro, ou seja, “O aprender só existe no ensinar e o ensinar no aprender” (NOGARO; CERUTTI, 2016, p. 10). Ao aceitar essa premissa, o professor passa a ver o aluno como participante no processo de ensino e aprendizagem, inspira-se e ampara-se no conhecimento e domínio tecnológico que que seus estudantes, como nativos digitais², possuem para propor aulas condizentes com a realidade na qual estão inseridos, fazendo da escola um espaço de Aprendizência relevante.

Na obra *Polegarzinha*, de Serres (2013), conferimos: “Não habitamos mais o mesmo tempo; eles vivem outra história” (SERRES, 2013, p. 17). Como toda mudança, esse processo de Aprendizência, no qual o professor precisa se adequar e continuamente se atualizar, não parece nada tranquilo. Apresenta em seu cerne inúmeras dificuldades que não podem ser ignoradas, mesmo porque a inserção da cibercultura no mundo da educação já não é mais uma escolha. Encontramos teorias de longa data, como constatamos em Lévy (1999), Dal Molin (2003), Serres (2013), Nogaro e Cerutti (2016), apontando a necessidade de mudanças nos modelos de ensino, mas as escolas ainda não estão preparadas para realizar a inclusão digital. Contudo, segundo Serres (2013), somos seres suscetíveis a mudanças, e essas por vezes são indesejáveis, forçadas por condições sociais, culturais, ambientais e científicas que adequam a realidade do ser à condição de sobrevivência, como o que ocorreu durante a pandemia do Novo Coronavírus em 2020.

No relatório técnico disponível na *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, de 14 de abril de 2020, Croda *et al.* (2020), afirmam a previsão do aumento de casos da COVID-19, e ressaltam que o isolamento social dos seres humanos, nesse período, é a garantia da amenização da situação posta. Para tal, urgem medidas e tomadas de decisões que envolvam todos os segmentos sociais dos países atingidos.

No Brasil, a preocupação com a pandemia veio à tona em meados do mês de fevereiro de 2020. E, logo em março, mais precisamente no dia 20, a Secretaria de

²Criado em 2001 pelo professor e educador americano [Marc Prensky](#), o termo “nativo digital” não diz respeito apenas a [influenciadores digitais](#), ou seja são as pessoas que reúnem duas características: nasceram a partir de 1980 e cresceram familiarizadas com a tecnologia, que entrou nos lares de todo o mundo no final daquela década para não mais sair. Depois disso, na era da internet, milhões de nativos digitais usaram ferramentas como blog, redes sociais e YouTube para se tornar influenciadores.

Estado da Educação (SEED), seguindo as instruções do Decreto 4320/20³, interrompeu o calendário escolar do ensino presencial.

Como medida de emergência, para não prejudicar o processo de ensino e aprendizagem/Aprendência e não correr o risco de perder o ano letivo, a SEED implementou o que inadequadamente denominou de Educação a Distância (EaD)⁴ nas escolas públicas do Estado. Na verdade, a secretaria se vale da Tecnologia de Comunicação Digital (TCD) para fazer um ensino remoto, confundindo EaD com metodologias que se valem das tecnologias sociais para um processo remoto de contato com os estudantes.

A relevância deste estudo reside principalmente na questão de que a escola não é vista pela sociedade como um espaço de aprendizagem, ampla e, muito menos, como engendradora de novos conhecimentos, fato denunciado por Geraldi (1997), que aponta a escola como um ambiente de reprodução científica, na qual o aluno apenas se apropria do conteúdo que é apresentado, pronto e/ou acabado, fazendo do professor um simples transmissor de conhecimentos, um controlador do saber, um sujeito desatualizado. Também confirmamos em Moita Lopes (2006), que as escolas não respondem aos anseios da sociedade e que devemos considerar a urgência de mudanças na metodologia de ensino e a criação de alternativas para os estudantes à margem da sociedade. Moita Lopes (2006) acredita que os alunos, mesmo os marginalizados, são capazes de produzir conhecimento e de dar respostas aos seus anseios. Para o pensador, temos a necessidade de reestruturar a educação,

³ Decreto nº 4320 de 16 de março, publicado no Diário Oficial (DOEPR). Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948>. Acesso em: 26 jan. 2021.

⁴ Existe uma certa confusão no uso e entendimento dos termos: Atividades Remotas e Modalidade de Educação a Distância. Não podemos considerar as aulas remotas uma modalidade de ensino. Atividades Remotas seriam, no caso desta pandemia uma solução rápida e aligeirada que pode ser acessível para muitas instituições. Este tipo de Atividade é normalmente utilizada em um curto período de tempo e com um certo percentual em relação a um curso ou a uma componente curricular. Já a modalidade de Educação a Distância, EaD, tem sua estrutura e metodologia pensados para garantir todo um processo de Educação ofertada tanto para graduação, como pós-graduação. É um sistema com regras e idiosincrasias de estrutura, de financiamento e de atuação. Oferta atividades também presenciais em forma de eventos, cursos, avaliações e palestras, mas a carga horária é sempre menor do que a realizada nos ambientes Virtuais de Ensino aprendizagem e por meio de outros dispositivos digitais, tais como web conferências e mídias sociais. Possui uma logística e metodologia próprias e uma estrutura e gestão diferente do ensino híbrido, no qual também se pode fazer uso da Tecnologia de Comunicação Digital (TCD), ou como querem alguns, ensino remoto. A falta de clareza ou desconhecimento das peculiaridades de cada um destes termos pode e tem gerado muita confusão e um falso juízo. Dal Molin, Beatriz Helena. (2020) Disponível em: <http://projetos.unioeste.br/moodle/institucional/course/view.php?id=1446>). Acesso em 19 de julho de 2021.

considerando as mudanças econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e midiáticas, que podem representar avanços ou exclusões sociais. Moita Lopes (2006) segue afirmando que a escola é um espaço que reproduz a pobreza simbólica, na qual o professor, os meios materiais e o currículo estão defasados em relação às TCD disponíveis na atualidade.

Partindo dessa compreensão, esta pesquisa busca refletir sobre a modalidade Ensino Remoto Emergencial (ERE), implementada pela SEED. Essa de fato propicia possibilidades para o acesso dos estudantes da rede pública de ensino, e reforça a garantia de direito à educação e do avanço cognitivo durante o período de isolamento social ocasionado pela pandemia do Novo Coronavírus? Para compreender este fenômeno na íntegra, fez-se necessário elencar os seguintes objetivos: i) conhecer os documentos norteadores que garantem, por meio de sua proposta inicial, o direito de acesso à educação a todos; ii) compreender como se deu o processo de capacitação docente para atender a demanda nesse processo educacional; iii) identificar os desafios enfrentados pelos estudantes em relação ao suporte e capacitação para o desenvolvimento das atividades remotas e o emprego das TCD propostas pela SEED; iv) apresentar e discutir resultados finais das aprovações, das reprovações e da evasão escolar dos anos letivos de 2019 e 2020.

Como técnicas e procedimento de geração de dados, partimos da análise documental em registro institucional da SEED; em site do sindicato APP-Sindicato; do Conselho Nacional da Educação, bem como, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação. Para tal, consideramos o pensamento de Moita Lopes (2006) sobre a teoria da Linguística Aplicada (LA), de natureza qualitativa, pautado em Minayo (2002) e, como perspectiva metodológica, a pesquisa documental, fundamentada em Gil (2002) e Lakatos e Markoni (2010), com viés do paradigma interpretativista, presente em Fonseca (2002). A pesquisa será descritiva e interpretativista, pois o corpus será constituído de documentos os quais ainda não foram analisados.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizaremos a teoria da Linguística Aplicada (LA) que, segundo Moita Lopes (2006), é vista como a área que problematiza a realidade. Ela contribui para a compreensão dos resultados da produção de conhecimentos, da construção da autonomia e da transformação da realidade dos alunos das escolas públicas envolvidos em atividades remotas durante o período de isolamento social, em consequência da pandemia do Novo Coronavírus. Segundo o

autor, a LA preocupa-se com problemas sociais, contribuindo para uma reflexão sobre novas possibilidades, como a que se apresenta na educação com a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), além de desencadear mudanças relevantes, como a capacitação dos docentes e discentes no que tange à utilização da TCD para melhorias na qualidade da educação e na vida dos sujeitos. Isso verifica-se especialmente quando se trata das minorias, consideradas vozes importantes para a mudança social.

A mudança é entendida como de grande relevância quando se refere à educação tradicional, pois, a partir desta concepção pedagógica, a escola não é percebida enquanto espaço de produção de conhecimento. “Cabe problematizar os modos de produzir conhecimento, de forma a falar diretamente às mudanças avassaladoras que vivemos na vida contemporânea” (MOITA LOPES, 2006, p. 90). O autor sugere que tenhamos um novo olhar e diferenciadas ações para a problemática e questiona como seria possível aproveitar esse novo olhar para enriquecer a prática educacional.

Essa reflexão é muito pertinente quando pensamos que o ambiente escolar deveria ser um espaço de produção de conhecimentos; entretanto, muitas vezes tal produção é considerada insuficiente e a escola é apontada como um lugar de exclusão social. Os materiais e dispositivos tecnológicos, por vezes até citados nos currículos, não atendem à necessidade da demanda. Além disso, podemos frisar a falta de capacitação ofertada aos professores e aos alunos, o que vem corroborar a problemática em questão, além do sucateamento do conjunto tecnológico que está presente nas escolas, com computadores defasados e internet de baixa potência e qualidade questionável.

As escolas deveriam ser precursoras da tecnologia, oportunizando aos estudantes melhores condições de enfrentamento da vida social. Mas não é o que acontece. Temos muitos conflitos a serem enfrentados para garantir uma educação de qualidade e uma produção de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de trazer as melhorias desejadas além da apropriação pelo corpo docente de uma nova forma de Aprendizagem.

Portanto, utilizaremos neste trabalho os pressupostos da LA por ela dialogar com a pesquisa documental proposta, considerando que esta poderá ter continuidade após o processo interpretativo. Além do mais, trata-se de uma pesquisa descritiva de um estudo documental de natureza qualitativa. Entendemos que “a metodologia

qualitativa se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos”, (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 269) descrevendo a complexidade dos dados coletados e fornecendo uma análise mais precisa e detalhada do estudo realizado.

No presente estudo, o foco é a análise e interpretação dos dados presentes nos documentos norteadores, das instruções normativas encaminhadas pela SEED às escolas públicas do Estado do Paraná, bem como a reflexão sobre as formações ofertadas aos professores e alunos para atender o ERE, durante o ano de 2020, período que compreende o isolamento social decorrente da pandemia.

A abordagem qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2002, p. 21). O estudo em questão fará uso da geração de dados a partir de fontes documentais. Dentre eles há alguns que envolvem números, como os resultados das aprovações, das reprovações e do abandono escolar. Esses dados numéricos, no entanto, não têm a necessidade de serem esquematizados e analisados quantitativamente. Apenas servirão para uma análise e interpretação dos fatores pertinentes para a compreensão do fenômeno em questão.

Sabemos que “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22). A pesquisa qualitativa é capaz de amparar análises suficientemente detalhadas sobre os dados coletados, visto que a proposta de estrutura desse modelo de abordagem de pesquisa não se apresenta de forma rígida e permite a criatividade, a imaginação e o envolvimento subjetivo.

Faremos uso da pesquisa documental sob o viés do paradigma interpretativista, o que, segundo Fonseca (2002), consiste no levantamento e análise de dados descritivos partindo da observação de documentos encontrados nos mais diversos meios.

Segundo pensadores como Gil (2002), Lakatos e Markoni (2010), a pesquisa documental diferencia-se da bibliográfica. A primeira, escolhida para a elaboração desse estudo, é mais diversificada e dispersa. Ela atribui espaço para prática interpretativista a partir de diferentes documentos, como os dados em atas de conselho de classe, documentos em instituições públicas, em sites, em redes sociais, em resoluções, em instruções normativas, enfim, são materiais coletados “que não

receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados” (GIL, 2002, p. 45), complementados para atender um propósito específico.

Ao fazer uso da pesquisa interpretativista a partir de documentos, promovemos discussões com a finalidade de instigar, por meio do olhar crítico, novos modos de compreender o fenômeno da Aprendizagem e a apropriação do conhecimento durante o período de isolamento em seu contexto social.

Entre as vantagens da pesquisa documental, segundo Gil (2002), está a consideração de que os documentos subsistem ao longo do tempo, tornando-se fontes relevantes na pesquisa. O pensador assinala que “são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios” (GIL, 2002, p. 47). Na pesquisa documental os dados são analisados em seu conteúdo e os instrumentos de coleta não são estruturados, mesmo porque pretendemos entender o processo e os resultados da implementação das atividades remotas emergenciais propostas no ensino público do Estado do Paraná e contribuir para melhorias significativas no processo de Aprendizagem.

Para compreender uma problemática tão recente e complexa, utilizamos os constructos filosóficos de Pierre Lévy (1998;1999) e seus pressupostos, elencando a importância do trabalho em rede; Michel Serres (2013), apontando os novos tempos e novos seres; Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), abordando os signos, o desejo e a experimentação; Beatriz Helena Dal Molin (2003; 2020), bem como, Nogaro e Cerutti (2016), enfatizando a necessidade de repensar a educação.

Os estudos dialogam com diversos outros pensadores. As leituras e reflexões realizadas ao longo do processo foram selecionadas para contemplar a compreensão do fenômeno em questão. Dentre eles destacamos Assmann (1998; 2000), Bortolotto (2007), Gallo (2002), Dal Molin (2003; 2005, 2012; 2020), Martinazo e Griebeler (2018), Moran (2000; 2015; 2017), assim como, Queiroz e Moita (2007).

Com a análise documental pretendemos atender o objetivo deste estudo. Iniciamos o processo de busca, a princípio, solicitando a autorização da SEED para obtenção da documentação necessária, como a premissa, as resoluções e as instruções normativas que regeram o trabalho pedagógico, com o intuito de averiguar a garantia do direito de acesso à educação para todos os alunos. Também solicitamos os informativos sobre os cursos de capacitação docente e discente ofertados, especialmente pensados para a implementação e o sucesso das atividades remotas

propostas pela SEED no ano de 2020, junto à instituição de ensino, ao Núcleo Regional de Educação (NRE) e à SEED, via telefone, *WhatsApp* e *e-mails*, além da realização de pesquisa no site www.diaadiaeducacao.pr.gov.br, contendo dados a respeito da legislação da SEED.

Na tentativa de verificar a apropriação do conhecimento e o crescimento cognitivo dos estudantes neste período, faz-se necessário comparar e analisar os resultados das aprovações, das reprovações e da evasão escolar, dos anos de 2019 e 2020. Para tanto, entramos em contato com o responsável pelo Censo Escolar, na própria instituição de ensino que repassou todos os dados presentes nas atas do conselho de classe final, referente às 2ª séries do Ensino Médio dos respectivos anos.

Para uma melhor organização desse estudo, o dividimos em quatro capítulos. O primeiro, que aborda o mundo da Tecnologia de Comunicação Digital (TCD), apresenta o mundo cibernético e sua célere relação com a sociedade, conforme fundamentado pelo pensamento filosófico de Pierre Lévy, enfatizado por Beatriz Helena Dal Molin, Arnaldo Nogaro e Elizabete Cerutti. Falamos também da busca de novos saberes, que trata da necessidade de mudanças no sistema educacional. Para tal, além dos pensadores já mencionados, bebemos em Gilles Deleuze e Félix Guattari, abordando a questão dos signos, do desejo e da experimentação, e em Michel Serres, que traz uma nova percepção da utilização da rede e dos dispositivos tecnológicos. Outros pensadores, não menos relevantes como Arnaldo Nogaro e Elizabete Cerutti, assim como Hugo Assmann, que enfatizam a necessidade de novos modelos de Aprendizagem e apontam meios de encantar e reencantar a educação, a qualidade da produção do conhecimento, bem como a relevância da TCD nas escolas, a necessidade de mudanças no sistema educacional e a importância da prática do trabalho pedagógico docente responsável, criativo e emancipador.

O segundo capítulo foi construído com o intuito de oportunizar uma melhor compreensão do que vem a ser a Educação a Distância (EaD). Discutimos como essa modalidade de ensino pode estar sendo entendida de modo equivocado pelo governo do Estado do Paraná, fazendo-se mister esclarecer o conceito, a dinâmica, o papel da EaD e o papel dos atores que a compõem, bem como a complexidade, os desafios e os preconceitos inerentes a essa modalidade de ensino.

Objetivando melhorias para o futuro da educação, abordamos, no terceiro capítulo, uma modalidade de ensino interessante e inovadora: o Ensino Híbrido (EH). Faz-se necessário trazer à tona o conceito e os modelos de implementação dessa

modalidade de ensino, bem como apresentar algumas Metodologias Participativas⁵ (MP) capazes de possibilitar grandes mudanças apontadas e desejadas por muitos pensadores, profissionais da educação, assim como pela sociedade em geral.

No último capítulo, será o momento no qual apresentamos e discutimos, à luz dos pensadores, uma análise e interpretação da geração de dados para compreender se a metodologia de ensino implementada pelo governo paranaense realmente tornou possível o direito de acesso à educação e como se deu o suporte e a capacitação para essa garantia, assim como entender os resultados dessa implementação.

Considerando que os documentos requeridos são públicos e de fácil acesso, às informações, as tomadas de decisões e de ações, tanto por parte do governo estadual como dos sindicatos envolvidos, serão de grande valia.

Partindo da análise e interpretação de dados coletados, pretendemos elencar contribuições para a discussão de políticas educacionais adequadas, novos modelos de ensino para a consolidação de uma educação significativa capaz de atender às reais necessidades dos nossos jovens alunos, possibilitando a eles um aprendizado coeso e coerente, auxiliando-os em seus projetos de vida.

Desejamos que a produção desse estudo proporcione resultados que venham contribuir significativamente para a mudança desejada no processo de Aprendizagem.

⁵ Ao que se convencionou chamar de Metodologias Ativas, preferimos usar a terminologia Metodologia Participativa, dado que concebemos que a aplicação de qualquer tipo de estratégia ou metodologia, no fazer pedagógico, deve levar os estudantes a um ato participativo por meio do qual a potência para formar-se uma Inteligência Coletiva passa a ser incentivada e enfatizada no gasto colaborativo.

1 O MUNDO DAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL (TCD)

“[...] por intermédio de signos [...] e não pela assimilação de conteúdos objetivos. [...] nunca se aprende fazendo como alguém, mas fazendo com alguém, que não tem relação de semelhança com o que se aprende”
(DELEUZE, 2003, p. 21 in GALLO, 2012, p. 4).

Ah, o mundo da tecnologia! Como não nos encantarmos diante de tanta abrangência? Em apenas um clique, o registro de um momento inesquecível, um toque na tela do celular e estamos em contato com quem amamos e que está a léguas de distância; viajamos e conhecemos lugares incríveis sem sequer sair de casa. Outro toque na tela e nos encontramos diante de um mundo inimaginavelmente amplo, repleto de informações ao nosso alcance e, melhor de tudo, em tempo real. Um mundo vasto, significativo, com possibilidades infinitas de lazer, entretenimento, informação e aprendizado, inteiramente à nossa disposição.

As tecnologias são importantes criações humanas, sendo a Tecnologia de Comunicação Digital (TCD), uma das mais salientes dos últimos tempos. Presentes em nossas vidas, as tecnologias são consideradas quase tão relevantes como a água que bebemos. Quando paramos para pensar em algo que não faça uso da tecnologia, nos damos conta de que ela está em tudo e não há como dela se abster.

As dádivas provenientes do uso das TDICs são reais e irreversíveis, isto é, sua presença em nossas vidas tornou-se definitiva. Não sabemos mais viver sem elas e nem nos adaptariamos se houvesse possibilidade de retorno a estágios anteriores. A incorporação dos meios digitais de comunicação e informação em nossa vida e hábitos cotidianos nos torna diferentes (NOGARO; CERUTTI, 2016, p. 51).

Mas, como tudo o que é novo causa dúvidas e estranhamento, a tecnologia também desperta esses sentimentos, exatamente como aconteceu com o domínio do fogo, a criação da roda, entre inúmeras outras invenções que poderíamos elencar. Esses sentimentos, no entanto, são facilmente superados quando do enfrentamento de uma situação na qual a escolha pareça óbvia, como a praticidade de acender a chama do fogão em vez de uma fogueira. É claro que, tal qual ocorrido com as criações anteriores, há resistência, e, com ela, um atraso não desejado, como é o caso da utilização da TCD no processo de Aprendizagem.

É preciso compreender a TCD, uma vez que o cerne da questão é “reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural” (LÉVY, 1999, p. 10).

A interação nesse célere mundo, não tão novo assim, faz com que tenhamos novas possibilidades. As tecnologias

[...] possuem capacidade de alterar a subjetividade humana, mas as tecnologias de comunicação digital alteram-na, ainda mais, ao possuírem a propriedade de trazer em sua essência uma espécie de síntese de todas as tecnologias que as precederam (DAL MOLIN; ALVES, 2012, p. 2432).

A TCD mudou o mundo, a maneira como vivemos e convivemos nele em relação às pessoas e às máquinas. Os computadores mudaram o processamento das informações, “mudou a forma de se comunicar e democratizar informações, conhecimento e torna diferentes as formas de exprimir pensamentos” (NOGARO; CERUTTI, 2016, p. 53).

A liberdade de proposição de pensamentos e ideias opostas às admitidas pelo conhecimento aceito como verdadeiro favorecem o progresso. Lévy (1998) aponta a invenção da *internet* sendo usada para trocas de ideias, cooperações e, segundo o pensador, é o ciberespaço - dispositivo de comunicação interativo e comunitário - que favorece a inteligência coletiva. Para o autor, “a cibercultura é uma nova forma de comunicação gerada pela interconexão de computadores ao redor do mundo, abrangendo um universo informacional que abriga os seres humanos que a utilizam” (LÉVY, 1999, p. 99).

As mudanças avassaladoras não perdoaram o sistema educativo, que está cada vez mais fragilizado, e isso nos faz refletir sobre os resultados do trabalho pedagógico desenvolvido, sobre como temos enfrentado a nova maneira de ensinar, considerando que “Não se tem uma concepção pronta de como educar na cibercultura, mas é preciso repensar os métodos que estão sendo utilizados e os que devem ser inseridos e adaptados nesse novo contexto” (NOGARO; CERUTTI, 2016, p. 25). Por isso, o professor deve estar preparado, capacitado e amparado para o enfrentamento da realidade.

1.1 EM BUSCA DE NOVOS SABERES

A fundamentação teórica para essa pesquisa nos possibilitou perceber que as escolas, que deveriam ser o principal espaço de produção de conhecimento, não conseguem atender às expectativas. Pensadores como Lévy (1998; 1999), Dal Molin (2003; 2008; 2015), Serres (2013), Deleuze e Félix Guattari (2010), Nogaro e Cerutti (2016), entre outros, postulam a necessidade de mudanças nos sistemas de ensino.

Dentre os fatores que levam à problemática são apontados o avanço tecnológico ignorado pela maioria dos atores institucionais, a inexistência de políticas sociais adequadas para a manutenção da estrutura física, tecnológica e humana nos ambientes escolares, o “currículo e metodologias que não preveem espaço para o uso de tecnologias; [...] pouca interação e criatividade; concepção equivocada de que os artefatos ou ferramentas são para “brincar”, “passar tempo” (NOGARO; CERUTTI, 2016, p. 80, grifo do autor), assim como a depreciação constante dos docentes por falta de capacitação profissional, e a falta do desejo - entendido por Deleuze e Guattari (2010) como produção. Uma produção real que, ao ser experimentada, garante a existência – e, quando não, o comodismo que impera nesse meio.

Como podemos notar, o desejo por um novo fazer pedagógico, um novo tipo de produção de conhecimento, de expansão da realidade, das relações sociais, dos processos educativos, de novas organizações por meio de produções científicas, da construção de um conjunto de propostas, de um arranjo de novos agenciamentos, considerando a Aprendizagem, exige a observância das mudanças iminentes.

Sentimos ser urgentemente necessária essa mudança decisiva do ensino – mudança que pouco a pouco repercute na sociedade mundial e no conjunto de suas instituições ultrapassadas; mudanças que não abala apenas o ensino, mas também e muito, o trabalho, as empresas, a saúde, o direito e a política, isto é, o conjunto de nossas instituições (SERRES, 2013, p. 27/28).

Assim como Dal Molin (2003; 2015) e Assmann (1998), Queiroz e Moita (2007), falam sobre a necessidade de encantar e reencantar a educação, seguem versando que a escola “deveria voltar a seduzir, a transformar, a cativar” (QUEIROZ; MOITA, 2007, p. 2). No entanto, os questionamentos de como, o que falta e o que fazer para concretizar esse desejo continuam pairando nesse meio.

Observamos em Bortolotto (2007), que existe uma grande resistência por parte dos atores institucionais escolares em buscar ou aceitar as mudanças para melhorias de qualidade na educação. A autora questiona a cristalização dos modelos de educação utilizados ao longo da história, e aponta como um dos problemas a política educacional do país, presente em livros e manuais com roteiros a serem seguidos.

Também elenca como possível problema da resistência e do insucesso a falta de cuidado com o professor, que “muitas vezes se desestabiliza [...] com a ameaça de lhe arrancar as raízes, mas não são oferecidas as condições necessárias” (BORTOLOTTI, 2007, p. 110) para a construção da autonomia e a mudança pedagógica desejada.

Segundo a autora, isso faz “sentido porque se desenha o estranhamento – e conseqüentemente a insegurança – quando se trata de construir críticas e relações para o ‘dado’ e o ‘novo’ nos desdobramentos da prática educativa” (BORTOLOTTI, 2007, p. 109, grifo do autor). Assim, postula que repensar o fazer pedagógico é necessário, desde que, contudo, se dê segurança ao professor para tal mudança.

Os pensadores Martinazzo e Griebeler (2018), acreditam que a mudança desejada poderá ocorrer no século XXI, e apontam a “crise e a revolução dos fundamentos do conhecimento científico” (MARTINAZZO; GRIEBELER, 2018, p. 480) e, com isso, a possibilidade de novas descobertas no mundo cibernético. Esse avanço das tecnologias traz um anseio muito grande em seu desenvolvimento e na apropriação desse dispositivo para aquisição de informações e produção de conhecimento.

Considerando a crise e a revolução citadas acima, a necessidade de repensar a escola e incorporar os recursos tecnológicos às práticas pedagógicas é imprescindível. Como constatamos na citação de Dal Molin (2003), é preciso “Repensar o fazer pedagógico como o espaço onde as novas relações simbólicas entre sujeitos, instituições de ensino e sociedade devem ser redimensionadas a partir da atuação interativa entre humanos e não-humanos” (DAL MOLIN, 2003, p. 16).

Como vemos, a angústia por mudanças nas relações entre homem e máquina não é nova. Lévy (1999) e Dal Molin (2003) teorizam essa necessidade há vários anos, mas, na prática, não percebemos grandes resultados. Resta saber até quando ficaremos inertes diante de tal situação.

Em Gallo (2002), observamos que há a necessidade de provocar um estranhamento na educação. Podemos dizer que esse estranhamento aconteceu com

a implementação das atividades remotas pelo uso da TCD de modo emergencial na rede pública do estado do Paraná, e esse “novo” poderá abrir o caminho para direcionar a forma de produzir, armazenar e disseminar a informação adquirida, para que essa se transforme em conhecimento. Informar-se não basta. É preciso que a escola, a partir da informação, passe a produzir conhecimentos.

Nas escolas públicas, em 2020, esse processo foi acelerado devido à preocupação com a garantia do direito ao acesso à educação. “Inserida nessa realidade, a escola, mais que perceber tais transformações, necessita presentificá-las em suas ações educativas (DAL MOLIN, 2003, p. 163). E, ao fazê-lo, considerando a responsabilidade para com a qualidade de ensino, a escola pode vir a ser um espaço interessante que preparará o aluno para o seu futuro. A aprendizagem deve centrar-se na capacitação do aluno, como sujeito único, que, em seu protagonismo, será capaz de produzir conhecimento. E, para o professor, envolvido ele também nesse processo de aprender a dominar o ciberespaço, a TCD passará a encorpar e dar consistência ao que Assmann (1998) denominou de Aprendizagem.

Para que isso seja possível, faz-se necessário repensar os sistemas educacionais e redimensionar os valores humanos, aprofundar as habilidades individuais e coletivas, oportunizando uma relação professor e aluno mais motivante e participativa. O fazer pedagógico, segundo a autora, carece de trocas, “de vivências educativas em permanente renovação e em constante convite à criação, à criatividade e à transversalidade” (DAL MOLIN, 2003, p. 162). Nessas trocas de informações entre professor e aluno, em um processo no qual um aprende com o outro, ocorre a Aprendizagem, a participação ativa dos estudantes, utilizando os dispositivos tecnológicos e redes sociais introduzidas pela medida emergencial proposta pela SEED, ainda que se enfatize a falta de investimentos dos governos, tanto para capacitação docente, quanto de investimentos em aparatos tecnológicos, e em potência da internet para as escolas que, segundo Assmann (2000), “ajudam a intensificar o pensamento complexo, interativo e transversal, criando novas chances para a sensibilidade solidária no interior das próprias formas do conhecimento” (ASSMANN, 2000, p. 7).

Moran (2000), acredita que para o processo de Aprendizagem se concretizar é preciso haver uma colaboração por parte de todos, atores institucionais e organizações, para que ambos, professores e alunos, consigam transformar as ações do cotidiano escolar em processos permanentes de produção de conhecimento. Além

disso, argumenta que a mudança qualitativa no processo de Aprendizagem deve partir da integração inovadora de todas as tecnologias e, nós acrescentamos que do domínio da mesma pelos usuários. Percebemos que, ao fazer uso da tecnologia, com a competência e com um construto teórico consistente, o professor consegue ampliar significativamente sua proposta de trabalho e passa agir como um orientador dos conhecimentos que serão estudados. Esse processo pode acontecer de forma presencial, por meio de metodologias participativas, ou à distância, através de um ambiente virtual. Moran (2000) e Lévy (1999), citam a *internet* como meio de favorecer a construção cooperativa e colaborativa como a produção de conhecimentos para a sociedade como um todo.

1.2 O ENVOLVIMENTO INTENSO DO HUMANO COM O NÃO HUMANO

O mundo tecnológico digital, ao alcance de nossas mãos, necessita de profissionais da educação envolvidos e inspirados para transformar a realidade, com o intuito de reencantar a prática pedagógica, “visando ao sucesso de nossos alunos na escola, [por meio de proposições de] atividades escolares planejadas para ensinar habilidades cognitivas” (QUEIROZ; MOITA, 2007, p. 5, grifo nosso).

Segundo Queiroz e Moita (2007), esse reencantar exige que se faça uso da TCD disponível, de metodologias participativas inovadoras, da criatividade dos professores para oportunizar um trabalho educacional que considere a transdisciplinaridade⁶ que permita a discussão justaposta e a percepção da relação

⁶ A pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um tópico de pesquisa não apenas em uma disciplina, mas em várias ao mesmo tempo. Por exemplo, uma pintura de Giotto pode ser estudada não apenas dentro da história da arte, mas também dentro da história das religiões, da história europeia e da geometria. Ou a filosofia marxista pode ser estudada pelo enfoque da filosofia combinada à física, à economia, à psicanálise ou à literatura. O tópico em questão será enriquecido pela associação das perspectivas das várias disciplinas. Além do mais, nossa compreensão do tópico em termos da própria disciplina em questão é aprofundada pela fértil abordagem multidisciplinar. A multidisciplinaridade aporta um "plus" à disciplina em questão (história da arte ou filosofia em nosso exemplo), mas esse "plus" está sempre a serviço da disciplina-foco. Em outras palavras, a abordagem multidisciplinar ultrapassa as fronteiras disciplinares, enquanto sua meta permanece nos limites do quadro de referência da pesquisa disciplinar. Interdisciplinaridade tem um objetivo diferente da multidisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina à outra. Podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) um grau de aplicação. Por exemplo, quando os métodos da física nuclear são transferidos para a medicina, resultam no aparecimento de novos tratamentos de câncer; b) um grau epistemológico. Por exemplo, transferindo os métodos da lógica formal para a área do direito geral, geram análises interessantes de epistemologia do direito; c) um grau de geração de novas disciplinas. Por exemplo, quando métodos da matemática foram transferidos para a física geraram a física matemática e, quando transferidos para os fenômenos meteorológicos ou para os processos do mercado de ações, geraram a teoria do caos; transferindo métodos da física de partículas para a astrofísica, produziu-se a cosmologia quântica e, transferindo métodos computacionais para a

do conteúdo nas diferentes disciplinas; a multidisciplinaridade, na qual um conteúdo recebe vários olhares de diversas áreas; a transdisciplinaridade, que procura compreender a realidade, buscando entender a complexidade de um objeto de estudo, bem como do encontro com os signos.

Esse encontro com os signos é abordado por Gallo (2012), quando aponta o processo de Aprendizagem do século XX. As teorias pedagógicas se fundamentam na crença de que aprendemos o que nos é ensinado, podendo o ensino ser facilmente controlado. No entanto, nesse processo não se considera que o aprendizado se dá de forma diferente para cada ser. Inspirado em Deleuze e Guattari (2002), o autor lembra que o aprender é um encontro com signos e considera que esses são motivos de aprendizagem quando alguém se torna sensível ao signo a ser conhecido, e que o ato de aprender nada mais é que a interpretação desse signo. O autor fala que a relação entre os sujeitos ou desses com os signos podem gerar o aprendizado, mesmo que não tenhamos consciência disso durante o processo de Aprendizagem. Mas, no final, ele se torna perceptível, passa a fazer sentido, pois pensar é experimentar, mas a experimentação é sempre o que se está fazendo – o novo, o notável, o interessante, que substituem a aparência de verdade e que são mais exigentes que ela (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Cada sujeito aprende à sua maneira, em seu ritmo, e cada um traz, *a priori*, conhecimentos diferentes dos demais. Gallo (2012), utilizando-se da filosofia de Deleuze e Guattari (2002), confirma que não sabemos como um sujeito aprende, mas que o aprendizado se dá pela experimentação por intermédio dos signos, pois não aprendemos “fazendo como alguém, mas fazendo com alguém, que não tem relação de semelhança com o que se aprende” (DELEUZE, 2002, p. 21 in GALLO, 2012, p. 4). De fato, no cotidiano escolar percebemos que os alunos aprendem quando são expostos a situações problema, no qual precisam encontrar soluções partindo do conhecimento que trazem inerentes a sua experiência de vida, por mais jovens que sejam, pois, a aprendizagem coerente e coesa parte do protagonismo desses alunos.

arte, obteve-se a arte computacional. Assim como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas seu objetivo permanece dentro do mesmo quadro de referência da pesquisa disciplinar. Como o prefixo "trans" indica, a transdisciplinaridade diz respeito ao que está, ao mesmo tempo, entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, e um dos imperativos para isso é a unidade do conhecimento.

Compreendemos, assim, o pensamento de Deleuze e Guattari (2010) ao perceber que o aluno passa a aprender no momento em que entra em contato com o signo, e este passa a fazer sentido para o estudante. Desta forma, motiva-se a busca do conhecimento como signo e sentido ao estudante e a comunidade escolar, gerando assim a Aprendizência.

O processo de Aprendizência não pode partir de uma proposta pronta e acabada. O principal interessado, que é o aprendente, deve ser o protagonista desse processo e precisa estar motivado para a busca do conhecimento. A imprevisibilidade de quando aprendemos acaba com a teoria da pedagogia que até então acreditava possuir o controle do processo de aprendizagem, mesmo porque, segundo Deleuze e Guattari (2010), não percebemos quando aprendemos, apenas o fazemos a partir do momento em que compreendemos o objeto de estudo e este passa a fazer sentido em nossas vidas.

Gallo (2012) postula que “Não há métodos para aprender, não há como planejar o aprendizado. Mas o aprender acontece, singularmente, com cada um” (GALLO, 2012, p. 5). É importante considerar as necessidades de cada sujeito, respeitando seu ritmo e o conhecimento inerente devido a experiência de vida que possui. Deleuze e Guattari (2010), colocam ênfase no intermediário entre o não saber e o saber, e consideram o processo de Aprendizência uma passagem de um para outro. Dessa forma, forçar métodos para um aprendizado homogêneo, o que vem acontecendo nas escolas tradicionais, é um grave equívoco, considerando que não se aprende imitando, mas convivendo, praticando e experimentando, o que causa um movimento na sensibilidade e proporciona o conhecimento.

Para Gallo (2012), o “ensinar consiste em emitir signos, sem que tenhamos controle em relação ao que será feito com eles, por aqueles que os encontrarem” (GALLO, 2012, p. 9). Destarte, enquanto professores, devemos nos preocupar quando emitimos os signos e não tentar controlar o aprendizado, mas agir como curadores, orientadores, apontando caminhos para o desenvolvimento do processo de Aprendizência, considerando o protagonismo dos nossos alunos. O autor diz que “Precisamos ter a coragem de ensinar como quem lança sementes ao vento, com a esperança dos encontros” (GALLO, 2012, p. 9). Encontros esses que são capazes de reconhecer diferenças, valorizando desde a menor semente lançada ao maior produto gerado por ela.

Serres (2013) asserta que somente um projeto de colaboração entre as gerações viabilizará a reinvenção. Entendemos que tanto a forma de conviver como as ações capazes de oportunizar uma educação de qualidade dependem do conjunto de experimentações reais praticadas por todos. Deleuze e Guattari (2010) argumentam que tudo que nos ensina emite signos, que a experimentação pode nos proporcionar encontros com os signos e a interpretação desses.

Fica evidente então, que na educação, ou emitimos signos ou nos tornamos obsoletos. Por conseguinte, é fundamental partir da capacitação profissional, da proposição de projetos, do uso das metodologias participativas em consonância com a TCD na elaboração de planos de trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares que permitam o protagonismo dos alunos, o encontro desses com os signos, para que se sintam sensibilizados, interpretando e aprendendo em seu próprio ritmo e níveis de conhecimento, oportunizados por atividades multidimensionais e integradoras.

Reafirmamos que o trabalho em busca de melhorias no processo de Aprendizagem não se dá isoladamente, pois faz-se necessário um conjunto de ações, políticas públicas adequadas nos mais diversos setores sociais, incluindo a escola, a fim de viabilizar um futuro melhor para nossos aprendentes. A escola, nesse processo, precisa se superar, renovar, recriar e se sobressair para trazer a mudança desejada por tantos há tanto tempo.

2 CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

“Precisamos, às vezes, inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”
(Gilles Deleuze e Felix Guattari, 1997).

A educação a distância (EaD) é a modalidade de ensino que contempla de forma síncrona e assíncrona o processo de Aprendizagem, atendendo os alunos sem a necessidade de que se locomovam para assistir às aulas presenciais, pois podem estar conectados, cada qual em seu espaço, de maneira virtual⁷, fazendo uso dos dispositivos tecnológicos disponíveis para a aquisição e produção de conhecimento.

Esses dispositivos tecnológicos, segundo Moran (2000), necessariamente não precisam ser a *internet*, apesar de ser a mais comum em nosso cotidiano. Temos que considerar também o telefone, os aparelhos celulares, o rádio, a televisão, o correio, entre outras tecnologias que vêm sendo utilizadas com a função de educação ao longo da história.

Assim como não há apenas uma tecnologia a ser utilizada, também a terminologia para essa modalidade de ensino varia muito. Na literatura encontramos várias nomenclaturas, como a aprendizagem autônoma, a aprendizagem *on-line*, a aprendizagem a distância, o *e-learning*, o *off campus*, a aprendizagem distribuída ou flexível, entre outras mais. Independente de qual terminologia é utilizada, a EaD possui características especiais inerentes como a economia, comodidade, flexibilidade e a inovação.

Ao tratar da economia, vale ressaltar que o custo de um aluno presencial, quando comparado a um aluno que faz uso da EaD, é muito maior. Não falamos apenas da mensalidade, quando o curso é privado, mas de outros fatores envolvidos, como, por exemplo, a descentralização dos polos, que permite que alunos de lugares distantes consigam fazer um curso sem ter de se mudar ou fazer uso de transporte. Isto condiz com a realidade de muitos jovens brasileiros, visto que não há o porquê

⁷ Via programa computacional, genericamente chamado de “sistema de gerenciamento da aprendizagem”, instalado num dos computadores poderosos da instituição que oferece o curso, o qual é acessado pelos alunos, com seus computadores, pela rede telefônica (com ou sem fios) ou pelo cabo de televisão por assinatura. Costuma-se chamar esse processo de “aprendizagem virtual” porque todas as ações do curso realizam-se num espaço “virtual” (LITTO, 2010, p. 48, grifo de autor).

de se locomover uma vez que o aluno pode estudar em qualquer espaço fazendo uso de um celular, um *notebook* ou um computador.

Além da comodidade do espaço, que pode ser escolhido para desempenhar a atividade educativa, há também a flexibilidade do tempo. O aluno EaD não precisa estar conectado 100% do tempo em que o docente ou professor tutor estiver. Quando há necessidade de interação ao vivo, pode ser agendada com antecedência uma *meeting* ou uma *web-conferência*. Esse agendamento auxilia no gerenciamento do tempo para que o aluno consiga se fazer presente.

A EaD tem outro facilitador, muito significativo por sinal, o ritmo de aprendizagem, pois “A configuração dos neurônios é diferente em cada ser humano, resultando em personalidades, estilos de curiosidade e talentos diferentes” (LITTO, 2010, p. 19). Como cada indivíduo possui sua forma de aprender, para uns o aprendizado flui rapidamente; para outros, demanda um tempo maior. Algo que não acontece em aulas presenciais, visto que o grupo precisa caminhar no mesmo ritmo para ocorrer o processo. Com isso, muitos perdem. Tanto os que aprendem com mais facilidade como os que precisam de um auxílio maior e de metodologias diversificadas para acompanhar o desenvolvimento das aulas.

A EaD, caracterizada pela realização de um processo de Aprendizagem, com mediação de professores tutores e de recursos didáticos sistematicamente organizados, tornou o processo de aprendizagem muito mais inovador. Nessa modalidade de ensino não há espaço para profissionais acomodados, conformados em seu conservadorismo, pois exige ousadia, flexibilidade e muita criatividade.

Para efetivar o ensino, as aulas são ofertadas em plataformas de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Para entender melhor, o AVA é um software, um conjunto de recursos disponíveis em uma plataforma, no qual estão dispostos os cursos oferecidos online.

A modalidade Educação a Distância, oferece oportunidades de acesso ao conhecimento a um maior número de estudantes, permitindo espaços virtuais privilegiados para interatividade e interação. Deste modo, o professor pode potencializar os materiais didáticos da disciplina propondo atividades convidativas e interessantes que sejam disponibilizadas no AVEA (DAL MOLIN *et al.*, 2008, p. 21).

A potencialização dos materiais didáticos se dá por meio de conteúdos interativos, criativos e com a possibilidade de acontecer em tempo real, com a

utilização de dispositivos diversificados, como os vídeos, os jogos, as *web-conferências*, entre outros formidáveis instrumentos no desenvolvimento de estratégias facilitadoras do processo de Aprendizagem, todas pela plataforma do AVA.

Segundo Dal Molin (2008), muitas pessoas encontram na EaD a oportunidade de crescimento profissional, pois a modalidade de ensino é criativa, dinâmica, motivadora para a pesquisa, de fácil acesso, autônoma, flexível nos estudos e democratizante. Além do mais, ela faz uso de diversos recursos tecnológicos na Aprendizagem *on-line*, e está sendo apontada como metodologia mais eficiente do que a utilizada em muitos cursos presenciais. A EaD representa também uma grande oportunidade para os jovens em busca do ingresso no mercado de trabalho, pois a cobrança por melhores qualificações no trabalho levou a uma crescente demanda de jovens em busca de cursos e especializações a distância. Essa demanda, significativa, é formada por pessoas, em sua maioria, fora da idade 'normal' para frequentar um ensino presencial. Entre os fatores estão a falta de tempo, condições econômicas e o deslocamento até uma universidade que ofereça o curso desejado.

Em 2016, o *website TCD Educação*, da Superintendência de Educação a Distância (SEAD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apresentou uma entrevista com o ex-ministro da Educação e presidente da Associação da Cadeia Produtiva de Educação a Distância, Sr. Carlos Alberto Chiarelli, que versa sobre o papel da EaD enquanto dispositivo para o desenvolvimento social. Ele afiança o que antes Dal Molin (2015) já havia apontado.

Não estou a dizer que um determinado tipo de aprendizado é melhor que o outro. O que defendo é a eficácia do Ensino a Distância e o seu alcance. Pais e professores podem utilizar a EAD como uma ferramenta de apoio à aprendizagem, fazendo uma mescla de aulas presenciais e virtuais (CHIARELLI, 2016, s.p.).

A EaD é um recurso, uma modalidade consolidada que atende de forma efetiva e com qualidade um grande número de indivíduos, visto que a versatilidade e a inclusão que ela proporciona são os pilares dessa modalidade de ensino. Segundo o ex-ministro, “não há como negar a importância [da EaD] para o desenvolvimento social previsto na Constituição Federal” (CHIARELLI, 2016, s.p., grifo nosso).

Como os sujeitos sentem a necessidade de aprimorar seus conhecimentos, considerando o fator inclusão, a eficácia da modalidade é inegável, já que ela proporciona a oportunidade de estudo a diversos grupos sociais menos favorecidos.

[...] a metodologia consegue, em um país como o Brasil, de proporções gigantes, contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como para a promoção do bem comum, sem preconceito [...] quaisquer outras formas de discriminação (CHIARELLI, 2016, s.p.).

Além de inclusiva, a EaD é uma modalidade educacional que oferece um processo completo de aprendizado de maneira dinâmica e integradora, de forma virtual, pautada na interatividade e construção de um ambiente de aprendizado coerente e coeso. Esse modelo de educação, segundo Chiarelli (2016), vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade, proporcionando novos caminhos e possibilidades a todos. Essa posição do ex-ministro também é apontada por Litto (2010), que garante que

A educação a distância (EAD) já é um dos contribuintes fortes para as modificações metodológicas e tecnológicas que estão ocorrendo em todo o setor de educação e treinamento, dando acesso ao conhecimento e à certificação profissional para pessoas que antes não tinham a possibilidade de se aperfeiçoar por serem portadoras de necessidades especiais, ou por morar longe dos grandes centros de estudos, ou ainda por não ter condições econômicas para se dedicar aos estudos (LITTO, 2010, p. 6).

A busca pelo aperfeiçoamento profissional, segundo Chiarelli (2016), eleva os números de matrículas anualmente. A EaD é considerada a modalidade de ensino sedutora, inovadora, capaz de favorecer a inclusão de muitos indivíduos, pois apropria-se de dispositivos e metodologias que permitem o processo de produção de conhecimento a muitos outrora excluídos.

2.1 EaD E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: CONCEITO E O PAPEL DOS ATORES QUE A COMPÕEM

Quando comparada às demais modalidades de ensino, a EaD é privilegiada porque, enquanto nas modalidades de ensino presencial há apenas um professor por turma, a EaD é composta por toda uma equipe multidisciplinar, como professor formador, professor tutor, professor conteudista, coordenador, equipe técnico-administrativa, entre outros. Cada um destes profissionais colabora em sua função e preparam as aulas com antecedência, garantindo a qualidade do ensino. O sucesso de um curso EaD depende muito da integração dos recursos humanos da

instituição, pois são responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução da proposta pedagógica oferecida, integração essa, pois, entre atores humanos e não humanos.

Utilizaremos as definições de cada papel dos profissionais envolvidos no processo da EaD conforme apresentado por Peroni (2003). Entre os docentes está o professor conteudista, muitas vezes convidado pela coordenação de cursos e “indicado ou admitido por ser reconhecido por sua competência de domínio, entendimento e/ou publicações sobre o assunto a ser desenvolvido” (PERONI, 2013, p. 7). Esse profissional é contratado observando o projeto pedagógico do curso. É dada prioridade aos profissionais detentores de titulação, como mestrado e doutorado. O ingresso como professor conteudista, nas Universidades Públicas que oferecem EaD, é feito através de edital publicado que se utiliza de critérios expressos ou instruções e portarias da CAPES/MEC/UAB. Apesar de os cursos EaD não criarem vínculos empregatícios, há pagamento de bolsa de estudos. Porém, quando a instituição é privada, cabe a cada uma delas estipular seus critérios para contratação do profissional em questão.

Atualmente, com a diversificação das metodologias de ensino, essa função tornou-se fundamental no processo de Aprendizagem. O profissional dessa área pode ser chamado de professor pesquisador, professor autor ou professor conteudista. Este tem a função de elaborar conteúdos de aprendizagem que proporcionem a interatividade e o dinamismo, através da fomentação de conteúdos teórico-práticos que auxiliam o aluno na apreensão do proposto. Sua função vai muito além da elaboração dos conteúdos. Ele deve considerar e respeitar a política institucional para a qual está propondo seu trabalho.

Assim, o trabalho é elaborado não apenas através de proposição dos conteúdos, mas da disseminação da informação e do conhecimento, do acesso a fontes de informação, de exercícios práticos, uso de mídias digitais, vídeo aulas, de atividades, explicações, materiais diversos como apostilas, livros, revistas, *links*, *blogs*, jornais, enfim, todo o arsenal disponível, tanto físico como virtual.

O professor conteudista é chamado de gestor, aquele que tem a função de gerir a produção e a transmissão de conhecimentos fazendo uso de metodologias de ensino adequadas para cada tipo de instituição e público que pretende atingir.

A elaboração do material didático não pode acontecer sem antes o profissional ter em mente para quem ele quer produzir. Partindo desse conhecimento, deve

ocorrer a elaboração do plano de ensino da disciplina desejada e a carga horária necessária para a efetivação da proposta. Vale lembrar que, de acordo com o público alvo, se faz necessário o ajuste da formalidade da linguagem utilizada.

Em seguida, observando a ementa do curso, o professor conteudista dará sequência na elaboração do material que deverá ser composto considerando os objetivos de aprendizagem, tanto geral como específicos. Por meio desses, verifica-se o direcionamento das prioridades do conteúdo e consegue-se definir o que o aluno deverá alcançar.

Cabe ao professor reconhecer que seu papel não é mais o de “entregar” ao aluno um conjunto de fatos e conhecimentos “já mastigados”, que representam apenas sua visão do fenômeno em estudo, ou seja, um processo limitado numa sociedade com visões pluralistas e com acesso às informações em qualquer biblioteca pública ou através da internet (LITTO, 2010, p. 16, grifo de autor).

Destarte, elaborar um material didático adequado, considerando a integração, a criatividade e a pluralidade, mostra a dimensão da responsabilidade deste profissional. O professor conteudista também pode ser o professor formador, pois tem a função de ministrar os conteúdos previamente elaborados e operacionalizar a disciplina, e “deverá proporcionar a interação constante entre os cursistas e os diferentes meios, a fim de que o conhecimento possa ser compartilhado pela construção de uma rede de relações com diferenciados significados” (MARTINS *et al.*, 2017, p. 18).

Em constante contato com os demais profissionais, o professor formador precisa estar atento quanto ao uso dos diferentes recursos tecnológicos, pois estes viabilizarão a Aprendizagem garantindo o máximo de aproveitamento pelos alunos. Esse profissional atua como mediador e articulador do conhecimento e provoca o interesse na busca de outras fontes de informação, auxiliando na construção do pensamento crítico e reflexivo desse processo.

O professor formador também é o responsável por orientar e acompanhar os tutores, tanto dos cursos EaD como os presenciais, observando os objetivos e as dificuldades encontradas no conteúdo. Além disso, ele pode fazer o acompanhamento das atividades dos alunos, as correções das atividades e avaliações propostas.

É de incumbência desse profissional centrar a busca de alternativas para viabilizar o processo de Aprendizagem, por meio de encontros presenciais ou virtuais,

nos quais deve auxiliar na resolução das dificuldades encontradas, tanto pelos tutores como pelos alunos. O professor formador cumpre com seu papel ao articular e “unificar a linguagem em EaD do curso, considerando o projeto político pedagógico, o público-alvo e os recursos humanos disponíveis” (MARTINS *et al.*, 2017, p. 20). Também cabe ao profissional avaliar todo o processo de Aprendizagem e propor novas estratégias, quando verificada alguma lacuna ou dificuldade, tanto por parte dos tutores como dos alunos.

O professor tutor é de fundamental importância para a efetivação dos cursos a distância, pois tem a responsabilidade de participar ativamente do processo pedagógico, desde a concepção da disciplina, da atribuição das atividades a serem desenvolvidas, a motivação dos alunos perante as dificuldades encontradas, até o processo final de avaliação. O tutor auxilia o professor formador na aplicação dos conteúdos planejados, bem como na aplicação e devolutiva das avaliações propostas.

Vale considerar que a metodologia utilizada em uma avaliação em EaD se dá de modo diferente de uma presencial. Há as especificidades e “o tutor, além de dominar o conteúdo, deve conhecer profundamente as ferramentas de avaliação e empregá-las corretamente, em conformidade com a proposta pedagógica do curso” (PERONI, 2013, p. 18).

Não se pode esquecer que a motivação do aluno faz parte da função do tutor. Assim, estar atento às dificuldades, incentivar a pesquisa, coordenar discussões, desenvolver o clima de confiança e encorajar a produção do conhecimento, está inerente ao seu papel.

Além desses profissionais, para uma EaD faz-se necessário toda uma equipe técnico-administrativa. Como tal podemos citar o coordenador de curso, o articulador do processo formativo, que coordena, acompanha e avalia as atividades, representando o curso na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo. Há ainda o coordenador de tutores, responsável por organizar, em conjunto com a secretaria administrativa, as orientações para os alunos e tutores. Seguimos com o coordenador pedagógico, coordenador de estágio, apoio administrativo, apoio acadêmico, apoio técnico, mídias e o recepcionista. Cada qual com seu papel, assumem o compromisso de interação e integração de todo o processo de Aprendizagem em um curso a distância.

E não podemos nos esquecer da peça principal: o estudante. Segundo Litto (2010), esse ator deve assumir o papel mais importante no processo de Aprendizagem.

Com participação ativa em todas as atividades propostas, busca o conhecimento e aperfeiçoamento por meio de ensaio, em uma zona de segurança na qual “é favorável à aprendizagem que o aluno corra riscos, experimentando caminhos variados para achar soluções adequadas aos problemas apresentados” (LITTO, 2010, p. 17).

Com toda uma proposta de Aprendizagem planejada, organizada e elaborada pela equipe multidisciplinar em constante articulação e integração, o aluno ao participar, tem a garantia de uma aprendizagem efetiva e emancipadora.

2.2 A COMPLEXIDADE PRESENTE NA EaD: DESAFIOS E PRECONCEITOS

A modalidade de Ensino a Distância (EaD) é um sistema complexo, que encontra muitos desafios e preconceitos oriundos tanto de pessoas leigas no assunto, quanto de profissionais da educação, o que abre espaço para a discussão do tema a fim de repensar todo o processo de ensino e educação do país.

Em entrevista à *Revista Eduque em Ação*, Dal Molin (2015) versou sobre a importância da EaD e a questão do preconceito presente na modalidade de ensino. A autora enfatizou que, assim como existem cursos EaD de baixa qualidade, também há cursos presenciais de péssima qualidade. Segundo a pensadora, fica difícil dizer que uma é melhor que a outra. Continuou frisando que não há parâmetros para saber qual é melhor, mas, deve haver o comprometimento com a educação, com a qualidade de ensino que a instituição deseja ofertar, e, para que para uma EaD de qualidade, há a necessidade de profissionais muito bem preparados, capacitados, que estimulem os alunos a debater, a buscar as informações para a construção da aprendizagem proposta. Dal Molin (2015) conclui sua fala afirmando que é nessa qualidade desejada que encontramos grandes desafios.

Litto (2010) aborda a questão da resistência a novas ideias “a novos procedimentos, que faz com que demore muito tempo para que estes sejam absorvidos e seja possível observar mudanças resultantes de novas ideias comprovando experiências” (LITTO, 2010, p. 15). O autor aponta que, às vezes, quando questionados sobre a eficácia da EAD, os professores se mostram indiferentes, alegando que não seria possível ensinar os conteúdos de suas disciplinas na modalidade a distância. Essa indiferença pode ser entendida como medo e resistência, uma posição conservadora capaz de prejudicar todo um processo de Aprendizagem pelo simples fato de envolver mudanças. Toda mudança gera conflito

e rompimento, um estranhamento, como versam Deleuze e Guattari (2010), abordando os signos. Franco (2014), também assera sobre o estranhamento e a complexidade na questão conservadora presente na educação, pois aponta que muitos profissionais da educação permanecem presos à concepção de sala de aula presencial, por não conseguirem se desvencilhar do antigo método de ensino, que envolve apenas a lousa e giz, em raras vezes um livro didático, seguido à risca, e, manuais de questões prontas aplicadas ano após ano como receita de uma educação supostamente sem lacunas.

Essa resistência é bastante comum, pois mudanças, além de dolorosas, dão muito trabalho. Exigem que os profissionais da educação voltem aos estudos em busca de novas abordagens que atendam à demanda atualmente encontrada nas salas de aula, tanto presenciais, semipresenciais ou totalmente a distância, uma vez que essa demanda, engajada na era digital, já não aceita mais o tradicional, pois já perceberam que há muito mais possibilidades oferecidas pelas TCD que aquela simples aula tradicional perpetuada por décadas. Contudo, as críticas, sem fundamentação em sua grande maioria, apontam a EaD como modalidade de ensino muito fraca, como podemos conferir em Franco (2014), que denuncia a questão de algumas universidades, que, ao fazer uso da modalidade EaD, apenas “consideraram que seria suficiente conhecer, utilizar e administrar bem os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como se eles fossem mera transposição da universidade presencial para o novo modelo” (FRANCO, 2014, p. 95).

Entendemos que algumas universidades não consideram toda a complexidade da modalidade a distância, que aparentemente é mais fácil que a presencial.

É necessário, entretanto, atentar para estas novas configurações de ensino, na medida em que elas não devem ser meras reproduzoras do conhecimento, agindo como instrumentos de produção de novos saberes. Nesse sentido, foge-se à linearidade do óbvio, construindo-se novos saberes a partir de perspectivas não lineares, ou seja, não presumíveis, em que ações e reações produzem resultados fora do padrão, do esperado. Assim, a Educação a Distância permite novas configurações tanto no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, quanto à construção de conhecimentos, atendendo, desta forma, às novas demandas sociais (MARTINAZZO; GRIEBELER, 2018, p. 490/491).

Diferente do que muitos acreditam, nessa modalidade de ensino, assim como nas demais, há que se considerar que aluno é o centro da educação, e esse não pode

mais ser entendido como um mero receptor de informações. Ele deve adquirir o conhecimento, desenvolver suas habilidades e competências e participar ativamente da construção do seu conhecimento, e, é claro, de novos saberes.

Além da resistência, há a questão das avaliações, que também sofrem fortes críticas, segundo Litto (2010), pois supõe-se que há desonestidade nos exames da EAD, considerando que o aluno está distante do professor e que pode haver tentativas de utilização de meios ilícitos para a realização das provas. O que não é levado em conta nessas afirmativas são as inúmeras estratégias de avaliações possíveis a serem elencadas. A crítica certamente surge da desinformação e do desconhecimento da realidade de uma EaD, uma vez que a avaliação pode ocorrer por meio de atividades presenciais ou virtuais, mesmo porque o planejamento das avaliações deve considerar o crescimento cognitivo continuado do aluno. Nesse processo deve ocorrer também a identificação das dificuldades de aprendizagem, individual ou de grupos, e a proposição de ações pedagógicas para promover a permanência e prevenir a evasão escolar. Desta forma, a avaliação formativa é considerada um instrumento fundamental na modalidade de ensino EaD, visto que viabiliza o retomar de conteúdos não aprendidos.

Como vemos, essa modalidade de ensino ultrapassa a ideia de uma simples plataforma com perguntas e respostas. Ela exige que o aluno busque o conhecimento para além do proposto, com atividades interativas, leituras diversificadas, produção de vídeos, entre outros. Segundo Litto (2010), um curso EaD é planejado e produzido, construído e estruturado na rede de forma a garantir a interatividade e a colaboração via estratégias determinantes para o sucesso. Vale salientar que, na EaD, o aluno não está distante de seus colegas e professores, como muitas pessoas pensam. Pelo contrário, estão muito mais próximos do que podemos imaginar. O que muda é a forma como ocorrem os encontros, que antes eram presenciais e agora são virtuais, o que, segundo Serres (2013), deve ser considerado um grande avanço, por nos permitir contatos e interações com pessoas de qualquer parte do mundo em tempo real.

Para corroborar a eficácia dos cursos EaD, basta observar sua aceitação no próprio mercado de trabalho, pois, o que antes era visto como um simples curso para apenas certificar, hoje já não é mais percebido dessa maneira. Não há mais distinção em certificações quando da busca de um emprego. Fato confirmado por Litto (2010), quando nos informa que as TCD aceleram as mudanças no mercado de trabalho e que há a necessidade de os sujeitos buscarem capacitações constantes para se

manterem atualizados. O autor questiona, inclusive, como seria possível buscar novos conhecimentos e habilidades considerando que a maioria das pessoas trabalham em tempo integral.

Essa é uma pergunta simples de ser respondida. O que o mercado de trabalho costuma observar é a qualidade, o potencial e a capacidade do profissional em desenvolver determinada função e de como ocorre a relação entre os sujeitos, e não necessariamente existe a preocupação em saber qual a modalidade de ensino ou a metodologia didático-pedagógica com que o sujeito estudou. Após essa exposição, ousamos dizer que o certificado não comprova a capacidade intelectual dos sujeitos, independentemente se esses frequentaram aulas presenciais ou a distância.

3 CONCEITUANDO O ENSINO HÍBRIDO (EH)

*“A sala de aula se amplia, dilui, mistura com muitas outras salas e espaços físicos, digitais e virtuais, tornando possível que o mundo seja uma sala de aula, que qualquer lugar seja um lugar de ensinar e de aprender, que em qualquer tempo possamos aprender e ensinar, que todos possam ser aprendizes e mestres, simultaneamente, dependendo da situação, que cada um possa desenvolver seu ambiente pessoal de aprendizagem”
(José Manuel Moran, 2015).*

Ensino híbrido (EH) ou *Blended Learning* (BL) “significa ensino misturado, mesclado, [...] a educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos” (MORAN, 2015, p. 27). É um olhar diferente para a metodologia de ensino aplicada em sala de aula. Pensar o EH é considerar a educação como uma composição, um espaço contínuo com uma combinação com espaços mais fluidos como os digitais, capazes de oportunizar aos alunos momentos significativos de experimentação, de encontros com os signos.

A modalidade de ensino em questão é mais flexível e os alunos são os principais atores e, para sua efetivação, ela depende da imaginação, de uma abertura, uma mente criativa, capaz de pensar em atividades diferenciadas, não apenas simples rotações em sala de aula ou de sala de aula e uso de laboratórios, mas pensar em todas as possibilidades de misturas que possamos produzir dentro e fora dos espaços formais e não formais. Destarte, torna-se necessário sair da zona de conforto e utilizar todos os meios, conhecimentos e dispositivos disponíveis.

Nesse processo, segundo Deleuze (2000; 2002; 2010), é preciso experimentação⁸ e predisposição constante para uma nova experiência e que valide se a aprendizagem proposta ou o que se deseja está surtindo efeitos de sentido. Essa experimentação seria aprender a criar mundos outros, a partir dos encontros com signos diversos, próxima da propriedade característica do fazer da arte que faz de um

⁸ Deleuze (2002), exemplifica a experimentação utilizando-se de um embrião: um embrião não preexiste à relação afetiva que o gera e, quando da ocorrência de sua produção, uma nova composição surge a partir daí. Trata-se de um mundo de pura imanência, destituído de qualquer antecedência. Neste mundo, não há objetos ou sujeitos prévios, e as relações são sempre exteriores aos termos que comporta, elas são sempre da ordem do inédito. A grande diferença, porém, está na dimensão ético-estética conferida pelos filósofos franceses ao conceito em questão e que, para o senso comum, seria inexistente.

mesmo sentido, um outro, assim, a experimentação assumirá certo acento vitalista e passará a referir-se a toda e qualquer experiência, artística ou não.

Para o autor a experimentação vital não recairia em um empirismo vulgar, um “eu experimento”, visto que não há objetos dados, métodos corretos ou sujeitos *a priori* nesse processo. Há conexões contingenciais, apenas, e estas tampouco podem ser conhecidas preliminarmente. Uma vez que somos definidos pelos afetos que vivenciamos, não há nada que anteceda uma relação afetiva derivada de encontros ocasionais.

Deleuze (2010), afirma que pensar é experimentar, e a experimentação é sempre o que se está fazendo, e o que resulta desse fazer, é o novo, o notável, o interessante que definirá o novo ser, sua maneira de ver o mundo, de perceber a realidade e de agir no espaço social onde o sujeito se reconhece como protagonista, pois as experiências vividas vão formando um aprendizado que estabelece relações, as quais orientam novas vivências e novas experiências, resultando em outras Aprendizências. Para Vinci (2018),

A experimentação artística seria uma busca por sentido, este não residiria em um alhures ou nos próprios objetos experimentados, mas sim nos encontros com os signos — compreendidos como aqueles que nos forçam a pensar, por conta de oferecerem elementos singulares a serem interpretados e capazes de obrigar-nos a sair da mera condição de observador (VINCI, 2018, p. 325).

Para Deleuze (2010), os sujeitos vão passando por situações de decepções e de revelações que movem as relações sociais, uma trama, na qual o sujeito é movido pela experimentação, pelo desejo, um aprendizado pelo vivenciado, pelo experimentado, no qual vai se constituindo, refletindo e traçando novos caminhos, organizando o conhecimento em busca de encontros de acordo com o que almeja. Essa trajetória só ocorre quando o sujeito percebe os signos e vai ao encontro deles. Por isso, Deleuze (2010), argumenta que “Aprender diz respeito essencialmente aos signos. Os signos são objeto de um aprendizado temporal e não abstrato” (DELEUZE, 2010, p. 4). Nesse sentido, aprender diz respeito ao experimentar, ao que se está fazendo, é decifrar signos emitidos. Vale frisar que no mundo tudo pode ser signo, desde que atinja com intensidade e afete de algum modo o sujeito e, cause nele um efeito, uma mudança capaz de ser percebida pelas ações deste na sociedade.

Entendendo desta forma, afirmamos que no EH é preciso um contínuo experimentar de metodologias. Não se trata apenas de um processo semipresencial, no qual normalmente ocorre a dicotomia entre a educação presencial e educação a distância, de aulas meramente enriquecidas com tecnologias, mas

Quando o ensino presencial e o ensino *on-line* se complementam, mediadas por modalidades interligadas em busca de uma experiência integrada na qual o estudante é o centro do processo de Aprendizagem, o EH se concretiza e o aprendizado torna-se de qualidade (DAL MOLIN; OLIZAROSKI; REICHERT, 2020, p. 603).

A ideia do EH é promover encontros cada vez mais intensos entre os alunos, oportunizando a experimentação, a interação e as contribuições em todos os espaços e tempos. Isso não significa que seja necessário estar presente fisicamente no mesmo espaço e ao mesmo tempo, o tempo todo, mas promover os encontros para uma interação instigadora e interessante entre os sujeitos via atividades que possibilitem a experimentação, é um fator essencial para se proporcionar a Aprendizagem almejada. Então, a modalidade consiste na mescla entre aulas presenciais e o uso da TCD em momentos distintos, no *on-line*, quando o aluno estuda aproveitando todos os recursos disponíveis da *internet*, e o momento *off-line*, no qual o aluno estuda em grupo, entre colegas e o professor, considerando a interação, o aprendizado, ora individual, ora coletivo e colaborativo, sempre orientado de maneira que conduza o aluno na permanência do foco objetivado.

Entender o aluno como protagonista da educação exige uma nova postura dos professores e dos próprios estudantes, bem como, novas metodologias de ensino. Em busca de mudanças no âmbito das metodologias aplicadas na educação, unem-se vários pensadores, como Lévy (1999), Moran (2000), Dal Molin (2003), Deleuze (2002; 2010), Nogaro e Cerutti (2016). Estes autores versam sobre a tecnologia e a experimentação como indispensáveis nesse processo. Mesmo presente em nossa sociedade há alguns anos, a tecnologia ainda não está implementada nas escolas de modo a garantir alternativas no processo de Aprendizagem. Esse encontro entre tecnologia e experimentação para a educação se tornou um caminho irreversível. Não podemos mais entender e aceitar uma educação nos moldes tradicionais, visto que os alunos, nativos digitais, não encontram mais sentido neste modo de estudar e aprender, caindo em muito a motivação para o aprendizado efetivo.

A proposta do EH com a aprendizagem centrada no aluno é entendida como a mudança capaz de romper com o paradigma posto, pois conduz ao aprendizado personalizado baseado na competência, deixando de lado o aprendizado com o tempo estipulado para a conclusão. Assim, a escola deve ter em mente que cada aluno aprende de acordo com o seu ritmo, com o seu encontro único com os signos, minimizando as lacunas que a reprodução do conhecimento produzido e ofertado com aceleração pelo mero objetivo de atender o maior número de alunos e de dar conta de todo o conteúdo proposto, deixe de existir em nossas escolas.

O que percebemos nas escolas ainda é a predominância do modelo disciplinar centrado no professor, transmissor do conhecimento, que faz uso de ambientes virtuais de forma pontual, e pouco considera o aluno como sujeito capaz de ser o protagonista no processo da descoberta dos signos que constituem a Aprendizagem, lembrando aqui que segundo Deleuze (2010), são os signos que nos levam, nos forçam a pensar. Porém, entendemos que a transdisciplinaridade e o foco no aluno permitem aproveitar todo o potencial participativo que surge desse encontro entre conhecimento, tecnologia, desafios, professor e aluno, realizando em diferentes níveis, a Aprendizagem. Ou seja, o aluno aprende o que o professor já domina e o professor pelos desafios lançados, aprende com seu estudante outros sentidos entre a tecnologia e o conhecimento que surge desse movimento de encontros, assim, de um lado temos o estudante, que se entrega à participação mais ativa; e, do outro, o professor, que aprende com ele o melhor uso da tecnologia. Mas se o uso de ambientes virtuais e da tecnologia em todos os seus dispositivos e potenciais não forem administrados com o devido domínio e organização para dar sequência na proposta de educação, isso pode representar um problema.

O equívoco mais comum relacionado ao ensino híbrido é confundi-lo com ensino enriquecido por tecnologia. Muitas escolas estão implementando programas individuais nos quais cada estudante tem acesso a um computador pessoal. Contudo, a infusão de tecnologia nos ambientes escolares não é necessariamente sinônimo de ensino híbrido (HORN; STAKER, 2015, p. 36).

Por isso, deve haver um cuidado especial em não confundir o EH com certos programas de computadores, como jogos prontos e acabados, ou com o simples uso de tecnologias sem o devido encontro com as possibilidades de experimentação que

se renova a cada novo movimento em busca do conhecimento e do sentido de aprender traduzido em signos que movem o pensar, constantemente.

De acordo com Horn e Staker (2015), a terminologia EH ora é usada de forma demasiadamente ampla, referindo-se a toda tecnologia existente, ora muito restrita, considerando apenas a aprendizagem *on-line*. O EH exige o uso de metodologias participantes, e principalmente, do emprego da criatividade do professor, e uma constante experimentação no sentido Deleuziano, que foge da experimentação do senso comum, para não transformar uma metodologia emancipatória em um faz-de-conta virtual, visto que essa modalidade de ensino dispõe de diversos modelos de aprendizagem no qual o ensino *on-line* é o pilar quando combinado com metodologias inovadoras.

Essa proposta de ensino exige do professor uma nova postura, pois será necessário voltar a estudar, reinventar a prática pedagógica e buscar inovações para a elaboração de aulas produtivas, criativas, motivadoras e colaborativas, debruçar-se sobre teorias que orientem para uma educação para o século XXI, considerando o aluno como o ator principal, o protagonista.

O EH não pode ser entendido como modalidade que faz uso apenas das TCD, nem tampouco, apenas das Metodologias Participativas (MP), mas um conjunto de ações que mesclam todas as possibilidades de produção de conhecimento, considerando a real necessidade do aluno na Aprendizagem do conteúdo proposto. Por isso, “ensinar e aprender nunca foi tão fascinante, pelas inúmeras oportunidades oferecidas, e, por outro, tão frustrante, pelas dificuldades em conseguir que todos desenvolvam seu potencial e se mobilizem de verdade para evoluir sempre mais” (MORAN, 2015, p. 29).

A implementação do EH nas escolas públicas requer a participação e o esforço de todos os atores institucionais no processo, desde a equipe gestora, professores, até a comunidade escolar. Como essa modalidade de ensino está em processo de construção, possui um período de transição, que a partir de erros e acertos por meio de ações bem planejadas chegará ao aperfeiçoamento, e, com ele, o resultado, a substituição do ensino tradicional obsoleto por um ensino inovador e transformador.

Horn e Staker (2015), alertam que o professor por si só não consegue implementar o EH. Faz-se necessária uma equipe de líderes, diretiva e pedagógica, fortemente engajada, qualificada, motivada, que corresponda aos objetivos e à magnitude das mudanças necessárias, e autonomia, tanto na escola como na

comunidade. Além disso, é preciso conhecer o público-alvo. Entender que o conhecimento é algo dinâmico e que é importante levar em conta os anseios e dificuldades dos alunos é uma das prioridades do EH, considerando que as propostas de ensino partem justamente deles. Os autores ainda alertam que os alunos precisam receber o *feedback* constante de seus desempenhos, das experiências coletivas, e contar com um tutor ou professor sempre que encontrarem dificuldades presentes nas atividades propostas.

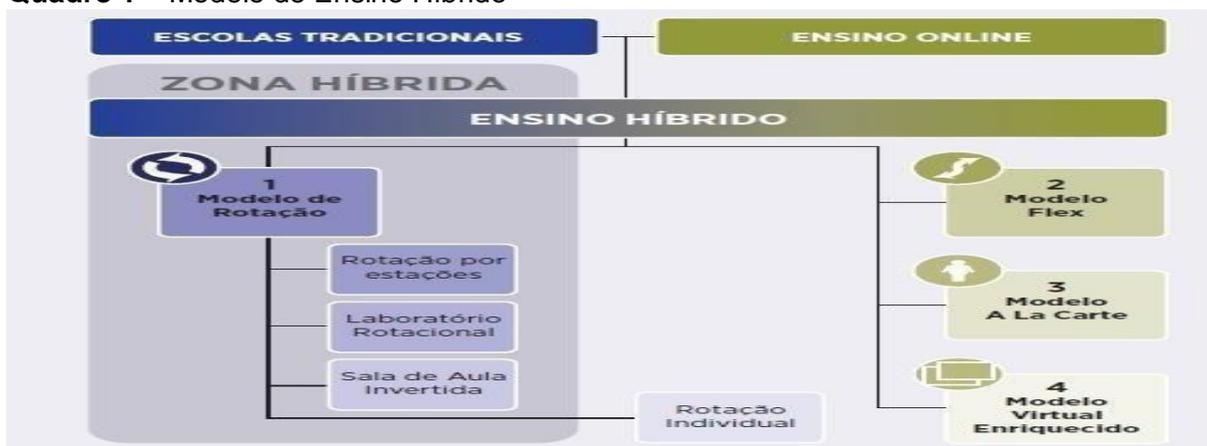
3.1 MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO HÍBRIDO (EH)

O EH, cogitado como uma das modalidades de ensino na atualidade, vem sofrendo uma interpretação equivocada. Segundo Horn e Staker (2015), não basta investir em uma grande quantidade de dispositivos tecnológicos no ambiente escolar, como dispor de um computador para cada aluno, por exemplo, nem tampouco apresentar uma gama de conteúdos dispostos em uma plataforma para acesso remoto, sem que haja uma interação presencial de um tutor ou professor para orientar o estudo. Menos ainda devemos considerar a utilização dos dispositivos por parte dos alunos, com atividades lúdicas, jogos, filmes, entre outros, sem que tenham uma orientação adequada, com um plano para a Aprendizagem composto por objetivos, avaliação de desempenho e do desenvolvimento afetivo-cognitivo.

Entendemos então, que o EH não pode ser implementado como uma proposta pronta e acabada, mas como uma proposição para os encontros com os atores da comunidade escolar e fora dela, com a tecnologia e com os estudantes entre si e com os professores. Precisa ser flexível para atender às demandas, pois a realidade de cada instituição de ensino e de seus atores influencia na forma e modalidades a serem escolhidas.

Segundo Horn e Staker (2015), existem pesquisas que elencam os modelos híbridos com maior sucesso até o momento. Entre eles estão o Rotação, o *Flex*, o *À La Carte* e o Virtual Enriquecido. Esses modelos, conforme dispostos no Quadro 1, são apontados como possibilidades viáveis para implementação com sucesso em nosso país.

Quadro 1 – Modelo de Ensino Híbrido



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Caraterizacao-do-Ensino-Hibrido-por-Christensen-Horn-e-Staker-2013-Fonte_fig1_333221473

O modelo de *rotação* é dividido em *rotação por estações*, como o *laboratório rotacional*, *sala de aula invertida* e *rotação individual*. O modelo *rotação por estações* possibilita a alternância de tempo de estudo entre salas de aula com atividades diferentes, o que oportuniza um trabalho dinâmico entre orientações mais individualizadas e as possibilidades de cada estudante estabelecer seu encontro com os signos que o levem a pensar e desafiar-se. Este não é um modelo novo, a inovação está na inclusão do ensino *on-line*. No *laboratório rotacional*, os alunos, supervisionados por tutores, aprendem parte dos conteúdos em um laboratório de informática e parte em sala de aula tradicional, com professores. A *sala de aula invertida* propõe o ensino através de *meetings on-line*, em casa, pois o tempo em sala de aula é reservado para esclarecimento de dúvidas, participação ativa e atividades práticas. Já o modelo *rotação individual*, no qual os alunos alternam atividades, com cronogramas individualizados, é entendido como ineficiente a princípio, considerando a grande quantidade de alunos por sala de aula por professor.

No modelo *Flex*, mediado por um professor, o ensino é *on-line* com conteúdo disposto em uma plataforma AVA, na qual o aprendizado, individual ou grupal, segue um roteiro atendendo às especificidades do plano de ensino, e, quando os alunos enfrentam dificuldades, esses são orientados e as dúvidas são sanadas pelo professor, que também fica à disposição para auxiliar em elaboração de projetos e instigar discussões em grupo para que os alunos aprofundem seus conhecimentos.

O modelo *A La Carte* trabalha algumas disciplinas de forma presencial e outras de forma eletiva, *on-line*, de acordo com a escolha do aluno, que também pode optar pelo horário em que deseja realizar as atividades eletivas *on-line*, uma vez que são

oferecidos cursos de todas as disciplinas e os professores são capacitados para sanar as dúvidas dos alunos de forma virtual. Neste modelo, o professor presencial não é o mesmo que trabalha as disciplinas *on-line*.

Já no modelo *Virtual Enriquecido* os alunos participam de aulas presenciais obrigatórias e o restante acontece *on-line*. O aluno estuda sozinho em casa e vem para a escola apenas para sanar algumas dúvidas com o professor. Considerando que a Aprendizagem ocorre de forma individual, as dificuldades e necessidades dos alunos também requerem acompanhamento individualizado, o que pode ser resolvido com atendimento em momentos presenciais, pelo mesmo professor que trabalhou a disciplina *on-line*.

Esses modelos, segundo Horn e Staker (2015), trazem grandes mudanças e desafios, pois vêm mostrando resultados surpreendentes. Dentre as vantagens do EH está a possibilidade de as escolas focarem seus esforços em atividades condizentes com a realidade dos alunos, facultando os encontros já amplamente comentados neste capítulo. Os autores enfatizam que o papel da escola se torna ainda mais importante em locais de vulnerabilidade social. Eles seguem assertando que problemas escolares, como disparidade na aprendizagem entre alunos, desistências escolares, notas baixas, carência de disciplinas eletivas ou atividades extracurriculares são o ponto de entrada para experimentar a aprendizagem centrada no aluno sem incorrer em resistência por parte do sistema já estabelecido, auxiliando não apenas o aluno, mas as famílias e a comunidade.

Nesse processo é muito importante enfatizar o papel do professor, pois precisamos nos sentir parte, engajados às novas propostas e seguros do trabalho a ser desenvolvido, considerando os dispositivos que vêm para contribuir, facilitar e ampliar o trabalho do docente. Assim, além de entender o aluno como o sujeito protagonista, conhecer a tecnologia, as metodologias participativas, ser criativo e flexível, o professor precisa estar em consonância com a proposta da instituição de ensino e trabalhar em equipe para elencar as possibilidades presentes na modalidade do EH.

3.2 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA EDUCAÇÃO

As MP são estratégias de Aprendizagem diferenciadas, “centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de

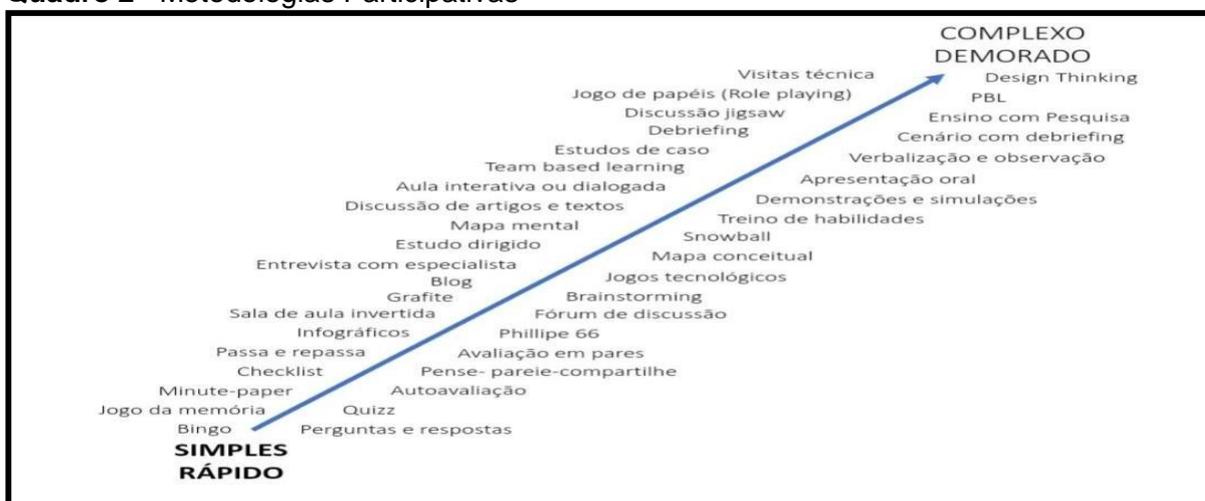
forma flexível, interligada” (MORAN, 2017, p. 24) comumente utilizadas em consonância com o EH, com o intuito de oportunizar a Aprendizagem a todos os alunos, respeitando suas necessidades e o ritmo de cada aluno.

Podemos entender Metodologias Ativas como formas de desenvolver o processo do aprender que os professores utilizam na busca de conduzir a formação crítica de futuros profissionais nas mais diversas áreas. A utilização dessas metodologias pode favorecer a autonomia do educando, despertando a curiosidade, estimulando tomadas de decisões individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante (BORGES; ALENCAR, 2014, p. 120).

Essas formas de desenvolver o processo do aprender são classificadas como MP rápidas e simples ou complexas e demoradas. É interessante perceber que o mesmo objetivo para a Aprendizagem pode ser atingido com a utilização de diferentes estratégias. Tudo depende do tempo disponível, da infraestrutura e do número de alunos atendidos naquele momento. “O papel do professor [...] É o de desenhador de roteiros [...] de aprendizagem, de mediador avançado que não está centrado só em transmitir informações de uma área específica” (MORAN, 2017, p. 26). Assim, cabe ao professor a identificação da MP mais adequada e efetiva a ser aplicada para atingir os objetivos propostos.

Na sequência abordaremos um conjunto de MP e estratégias possíveis de serem adaptadas e utilizadas com os alunos, de forma dinâmica, na busca do conhecimento. Antes, porém, propomos observar no quadro 2, com mais clareza, algumas MP, partindo das mais rápidas e simples para as demoradas e complexas.

Quadro 2 - Metodologias Participativas



Fonte: https://docplayer.com.br/83000633-Guia-pedagogico-de-referencia-rapida-colecao-de-estrategias-metodologias-de-ensino-colecao-de-avaliacoes-formativas.html#show_full_text

A MP Aula *Expositiva Dialogada* é indicada para iniciar ou concluir um conteúdo. O professor deve considerar o conhecimento *a priori* do aluno em sua realidade e na construção do conhecimento durante o processo desencadeado.

O tema previamente contextualizado instiga a curiosidade do aprendente, que será motivado a relacioná-lo às informações já conhecidas com as novas apresentadas a eles por exposição, o que permitirá a participação ativa dos alunos com a apresentação de exemplos oriundos da vivência cotidiana. Essa prática leva a conhecer melhor a realidade na qual está inserido, podendo auxiliar na construção do pensamento crítico sobre o assunto abordado, pela problematização. O interessante dessa metodologia é justamente o diálogo, visto que a aula, com a participação ativa, fica muito mais dinâmica.

Estamos cientes de que os alunos, em especial os adolescentes, não se sentem muito confortáveis em dialogar diante dos colegas, muito provavelmente pela tradição de somente terem que ouvir, aceitar e responder, conhecendo esse processo cultural cristalizado por uma escola cujo protagonismo tem sido apenas do professor, este deverá preparar uma série de questionamentos relacionados ao tema e, de maneira tranquila, instigar o estudante à participação sem causar constrangimentos quando o aluno não está preparado para responder. Também é indicado que se faça uso das tecnologias de comunicação digital (TCD), como apresentações de *slides*, músicas, vídeos, entre outros, de forma intercalada com a exposição, o que oportuniza a dinamicidade das aulas.

Na Aula *Expositiva Interativa*, o professor, além de expor o conteúdo e aplicar questionamentos em busca de uma maior participação dos alunos, propõe atividades e exercícios intercalados de forma individual ou em duplas, o que fará com que os alunos consigam se manter concentrados por mais tempo.

Quadro 3 - Aula Expositiva Interativa



Fonte: https://docplayer.com.br/83000633-Guia-pedagogico-de-referencia-rapida-colecao-de-estrategias-metodologias-de-ensino-colecao-de-avaliacoes-formativas.html#show_full_text

Um pouco diferente das acima expostas, na estratégia Perguntas e Respostas, o aluno, além do professor, elabora as perguntas. Vale ressaltar que, independentemente de obter respostas corretas, na garantia de manter a participação ativa, todas devem ser valorizadas com reforços positivos. O que pode ser feito é pedir para algum outro aluno complementar uma resposta dada. Caso ela seja incoerente, lembrando do necessário cuidado de não constranger o estudante. Ele pode cuidadosamente direcionar o diálogo para a compreensão do tema proposto, sem que os demais colegas percebam o equívoco.

A MP *Estudo Dirigido*, preparada pelo professor, é uma estratégia que estimula a aprendizagem individual e grupal e que poderá ser fortalecida com a busca de materiais complementares relacionados ao tema, na rede de *internet*.

Encontrar materiais na *Web* também é muito útil para a dinâmica Sala de *Aula Invertida*, visto que o professor provoca o estudante sobre determinado tema e o instiga a buscar mais fontes e informações a serem discutidas em sala de aula em momento posterior. Esta prática de ensino fortalece o protagonismo dos alunos, que passam a participar ativamente das aulas nas quais o professor é o tutor, orientador do processo de aprendizagem.

Por falar em protagonismo, o *Bingo*, o *Jogo da Memória* e o *Passa ou Repassa*, são atividades lúdicas que podem ser utilizadas em todas as disciplinas, de fácil adaptação, pois utilizam estratégias muito prazerosas que oportunizam a fixação dos conteúdos e estimulam a criatividade, mesmo porque podem ser criados com a utilização das TCD pelos alunos que deverão estar a par do conteúdo que será abordado para a elaboração das perguntas e respostas. Vale citar que já existem

vários sites que provêm modelos prontos, como o <http://print-bingo.com> e o <https://wordwall.net>, nos quais basta inserir as respostas das questões e imediatamente os jogos serão montados. A vantagem dessas atividades é que elas podem ser impressas ou jogadas *on-line*, fixando o conteúdo trabalhado. A utilização de jogos é muito gratificante, pois estimula a criatividade, motiva o aluno na participação ativa e o protagonismo necessário para o aprendizado significativo. O compartilhamento da aprendizagem, de forma colaborativa, realizado tanto em sala de aula ou via *internet*, oportuniza momentos de socialização, o que leva os alunos a pensar e discutir sobre determinada proposta de ensino.

A estratégia denominada *Pense-Pare-Compartilhe* é uma MP que poderá ser utilizada para a verificação do nível de aprendizagem formativa, pois, instiga os estudantes a pensarem, discutirem e compartilharem entre seus pares um determinado conteúdo, mantendo a atenção e o envolvimento na aprendizagem para responderem a uma determinada questão.

A MP *Grafite* permite a expressão de ideias e opiniões capazes de incentivar discussões e sistematizar o conhecimento. Durante a adolescência, ocorre a necessidade de firmar-se enquanto sujeito existente. O fato de as portas dos banheiros das instituições escolares estarem sempre riscadas, necessariamente não representa rebeldia ou vandalismo. Jovens sentem a necessidade de autoafirmação e o grafite pode auxiliar nesse processo de amadurecimento, oportunizando a fixação de conteúdos aprendidos, bem como a socialização desses.

Ao tratarmos da socialização, entendemos que a maioria dos estudantes se sentem mais seguros quando oportunizadas atividades colaborativas. Não por não compreenderem as propostas de ensino, mas por poderem contar com os colegas para a realização das tarefas atribuídas. Assim, a proposta de realização da estratégia *Wiki*, que poderá ser implementada com a utilização de dispositivos específicos, vem ao encontro da aprendizagem, pois consiste na elaboração de um único texto a partir das temáticas selecionadas. Para tanto, cria-se um grupo no *WhatsApp* ou via *Google Classroom*, no qual cada aluno, quando acessar, poderá acrescentar e/ ou modificar o texto iniciado pelos colegas.

Outra estratégia utilizada como alternativa para a comunicação e organização dos conhecimentos adquiridos é o *Blog*. Muito versátil, possibilita o uso, tanto pelo professor como pelos alunos, para interação por meio de postagens.

É fundamental que o aluno seja capaz de fazer inferências a respeito dos temas apresentados. Para tal, o *Mapa Mental* e o *Mapa Conceitual* são estratégias criadas em forma de diagrama, nas quais o aluno, de modo associativo, sistematiza as informações relevantes ao incluir imagens e palavras-chaves. Podem ser produzidos com a utilização dos dispositivos tecnológicos e a utilização de sites como o <https://www.mindmeister.com/pt>, entre outros. Para melhorar, tanto o *Mapa Mental* como o *Mapa Conceitual* poderão ser utilizados para auxiliar a MP *Jigsaw* (quebra-cabeças). Essa faz uso do trabalho colaborativo para dar ênfase em discussões sobre textos com a participação ativa, com o intuito de revisar os conteúdos. Ainda na mesma linha, apresentamos o Infográfico, MP capaz de apresentar de forma sistematizada, dados numéricos e percentuais sobre as informações pertinentes a um tema. Esse faz uso de gráfico-visuais muito comuns na mídia impressa e digital.

Outra estratégia relevante é o *Role-playing Game* (jogo dos papéis). Neste, o professor designa um papel representando uma personagem para cada aluno, que passará a representá-lo conforme especificado. A aprendizagem ocorre pela recriação de situações vivenciadas por outros, uma espécie de teatro que permite a experimentação de problemas que aguçam o sensorial, fazendo com que o aluno perceba a situação posta com outro olhar, mais crítico, despertando nele o senso de solidariedade e humanização.

Muito semelhante a esse temos a estratégia Cenário Seguido de *Debriefing* (interrogatório). Fazendo uso de simulações no contexto profissional, o professor expõe algum aluno a situações conflituosas, nas quais o educando deverá se apropriar de habilidades e ações, tomar decisões sem receber qualquer instrução prévia. Nessa MP teremos alunos atuantes e observadores. Ao final da atividade, o professor deverá reunir o grande grupo e instigar o debate sobre o exposto. Partindo disso, ocorre a compreensão sobre o fenômeno e a construção de uma visão mais crítica sobre o cotidiano.

A discussão e organização de conhecimentos controversos e ambíguos poderá ser abordada pela dinâmica *Snowball* (bola de neve). Com a aplicação de textos e imagens distribuídas entre os alunos, o tema escolhido poderá ser trabalhado utilizando a troca de informações entre os aprendizes. No entanto, em se tratando da compreensão de problemas sociais e suas causas, a estratégia Situação Problema ou *Problem-Based Learning* (PBL) é indicada, pois se utiliza de problemas reais e faz

com que o aluno busque compreender as causas desses conflitos, e propor ações adequadas para amenizar e/ ou solucionar a problemática posta.

A *Apresentação Oral* conhecida como *Seminário* poderá ser desenvolvida de forma individual ou grupal, por parte dos alunos, sobre algum tema relevante previamente selecionado. É uma dinâmica eficiente para o preparo dos educandos quanto à postura, exposição e apresentação em público. Similar a ela existe a MP *Verbalização e Observação*, conhecida como *GV-GO*. Nessa dinâmica, o Grupo Verbal (GV) tem a tarefa de abordar algum tema em comum e o Grupo Observador (GO) se encarrega de registrar pontos relevantes esquecidos pelo GV. Ao final da discussão os grupos trocam de posição. Para concluir, os redatores, escolhidos no início da atividade, repassam as informações ao professor, que fará o fechamento contemplando o que deixou de ser abordado pelos grupos.

Trabalhar a oralidade e verbalização dos alunos é necessário para o preparo da vida profissional. Como exemplo temos ainda a estratégia *Entrevista Com Especialista*. Para realizar a atividade, o aluno precisa se sentir confiante e seguro. O contato com profissionais das mais variadas áreas oportuniza uma experiência ímpar que poderá influenciar em sua decisão para o futuro. Por isso, o professor deve preparar o aluno, orientá-lo em relação à proposição de perguntas instigadoras e relevantes.

Para discutir temas relacionados a livros, filmes, artigos, problemas e/ou fatos sugerimos a utilização da estratégia *Fórum de Discussão*. Essa permite a participação e exposição de ideias por parte de todos os envolvidos, que resultará na produção de uma síntese coletiva sobre a temática em questão. Assim também, a dinâmica *Discussão de Textos*, selecionados pelo professor, poderá se transformar em uma ferramenta singular de aprendizagem. Parte-se de resumos realizados anteriormente à aula, nos quais os alunos deverão elencar e apresentar ao grupo maior pontos relevantes presentes nesses textos, que deverão ser registrados em atas, por exemplo. Posteriormente à discussão, as possíveis lacunas poderão ser retomadas e resultar em uma reflexão produtiva para a Aprendizagem.

Com o objetivo de desenvolver no aluno uma visão de aspectos operacionais, a MP *Visita Técnica* é considerada muito produtiva, pois consegue relacionar a teoria com a prática, o que permite um conhecimento concreto adquirido fora do espaço escolar. A realização de relatórios finais de visitação servirá de fechamento da

atividade para averiguar e garantir que houve a apropriação do conhecimento desejado.

Com a MP *Brainstorming* (debate), o intuito é de gerar novas ideias, pela imaginação e criatividade, com a valorização de todas as contribuições, pois permite averiguar o nível de conhecimento adquirido sobre um determinado tema. Para tal, o professor organiza e fornece informações que incitam a discussão da turma, que para finalizar após um debate, produzirão uma atividade, escolhida por eles, na qual deverão expor suas ideias de forma organizada.

Como vimos, são várias as possibilidades de um fazer pedagógicodiferenciado, e elas não se esgotam por aqui, pois

[...] a produção do conhecimento, partindo do protagonismo dos estudantes, traz em seu cerne a motivação para a Aprendizagem [...] a prática colaborativa proporciona a interação e facilita a inferência do aprendizado, principalmente, dos estudantes que apresentam maior dificuldade em relação à apreensão do conteúdo proposto (DAL MOLIN; OLIZAROSKI; REICHERT, 2020, p. 615).

Dessa forma, não há mais como nos pautar em desculpas por não conseguir transformar as salas de aulas monótonas em espaços agradáveis de apropriação e produção de conhecimento. As possibilidades apresentadas não se esgotam por aqui. Segundo Moran (2017), em um período de incertezas na educação, não se pode mais perder tempo e optar por um único modelo, caminho ou proposta de aprendizagem.

Trabalhar com modelos flexíveis com desafios, com projetos reais, com jogos e com informação contextualizada, equilibrando colaboração com a personalização é o caminho mais significativo hoje, mas pode ser planejado e desenvolvido de várias formas e em contextos diferentes (MORAN, 2017, p. 29).

Vale ressaltar que nem sempre a TCD é fundamental na proposição de MP no EH. Existem diversas estratégias que não são utilizadas e são capazes de proporcionar um aprendizado dinâmico e significativo. Cabe ao professor precisa criar coragem e buscar novos meios, metodologias e estratégias para se capacitar e conseguir fazer a diferença na vida dos jovens alunos e apresentar metodologias participativas condizentes com a realidade na qual está inserido e recriar o espaço escolar, o que apenas acontecerá se tiver apoio de toda a equipe pedagógica, diretiva, bem como da comunidade. Ou seja, apenas um trabalho conjunto quebrará as

barreiras postas ao longo da história. Um trabalho lento, repleto de erros e acertos, porém pautado em estratégias que garantirão mudanças significativas na atual conjuntura escolar.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA GERAÇÃO DE DADOS

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática: princípio “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Gilles Deleuze e Felix Guattari, 1996).

O ano de 2020, considerado atípico por sofrer grandes alterações nas relações sociais, econômicas e culturais em decorrência do enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus, foi marcado por uma crise inesperada, pela dor e sofrimento, mas, também, por superações e avanços.

Por estarmos inseridos nesse processo, preocupamo-nos em pesquisar, refletir e compreender se a metodologia de ensino emergencial, implementada e aplicada via aulas remotas, como medida de propiciar o acesso a garantia de direito à educação para todos, contemplou o proposto.

Este estudo tornou necessária a subdivisão deste capítulo, pois, além de conhecer os documentos norteadores que garantem, desde a proposta inicial, o direito de acesso à educação, buscamos compreender como se deu o processo de capacitação docente para atender essa demanda. Procuramos identificar os desafios enfrentados pelos alunos em relação ao suporte e capacitação em busca do conhecimento via resolução das atividades remotas e o emprego da TCD, bem como apresentar e discutir os resultados finais das aprovações, das reprovações e da evasão escolar dos anos letivos de 2019 e 2020.

Vale ressaltar que solicitamos em outubro de 2019, via *e-mail*, *WhatsApp* e ligações telefônicas ao Núcleo Regional de Educação (NRE) e à SEED, toda a documentação relacionada ao processo de implementação, como: a premissa, as instruções normativas, as regulamentações, e os documentos que comprovem a oferta de capacitação docente e discente para possibilitar o acesso adequado ao ERE. Por sua vez, a SEED requereu alguns documentos que foram devidamente preenchidos, assinados e encaminhados, conforme seguem:

- Requerimento para autorização de realização da pesquisa científica;
- Termo de compromisso da pesquisa científica, assinado pelo Sr. Anibal Mantovani Diniz, diretor geral da Unioeste, *campus* de Cascavel;
- Roteiro para submissão de projetos à SEED;

- Concordância da instituição coparticipante, assinada pelo diretor do C.E. Frentino Sackser, Prof. Eloi Picker;
- Termo de concordância do NRE para a unidade cedente;
- Termo para autorização de uso da pesquisa.

Devido à demora da resposta sobre a documentação solicitada à SEED e, considerando que todos os documentos são públicos, fomos orientados pela pedagoga Iliane Buncdhen, responsável pela pasta da Coordenação das Articulações Acadêmicas do NRE de Toledo, a seguir com o estudo buscando as informações pertinentes a documentação solicitada no site da SEED <http://www.diaadia.pr.gov.br/>, e assim procedemos.

4.1 A GARANTIA DO DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO PRESENTE NOS DOCUMENTOS NORTEADORES

Entendendo a educação como direito de todos, buscamos conhecer, analisar e descrever, sob observância nos documentos norteadores, todo o processo percorrido para a implementação das aulas remotas propostas pelo governo paranaense, como medida emergencial para dar a garantia de acesso à educação a demanda de 1 milhão de alunos, durante o período de isolamento social decorrente da pandemia do Novo Coronavírus: COVID -19, em 2020.

Com a recomendação de distanciamento e isolamento social feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), via portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, com o intuito de amenizar a problemática decorrente da pandemia, e do Ministério da Educação (MEC), em suas portarias nº 345 e 356, e sobre a substituição do ensino presencial por aulas em meios remotos, considerando a

dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento severo também do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; retrocessos do processo educacional e da aprendizagem ao deixar os estudantes tendo em vista o período sem atividades educacionais regulares; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como ausência de merenda, stress familiar e aumento da violência doméstica; e, abandono e aumento da evasão escolar (BRASIL,2020).

o Conselho Nacional da Educação (CNE), publicou no dia 18 de março de 2020, a nota de esclarecimento na qual encontramos a orientação para a adoção da Educação a Distância (EaD), como forma de suprir parte do currículo das escolas durante o período supracitado, e que cabe a cada instituição de ensino a reorganização do calendário escolar, visando a garantia da realização de atividades escolares para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem, preservando o padrão de qualidade previsto no art. 3º, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), inciso IX e do art. 206º, no inciso VII da Constituição Federal (CF).

O CNE apontou que compete às autoridades dos sistemas de ensino federal e estadual autorizar a realização de atividades a distância, com a garantia de condições de acesso e permanência a todos, considerando as condições socioeconômicas dos alunos, acesso a equipamentos e materiais pedagógicos, especialmente de redes de comunicação, assim como, de condições adequadas de trabalho para os professores no processo de implementação das atividades propostas, atendendo o disposto no Art. 206º da Constituição Federal.

Pautado na exposição do MEC e do CNE, o Governador Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior), assinou o Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020. Em seu Art. 10º, conferimos a medida para suspender o ensino presencial, dando início ao processo no dia 20 de março daquele ano, em todas as escolas estaduais paranaenses, e, no Decreto nº 4.258/2020, em seu Art. 8º, a inserção das escolas privadas e entidades conveniadas ao Estado, oportunizando a margem para o ensino remoto.

A suspensão do ensino presencial foi entendida, a princípio, como antecipação do recesso escolar de julho e, a organização dos calendários escolares, a realização e a reposição das aulas ficaram à critério da rede de ensino, autorizadas pelo CNE. Entre os artigos está a autorização das atividades escolares não presenciais, como direito do aluno, assegurado pela LDB e a Lei Federal nº 9.394/1996, em seu Art. 24º, inciso I, as 800 horas/aula distribuídas em no mínimo 200 dias letivos.

Na Resolução nº 1.016/2020 em sua Deliberação nº 01/2020, do Conselho Estadual de Educação (CEE), aprovada em 31 de março, no Art.4º, entendemos que são consideradas atividades não presenciais todas as que proporcionam interação, preferencialmente, via recursos tecnológicos como plataformas virtuais, redes sociais como o *WhatsApp*, *chats*, vídeo aulas, entre outros, mediadas por metodologias orientadas pelo professor (CEE, 2020).

Contudo, Segundo Mendes⁹ (APP-SINDICATO, 2020i), - quando da votação à Deliberação nº01/2020, para a implementação do ensino remoto, na qual houve 17 votos a favor e 1 contra - as escolas não estão preparadas para a proposta de ensino na modalidade remota. Mendes, alerta para a falta de recursos como a estrutura escolar, o pouco conhecimento por parte dos pais e responsáveis para acompanhar e auxiliar nas exigências das atividades capazes de possibilitar a garantia do acesso à educação de qualidade e afirma que os princípios da universalidade, equidade e a qualidade pedagógica não são atendidos por essa proposta.

Também conferimos que “A medida ignora a pluralidade da educação paranaense e ataca estudantes da rede pública de ensino” (APP-SINDICATO, 2020i). Ainda segundo o sindicato, com a EaD os alunos sofrerão perdas no processo de Aprendizagem, pois considera um desrespeito ao direito universal sobre o ensino, vendo a proposta de ensino remoto como uma medida autoritária, uma vez que ignora o posicionamento das instituições, a pluralidade das modalidades de ensino ofertadas, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação do campo, a educação especial, cada qual com suas fragilidades e peculiaridades, bem como a realidade da maioria dos alunos da rede estadual, que não possuem acesso à tecnologia. Como exemplo, o site apontou os alunos do interior paranaense, assertando que esses são “afetados pela falta de estrutura tecnológica, inclusive dentro da própria escola” (APP-SINDICATO, 2020i). O sindicato também pondera que os professores sofrerão com a falta da estrutura para atender a proposta, pois, segundo Mendes, assim como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em nenhum momento anterior a esta data houve capacitação docente para utilização dos dispositivos tecnológicos necessários para a implementação das aulas remotas.

Além do posicionamento da APP-Sindicato, a CNTE também destacou que as escolas públicas não podem ser vítimas de improvisos, dizendo que de nada adianta implementar uma modalidade de ensino que não contemple a todos, e, segue assertando que é indiscutível que nunca houve, nas escolas, apropriação dos dispositivos de Aprendizagem para atender a modalidade EaD, pois estas requerem

⁹ Taís Maria Mendes – Secretária Educacional e Conselheira representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), que se posicionou contrária a implementação do Ensino Remoto nas escolas públicas do Estado do Paraná durante a pandemia do Coronavírus.

planejamento, acompanhamento e avaliação de todo o processo educacional. (APP-SINDICATO, 2020h).

Assim como Mendes, o CNTE afirma que é imprescindível a garantia do direito ao acesso de todos, tanto por parte dos alunos como dos professores, assegurando a qualidade de ensino já garantida na Constituição Federal, com o lema em campanhas governamentais: *Nenhuma criança fora da escola*. Assim, para a efetivação desse lema faz-se mister assegurar o acesso aos dispositivos e a interação virtual, de todos os atores da educação – profissionais da educação, pais, responsáveis e alunos - em especial àqueles com dificuldades em acompanhar o desenvolvimento escolar dos filhos, problema que já existe no sistema presencial e deve ser agravado na modalidade remota.

O CNTE versa sobre a mediação didático-pedagógica que deve ocorrer com a utilização da TCD por profissionais qualificados, via políticas de acesso que envolvam acompanhamento e avaliação compatíveis para a realização das atividades e a construção do conhecimento. E afirma que, se estas condições não forem respeitadas e asseguradas pelo poder público, todo o processo ficará comprometido, “a escola não é lugar de remendos ou improvisações. Ao menos não deveria ser” (CNTE, 2020).

A APP-Sindicato elencou vários motivos para não utilizar as aulas remotas durante a pandemia, entre elas está a ausência de dispositivos, pois atinge 58% das residências; a não adequação do currículo, planejado para aulas presenciais; a não garantia da aprendizagem pois não atende as necessidades dos alunos; aumento da desigualdade no acesso à educação; a falta de formação docente; a estrutura escolar precária, muitas escolas sequer possuem *Internet*; o ensino remoto é considerada inadequado para o desenvolvimento de crianças; o desrespeito por não garantir a comunidade escolar o acesso aos dispositivos adequados; além do risco na privacidade de todos os atores, por exploração de dados pessoais e de imagem (APP-SINDICATO, 2020j).

Apesar de todos os alertas feitos pelo CNTE e APP-Sindicato, no dia 6 de abril, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) iniciou a implantação de pacote de ações que compõem o “EAD Aula Paraná”. As medidas pretendiam garantir que os mais de 1 milhão de alunos da rede tivessem garantido o direito de acesso à educação durante o isolamento social. Na orientação 02/2020 da SEED, encaminhada no dia 15 de abril, constatamos a oferta de aulas disponibilizadas via aplicativo Aula Paraná, em 3 canais televisivos abertos, no *YouTube* e no *Google Classroom*, com o intuito de contemplar

os componentes curriculares, com o auxílio dos professores, com autonomia de administrar as salas de aula virtuais, com a substituição de conteúdos e atividades propostas semanalmente, de acordo com o plano de trabalho para garantir o conhecimento e o registro de frequências dos alunos.

Alertado pela APP-Sindicato e ignorado pelo governo, logo após

As primeiras horas de funcionamento do projeto do governo Ratinho Junior para transferir as aulas presenciais da rede pública estadual para o ensino a distância [...] Estudantes estão sendo expostos a todo tipo de mensagem inadequada, inclusive de conteúdo pornográfico e de promoção ao suicídio (APP-SINDICATO, 2020g).

Segundo a APP-Sindicato, a problemática se deu via aplicativo Aula Paraná e publicadas em um portal de notícias da cidade de Londrina, levando ao conhecimento dos pais e responsáveis que se sentiram indignados com a situação e impediram seus filhos de acessar o aplicativo. O Caso foi denunciado ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente do Ministério Público daquela cidade.

Na tentativa de amenizar a situação o sindicato recorreu a diversas frentes, inclusive à deputados e à comissão da educação da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), o Ministério Público e o Ministério Público do Trabalho, visto que a SEED não debateu a implementação da EaD com a APP-Sindicato, com os pais e nem com a comunidade escolar, desrespeitando assim, a deliberação do CEE.

Como o regime especial de educação durante a pandemia precisa ser aprovado pela comunidade escolar, o sindicato sugeriu que os pais se manifestassem contra o ensino remoto, mesmo porque, nesta mesma semana, o governo, via Secretário de Educação Renato Feder, anunciou que os alunos podem tirar dúvidas com seus professores assim como faziam em aulas presenciais. No entanto, Renato Feder não comentou sobre o fato de que o governo encaminhou a Instrução Normativa nº 003/2020, que “obrigou [...] 54 mil professores (as) e funcionários (as) de escola a tirar licença especial por 90 dias” (APP-SINDICATO, 2020g). Em nota, a APP-Sindicato publicou uma carta enfatizando que

Não é utilizando vídeos e um aplicativo semelhante ao *WhatsApp* que ocorrerá aprendizagem. Aprendizagem é um processo complexo e que precisa ser mediado e acompanhado por alguém preparado para isso. É um processo sistemático e constante. Quanto menor a idade, menor são as condições de autonomia da criança e maior é a necessidade de mediação. Nossas famílias não estão preparadas e

não é função delas dar o suporte necessário para o acompanhamento da aprendizagem (APP-SINDICATO, 2020I).

Com a pressão sofrida, o governo revogou a Instrução Normativa das licenças especiais obrigatórias transformando-as em voluntárias. Contudo, vale ressaltar que para as disciplinas nas quais os professores tiveram a licença especial cedida, não houve a contratação de professores substitutos, deixando os alunos por 3 meses sem o auxílio adequado, pois a SEED, repassou a responsabilidade da disciplina para os diretores, que sobrecarregados e sem o conhecimento específico, não conseguiram atender a demanda.

Nesse período, já constatada e reconhecida a dificuldade de acesso às aulas remotas em decorrência da falta de acesso aos equipamentos e à *Internet*, entre outros agravantes, o governo do estado, via SEED, passou a ofertar Kits de atividades quinzenais aos alunos e dispôs os conteúdos trabalhados nas aulas gravadas no *Drive* para acesso via *link* para possíveis adequações por parte do professor, considerando a realidade de cada aluno. Também autorizaram as escolas a disponibilizar os laboratórios de informática, de forma escalonada, para a realização das atividades que passaram a ser acompanhadas por um professor.

As críticas em relação à implementação passaram a correr nas redes sociais, como podemos observar no (APP-SINDICATO, 2020e). Entre elas está o apontamento registrado em relação aos dados coletados na Loja *Play Store*, responsável em baixar o aplicativo da Aula Paraná. O sindicato afirma que esse é reprovado pelos alunos, pois recebeu nota de 1,5. Vale lembrar que a Aula Paraná, via iniciativa privada de telefonia - com um custo de R\$ 20,9 milhões, e outros R\$ 900 mil para a rede televisiva, que foi reajustado para R\$ 2,7 milhões e não forneceu cobertura para 114 dos municípios paranaenses - é uma inovação, e talvez esse seja o fator que levou muitos usuários a terem dificuldades de acesso, considerando-o muito confuso, e, “Apesar do aplicativo ser gratuito, o estudante precisa ter internet móvel ou banda larga para baixar e fazer a instalação”(APP-SINDICATO, 2020e).

Também podemos citar as críticas oriundas dos pais e alunos, que apontam a grande quantidade de colegas que não possuem acesso, e de especialistas em EaD, enfatizando que a modalidade não atende as necessidades de crianças e adolescentes, podendo pôr em risco o comprometimento da qualidade de ensino desejada.

Mesmo constatado que 60% dos alunos ficaram excluídos pela modalidade de ensino remoto, no dia 08 de maio, o Secretário da SEED, Renato Feder, assinou a Resolução nº 1.522/2020, revogando a Resolução nº 1.016/2020, estabelecendo em seu Art. 1 em caráter excepcional, o regime especial para a oferta de atividades escolares na forma de aulas não presenciais, com regime retroativo à 20 de março, oficializando o ensino remoto emergencial. Com 402 mil alunos apenas cadastrados e com acesso ao *Google Classroom*, considerado o principal dispositivo na modalidade ofertada, a medida é considerada eficaz pelo secretário da educação Renato Feder. Contudo, também se faz necessário elencar os números que representam as dificuldades dos profissionais em educação. Dos 63 mil professores, apenas 41 mil haviam se cadastrado até essa data. “Esse modelo de ensino foi uma escolha política do governo, que não considera o fato de que nem todos os alunos têm acesso, que a maioria dos professores não têm formação para ministrar o ensino a distância” (APP-SINDICATO, 2020f), e que as famílias, assim como a escola, também não estão preparadas, e as consequências podem ser graves, como a baixa qualidade das aulas, o abandono e a evasão escolar.

Essas dificuldades, documentadas, foram apresentadas pela App-Sindicato ao Ministério Público, (APP-SINDICATO, 2020d) para a pessoa do procurador geral de Justiça Gilberto Giacoia e do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, coordenador do centro de apoio operacional de proteção aos direitos humanos, em 21 de maio. A preocupação maior foi a exclusão dos alunos pelas dificuldades de acesso a TCD com qualidade de Aprendizagem e a quebra de isolamento social em virtude da convocação dos profissionais da educação para atendimento aos alunos e, o descaso por parte do governo no que tange a questão das respostas aos ofícios recebidos, que dizem respeito aos direitos da categoria.

Em junho de 2020, o Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPEP) solicitou a suspensão e reorganização do ano letivo, argumentando que o ensino remoto proposto pelo governo paranaense exclui alunos de baixa renda, e sugeriu que os dispositivos disponibilizados apenas sejam utilizados para revisão de conteúdos para séries anteriores à da matrícula, dando ênfase na avaliação, entendendo que não houve aprendizagem, pois esta pressupõe a interação professor e aluno. (APP-SINDICATO, 2020m).

A APP-Sindicato informou que vem recebendo reclamações em relação às dificuldades enfrentadas, por parte da Federação de Pais, Mães ou Responsáveis

Legais de Alunos e Alunas das Escolas Públicas do Estado do Paraná (FEPAMEF), que assera que não quer uma escola “fingindo”, fazendo referências a Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criticando a falta de diálogo por parte do governo com a comunidade escolar, bem como a falta de planejamento e condições técnicas, assim como de adaptação de alunos com necessidades especiais (APP-SINDICATO, 2020a). Considerando grave a situação do fechamento do trimestre, o sindicato enviou mais um ofício cobrando providências por parte do CEE, pautados nas reportagens do portal G1, no qual os professores denunciam que apenas 30% dos alunos estão participando das aulas remotas e entregando as atividades. Conhecedores desses fatos, a APP-sindicato afirma que a metodologia utilizada é restritiva e excludente.

Nossos estudantes não têm acompanhado o andamento das atividades no ritmo imposto pela mantenedora. Aulas televisivas padronizadas, aplicativos com baixíssimo acesso, restrição de deslocamento por risco de contágio são só alguns dos fatores que comprometem de forma irresponsável o processo de ensino e aprendizagem (APP-SINDICATO, 2020a).

A FEPAMEF conclui afirmando que espera que a escola se reinvente. Mas, não de modo que o abismo social causado pela pandemia aumente. Não convém uma relação de fingimento, no qual um finge o ensinar e o outro o aprender e com isso, não garantindo a Aprendizagem.

Sentindo a angústia presente nessa denúncia, o Conselho Estadual da APP-Sindicato intensifica a luta com o objetivo de promover a reorganização das aulas via *meets*. Com a participação de aproximadamente 200 representantes, foram debatidas, além da atual conjuntura escolar, as dificuldades de acesso, a pressão sofrida por todos os atores institucionais, como a equipe diretiva, equipe pedagógica, professores e funcionários, para fazer funcionar uma proposta que não atende a população. Não tem aprendizagem num modelo excludente como esse” [bem como, a aprovação do] “Manifesto Por uma Educação Humanizadora e Em Defesa da Vida” (APP-SINDICATO, 2020c), que enfatiza a garantia do direito de acesso à educação aos alunos e a garantia do trabalho digno de todos os trabalhadores em educação.

Em 24 de setembro do referido ano, pela Resolução nº 3.817/20, considerando a relevância de estabelecer a interação do professor com os alunos, a SEED propõe que os professores fizessem uso do aplicativo *Google Meet*, com interações semanais

em cada uma das turmas e/ou aulões que permitissem a participação e interação com diversas turmas ao mesmo tempo. Essas *meets* foram propostas com caráter de obrigatoriedade, contrariando o Estatuto do Servidor, lei nº 6.174/1970, e a Constituição Federal, visto que expõem os professores e os alunos, com o uso indevido de imagem e propriedade intelectual. Em ofício, a APP-Sindicato questiona essa situação e “denuncia a tentativa da [...] (Seed) em culpabilizar os (as) Educadores (as) por conta da alta taxa de evasão escolar no modelo de Ensino a Distância (EAD) ” (APP-SINDICATO, 2020b) e enfatiza que a evasão escolar nada mais é que o reflexo que de uma modalidade de ensino inadequada.

Preocupados com os resultados finais do ano letivo, várias ações foram exigidas à instituição de ensino. Entre elas, o contato, a busca e o convencimento dos alunos para a participação das aulas remotas e o retorno à escola. Os diretores, a equipe pedagógica e os professores passaram a localizar os alunos usando grupos criados via aplicativo *WhatsApp*, para cada uma das turmas do colégio e, passaram a realizar chamadas de seus próprios celulares e telefones residências, quando não, da ida às residências dos alunos para o convencimento ao retorno à escola. Além disso, foram oferecidas diversas atividades consideradas como recuperação de notas e registro de presenças retroativas, como o “*Nivelamento*” e o “*Se Liga! É Tempo de Aprender Mais!*”, conforme Ofício Circular nº 083/2020 de 20 de novembro, que permitiu a retomada e alteração de todas as notas e presenças do respectivo ano letivo.

Apesar de todos os esforços coletivos, segundo (YANO, 2020), a SEED substituiu os diretores de escolas que não cumpriram as metas do ERE. Constatamos em (YANO, 2020), que após o dia 17 de dezembro, foram substituídos não apenas diretores, mas também os diretores auxiliares. Essa ação foi confirmada na fala da Professora Cristiane Basso, de Curitiba, na qual percebemos uma grande indignação, pois relata que essa decisão foi arbitrária, uma vez que não foi estabelecida uma meta durante o ano, mas, de última hora, dando a entender que o governo busca culpabilizar alguém pelo problema dos índices considerados insuficientes na educação.

4.2 A CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA ATENDER A DEMANDA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Com o ano letivo direcionado para aulas não presenciais, fazendo-se valer da Resolução nº 1.014/20, GS/SEED, o governo chamou, em caráter emergencial, professores concursados com o intuito de gravar vídeo aulas e produzir material didático-pedagógico a ser ministrado via rede televisiva aberta, no canal do *Youtube* e pela plataforma *Google Classroom*.

Para compor essa equipe de trabalho, a SEED pré-estabeleceu alguns requisitos, como:

II. conhecer e saber usar recursos básicos de captação de som e imagem com smartphone, de forma autônoma; [...] VI. ter experiência em atividades técnico-pedagógicas; VII. ter desenvolvido atividades pedagógicas e artísticas em meios de comunicação (rádio, TV e internet); VIII. ter desenvolvido produções técnico-pedagógicas digitais; IX. apresentação de currículo por meio de vídeo, no ambiente de inscrição (PARANÁ, Resolução nº 1.014/20, GS/SEED).

Considerando os requisitos acima citados, todos elencando a necessidade do conhecimento sobre a utilização dos dispositivos da TCD, notamos a exclusão de muitos profissionais da educação pelo fator conhecimento para o uso pedagógico da tecnologia como auxiliar no processo de Aprendizagem, uma vez que, os cursos oferecidos pela SEED, até 2019, para capacitação ao uso da TCD, tanto para os professores como aos demais atores institucionais, foram raros, e quando ofertados, possuem vagas limitadas.

A afirmativa acima pode ser confirmada quando verificamos os cursos e capacitações ocorridas durante o ano de 2019 e 2020, listados no site do diaadiaeducação.pr.gov.br, na qual conferimos que em 2019 houve o curso *Conexão Professor*, composto por *lives* que abordaram diversos temas trazendo a reflexão teórica e encaminhamentos para desenvolver práticas pedagógicas, entre esses, alguns apontando possibilidades de trabalho com a utilização de metodologias participativas, contudo, nenhum trabalhando efetivamente a prática do processo para a capacitação docente e a implementação dessas no cotidiano escolar.

Em 2020, a SEED intensificou as orientações pertinentes à proposição das atividades escolares via *web-conferências* no canal do professor. Nessas, os temas elencados foram diversos, como: orientações como o uso adequado do Livro de Registro de Classe *On-line* (LRCO), instruções sobre o *Nivelamento* e o programa *Se Liga! É Tempo de Aprender Mais!* além de tratar de temas relacionados ao conteúdo

específicos de cada disciplina, bem como, a utilização da plataforma *Google Classroom* para a realização das aulas e a interação com os alunos. Como exemplo de *web-conferência*, podemos citar a inicial, do dia 24 de abril, que tinha o objetivo de possibilitar aos professores tirarem suas dúvidas sobre a plataforma, entender como aplicar e corrigir exercícios, bem como, “aprender” a interagir com os alunos.

Vale lembrar que Bortolotto (2007), versa sobre o cuidado para não “arrancar as raízes” dos professores, deixando-os desestabilizados, inseguros, sem as condições necessárias para acompanhar as mudanças, como podemos conferir quando verificamos a oferta ínfima de cursos voltados a inserção da TCD nas metodologias de ensino em 2019 e, a *web-conferência* acima citada, que contava com uma pauta muito extensa, fazendo com que o espaço para participação dos professores fosse nula e a efetiva Aprendizagem se tornasse insuficiente, além do mais, essa *web-conferência* ocorreu em horário no qual a maioria dos professores estavam em sala de aula, tendo apenas a oportunidade de assistir em momentos posteriores, sem nenhuma oportunidade de tirar dúvidas sobre o tema elencado.

Como podemos perceber, a construção da autonomia e a mudança pedagógica exigida pela implementação das aulas remotas foram permeadas por grandes incertezas, de experimentações e de tentativas de acertar sem sequer saber como fazer, e de como auxiliar nossos educandos para garantir a construção do conhecimento.

Também é importante mencionar que os Planos de Trabalho Docente (PTD), construídos no início do ano letivo pelo professor de acordo com sua turma, considerando o nivelamento do ano anterior a capacidade de Aprendizagem de cada aluno, foram substituídos por um único plano por disciplina em todo o estado. Isso fez com que muitos alunos, com particularidades, sofressem para acompanhar o ritmo das aulas ofertadas de forma remota e em massa. Como exemplo, podemos verificar na Resolução nº 1.175/2020, com a inserção de um intérprete de libras, que aconteceu somente após o dia 17 de abril do referido ano.

A problemática se estende quando apontamos as pendências nas turmas do *Google Classroom*: nas turmas do Mais Aprendizagem; do Profissionalizante Médio TEC; das disciplinas específicas do Curso Formação Docente; a atualização de diretores, diretores auxiliares e equipe pedagógica nas turmas do regular; a inclusão de diretores, diretores auxiliares e coordenadores de curso nas turmas de cursos profissionalizantes; a alteração do “dono das turmas” para os casos em que a turma

foi criada em nome do diretor ou professor substituto; a atualização de professores e alunos em todas turmas já criadas. Atentando que o prazo dessa regularização deveria ser até o dia 30 de abril. Vale elencar que nas turmas nas quais aos professores foi cedida a licença especial, de três meses, não houve edital de convocação para suprir as aulas. A responsabilidade destas turmas passou para a direção do colégio, que, muito atarefada e sem capacitação de acordo com a disciplina, não pode dar o suporte necessário, deixando os alunos sem atendimento durante esse período.

No dia 28 de abril, segundo informações coletadas nas escolas pela equipe da SEED, e divulgadas à comunidade, 100% dos professores estavam cadastrados e com acesso às aulas remotas, o que levou a exigência, por parte da SEED, que cada professor interagisse com os alunos via mural da turma, no *Google Classroom*, em seus horários de aulas definidos pela escola, incorrendo no risco de faltas para o professor, sendo computadas automaticamente pelo sistema *Business Intelligence* (BI). Esse processo causou um desgaste muito grande nos professores, visto que o sistema BI tinha acabado de ser criado e instalado, e como é inconstante, registrava inúmeras faltas equivocadamente, que, após confirmação da presença pela direção, as faltas passaram a constar como faltas justificadas.

No dia 5 de maio, a SEED forneceu um *link* para impressão de materiais para os alunos sem acesso às aulas remotas. Como o ano já estava se encaminhando para o final do 1º trimestre, os materiais foram compostos com os conteúdos compactados, sendo entregues aos alunos, apenas as trilhas de aprendizagem, que eram levadas para casa e, o aluno, de forma autônoma, ou seja, sem nenhum professor para orientar essas atividades, realizava-as e as devolvia para correção posterior, criando com isso, lacunas de conhecimento e comprometendo o processo de Aprendizagem.

Também se faz necessário abordar a maneira de como foram computadas as presenças dos alunos, que, não seguiam um horário específico para assistir a aula, visto que as aulas ficavam postadas no *YouTube* para o acesso em qualquer momento, mesmo em dias posteriores. Assim, para marcar presença via sistema BI, bastava o aluno entrar no *Google Classroom* e acessar as atividades e enviar, sua presença era computada automaticamente, independente se esse apenas visualizou a aula ou se realizou as atividades postadas. Ao professor, ficou a incumbência de verificar os acessos na plataforma *Google Classroom* e registrar as presenças no LRCO.

Como as dificuldades encontradas pelos professores em desenvolver e postar atividades, bem como em acompanhar e auxiliar os alunos na realização dessas na plataforma *Google Classroom*, problema relatado ao NRE pelos diretores, o núcleo ofertou uma *web-conferência* no dia 06 de maio, realizada por professores convidados da rede, para compartilharem suas experiências de sala de aula, auxiliando os demais colegas na tentativa de amenizar a problemática posta.

Assim, no dia 13 de maio, aconteceu a primeira *Live* para capacitação docente, abordando a plataforma *Google Classroom*. Em seguida, no dia 14 de maio, com o tema correção e devolutiva de atividades aos alunos, e, no dia 18 de maio, foram abordados os temas formulários e avaliações. A tentativa foi válida, contudo, insuficiente, visto que, outra vez, o tempo não permitiu questionamentos, dificultando a compreensão para àqueles com pouca familiaridade com a tecnologia.

Em julho de 2020, a SEED desenvolveu o grupo de estudos chamado: *Formadores em Ação*, com o intuito de ressignificar as práticas pedagógicas curriculares, em busca de mudanças no processo de Aprendizagem por meio da socialização de conhecimentos relacionados à TCD e às metodologias participativas. Nessa primeira etapa, foram contempladas as disciplinas de Biologia, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, e, em novembro desse mesmo ano, atendeu também as disciplinas de Geografia, História e Química. O curso envolveu 8 mil educadores cursistas e 520 professores formadores, selecionados via edital de credenciamento. Contudo, considerando que os cursos ocorreram somente no segundo semestre, em 4 disciplinas, e em novembro em outras 3 disciplinas, ou seja, quase no final do ano letivo, e, que temos um quadro de 1 milhão de alunos, afirmamos que os cursos ofertados aos professores, uma vez que não contemplou a todos, não resultaram em possibilidades de Aprendizagem para a maioria dos alunos.

A SEED, no segundo semestre de 2020, ofertou um curso pela plataforma *Alura*¹⁰. Nesse, houve a possibilidade de inscrição para as áreas de tecnologia como: programação, design e games. Ao se inscrever, o professor optava em qual curso desejava participar, pois as vagas eram limitadas a um total de 1000 professores para todo o estado.

Como podemos verificar, as capacitações ofertadas aos docentes foram poucas e insuficientes para atender as necessidades dos educandos, o que levou

¹⁰ *Alura* é uma plataforma criada para facilitar o acesso a cursos voltados a TCD. Disponível em: <https://www.alura.com.br/sobre>. Acesso em: 20 jan.2020.

muitos profissionais a buscar cursos particulares e informações sobre como trabalhar com a TCD em ambientes virtuais diversos.

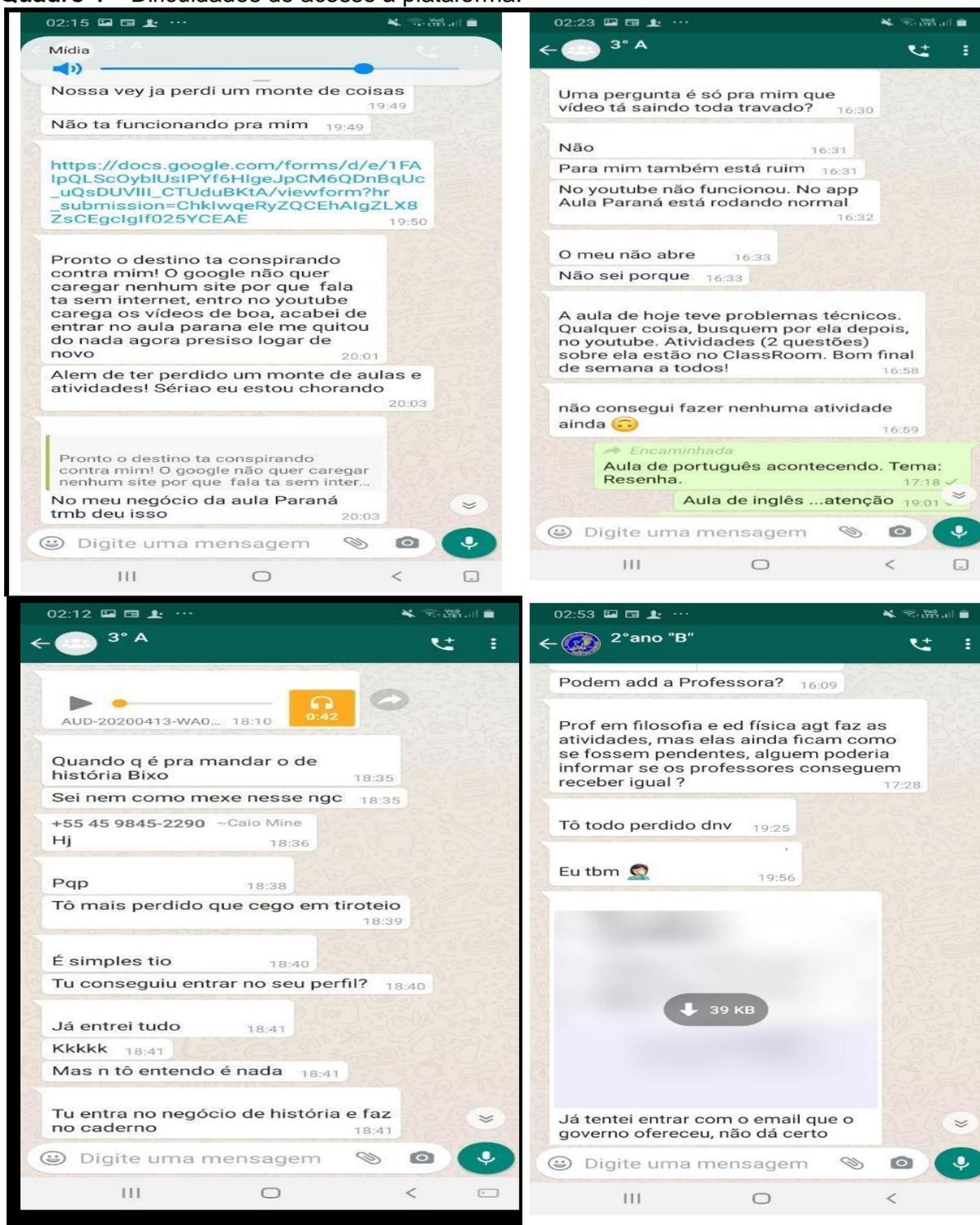
4.3 DESAFIOS, SUPORTE E CAPACITAÇÃO DOS ALUNOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REMOTAS

A inserção da cibercultura no mundo da educação, defendida por pensadores como Lévy (1999), Dal Molin (2003), Nogaro e Cerutti (2016) pareceu, enfim, a se concretizar. Contudo, o caminho ainda é árduo, visto que as adequações apresentam uma série de dificuldades que não podem ser ignoradas, que vão desde as condições socioeconômicas, culturais e em especial, da Aprendizagem, que se dá de maneira diferente em cada ser.

Quando Serres (2013), aborda a questão dos adolescentes que vivem outro tempo, com outras maneiras de encarar o mundo, fala do uso constante da tecnologia, o que dá a entender que esses alunos, nativos digitais, não encontram dificuldades para o processo de Aprendizagem considerando a utilização continuada da TCD. Mas, com a implementação das aulas remotas, percebemos que essa habilidade não é suficiente, e que a maioria dos alunos, mesmo aparentemente inseridos no mundo cibernético, encontra dificuldades em acessar e acompanhar o desenvolvimento das aulas remotas, das *meets*, enfim, de todo o processo de ensino remoto.

Essas constatações podem ser confirmadas nas mensagens dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2^{os} e 3^{os} anos do Ensino Médio do C.E. Frentino Sackser, organizados pelos professores com o intuito de acesso imediato às necessidades apresentadas, garantindo o auxílio e a constante motivação, estimulando e incentivando a permanência destes nas escolas. Como podemos ver, as dificuldades se apresentam desde o simples acesso à plataforma e aos sites, ao envio das atividades quando já realizadas.

Quadro 4 – Dificuldades de acesso à plataforma.



Fonte: *Prints* de telas dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2^{os} e 3^{os} anos do C.E. Frentino Sackser. Ano letivo de 2020.

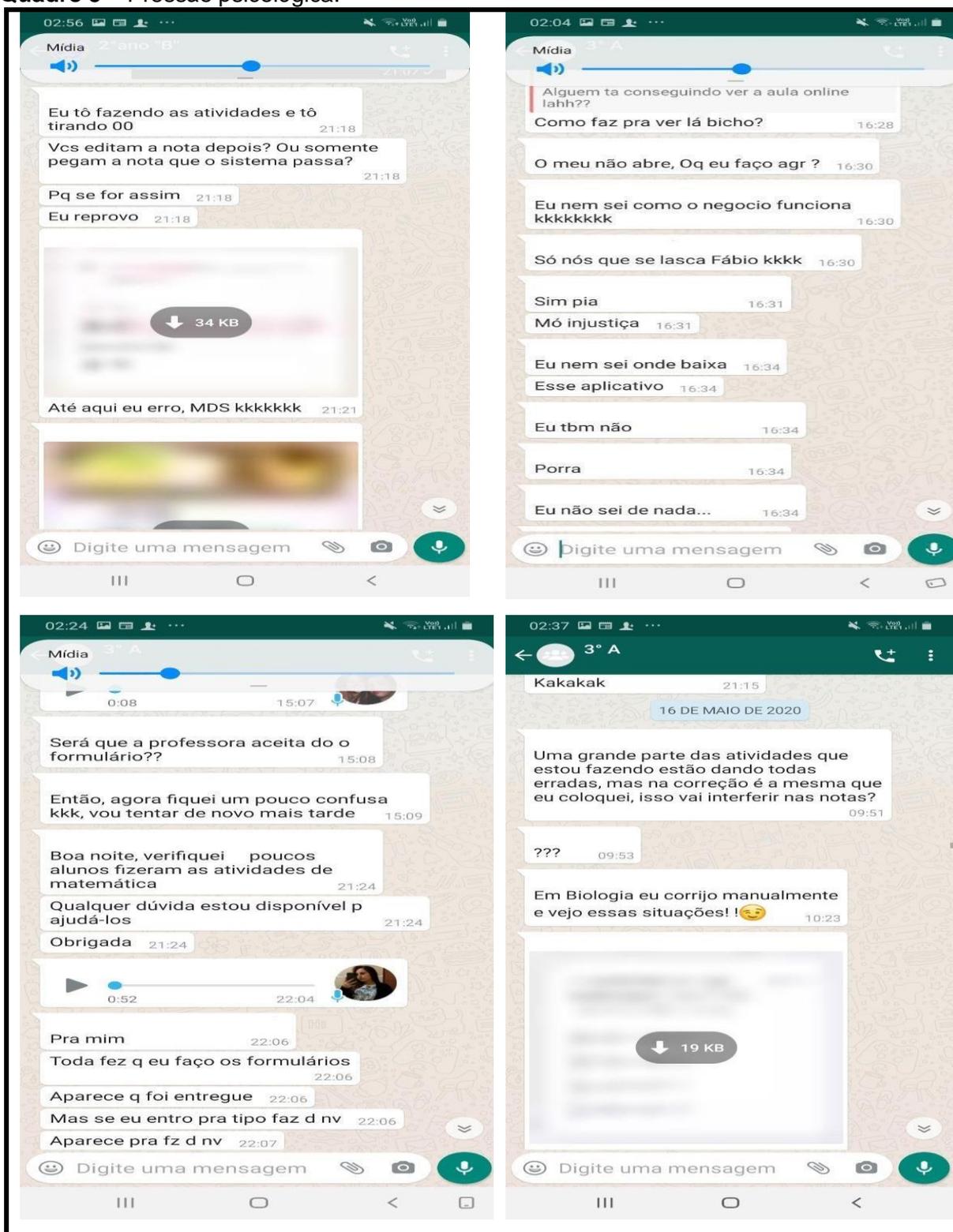
Os alunos, assim como os professores, encontraram obstáculos nessa modalidade de ensino. Um agravante é “a dificuldade de acesso às plataformas de transmissão; o excesso de atividades; conteúdos difíceis; falta de equipamentos; complicação nas ferramentas para encaminhar as tarefas” (CALDEIRA, 2020, s.p.). O

mais intrigante é o fato de não estarmos falando de alunos pequenos, mas com faixa etária acima dos 15 anos, que estão matriculados nas 2^{os} e 3^{os} anos do ensino médio, como podemos conferir nos *prints* expostos no quadro 4. As queixas comuns encontradas nas mensagens, como “o destino está conspirando contra mim! O google não quer carregar nenhum site”, pela possível instabilidade do sistema, ou o desconhecimento da logística de onde e como realizar, anexar e marcar como concluídas as atividades “nem sei como mexe nesse ngc” e “Tô todo perdido dnv” mostram uma realidade até então impensada.

Os relatos de ansiedade são constantes, como verificamos em: “sério, eu estou chorando” e “tô mais perdido que cego em tiroteio” são falas que expressam o desespero por não entenderem a modalidade de ensino implementada. Outros dados presentes nos discursos, como: “já tentei entrar com o email que o governo ofereceu, não dá certo” e “acabei de entrar na aula parana e ele me quitou do nada agora preciso logar de novo”, corroboram a angústia dos alunos.

Para o estado, as aulas foram o maior sucesso. Porém, a realidade mostra o contrário. A declaração de Caldeira (2020), retrata o fato como pressão psicológica, pois afirma que, apesar de todos os esforços, as aulas remotas não proporcionam a Aprendizagem desejada, e cita como exemplo relatos de alunos que afirmam estar enlouquecendo com a grande quantidade de atividades exigidas e o cansativo formato das aulas. Segundo esta pensadora, os alunos afirmam sofrer pressão, muita ansiedade, medo e pânico, uma vez que não conseguem compreender as aulas expostas, e estarem cientes de que a não realização das atividades incorreria na reprovação. Nos *prints* abaixo encontramos expressões de alunos que demonstram se sentirem injustiçados pelo simples fato de não conseguir sequer baixar os aplicativos necessários para a participação das aulas.

Quadro 5 – Pressão psicológica.



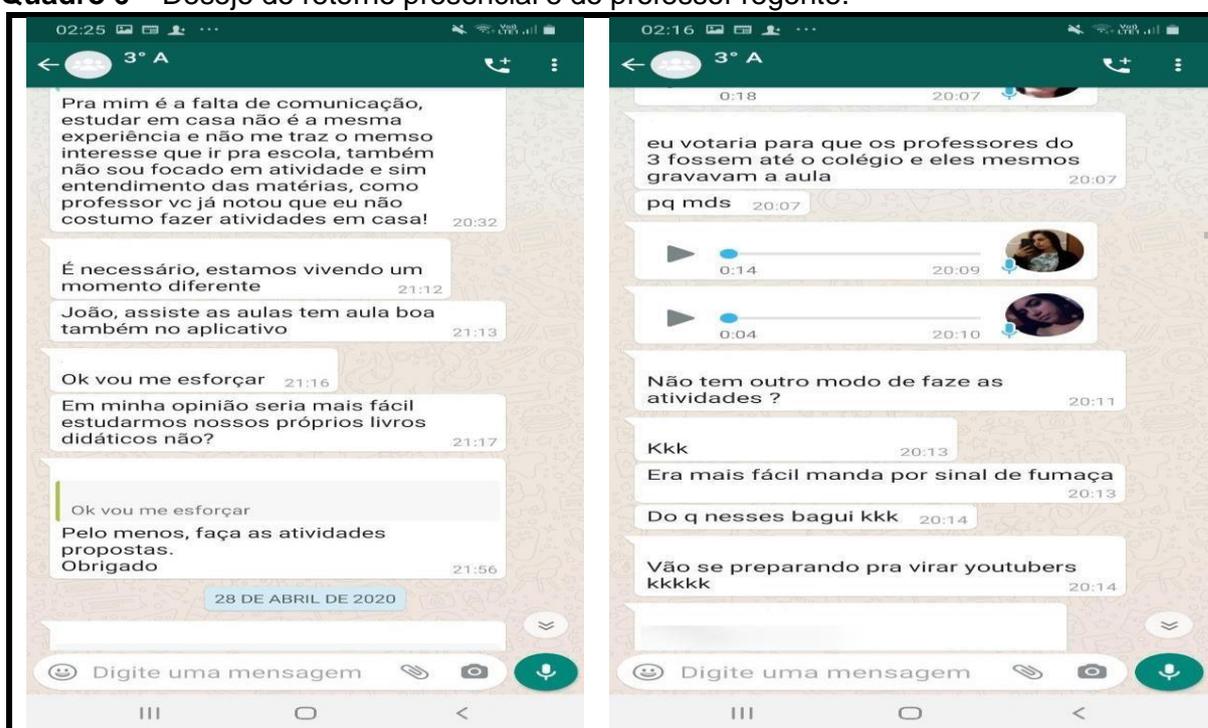
Fonte: *Prints* de telas dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2^{os} e 3^o anos do C.E. Frentino Sackser. Ano letivo de 2020.

Como podemos ver, os alunos demonstram ansiedade por não conseguirem enviar as atividades realizadas, bem como a preocupação dos resultados obtidos nessas atividades, que por vezes apresentavam erros nas correções fornecidas pela

plataforma, “além dos formulários incompletos e mal programados, que dificultam a realização das atividades e prejudica o aprendizado” (CALDEIRA, 2020 s.p.).

Nas mensagens de *WhatsApp* foi possível identificar a angústia dos alunos para o retorno presencial, como vemos em: “estudar em casa não é a mesma experiência e não me traz o mesmo interesse” ou para que as aulas, mesmo que gravadas, fossem ministradas pelos seus próprios professores: “eu votaria para que os professores do 3 fossem até o colégio e eles mesmos gravavam a aula”, como podemos conferir no quadro abaixo.

Quadro 6 – Desejo do retorno presencial e do professor regente.

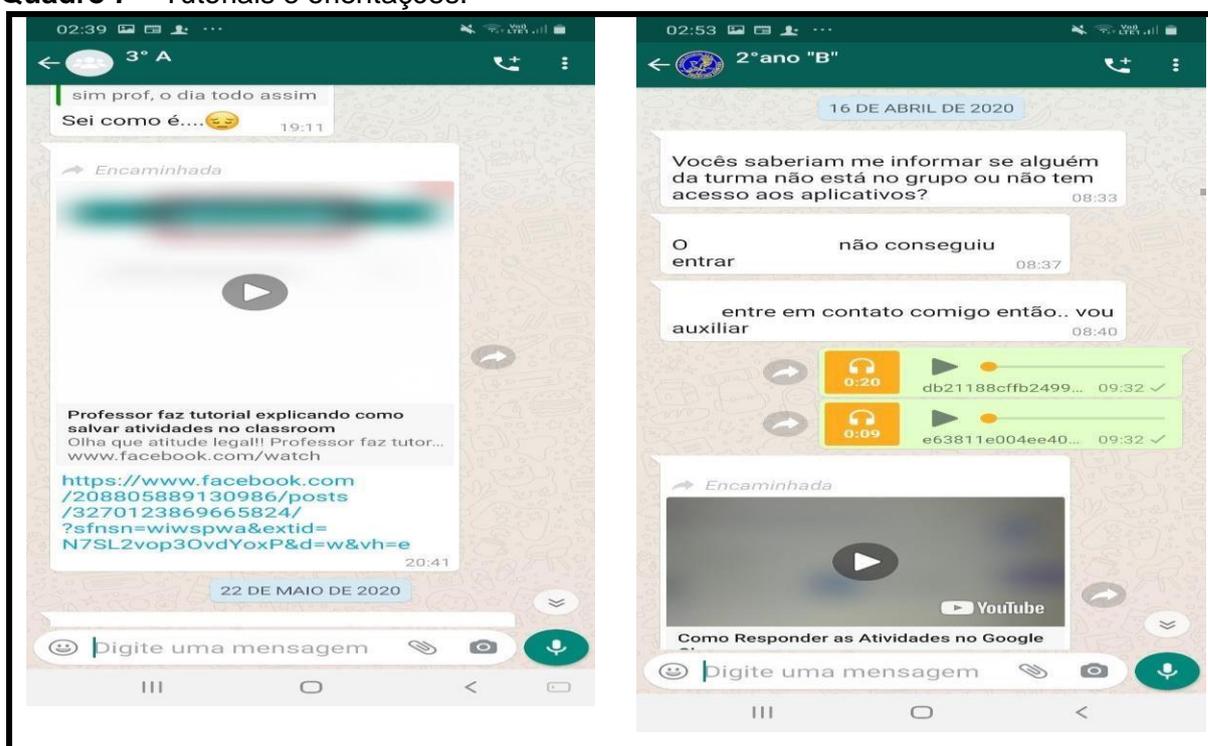


Fonte: *Prints* de telas dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2ºs e 3º anos do C.E. Frentino Sackser. Ano letivo de 2020.

As aulas se iniciaram sem qualquer curso que capacitasse os alunos para o acompanhamento adequado das aulas ofertadas. Todo o direcionamento para a participação das aulas e das atividades, partiu de informativos emergenciais aos professores, que, com a organização de grupos das turmas via *WhatsApp*, passaram a convidar exaustivamente os alunos que possuíam acesso à TCD. O início foi bastante conturbado devido à grande resistência à adesão pela maioria dos alunos, pois acreditavam que seria um período passageiro e que as aulas presenciais retornariam, sem demora.

Logo percebemos que o constante contato dos alunos com as redes digitais não garantiu a habilidade da Aprendizagem nas aulas remotas. Um dos fatores dessa problemática foi a falta da utilização das TCD durante as aulas em anos anteriores, uma vez que nem os professores, tampouco as escolas, estão preparados para a inclusão digital. Preocupados com toda essa situação os professores passaram a fazer orientações e vídeos tutoriais para auxiliar os alunos no acesso e realização das atividades propostas na plataforma.

Quadro 7 – Tutoriais e orientações.

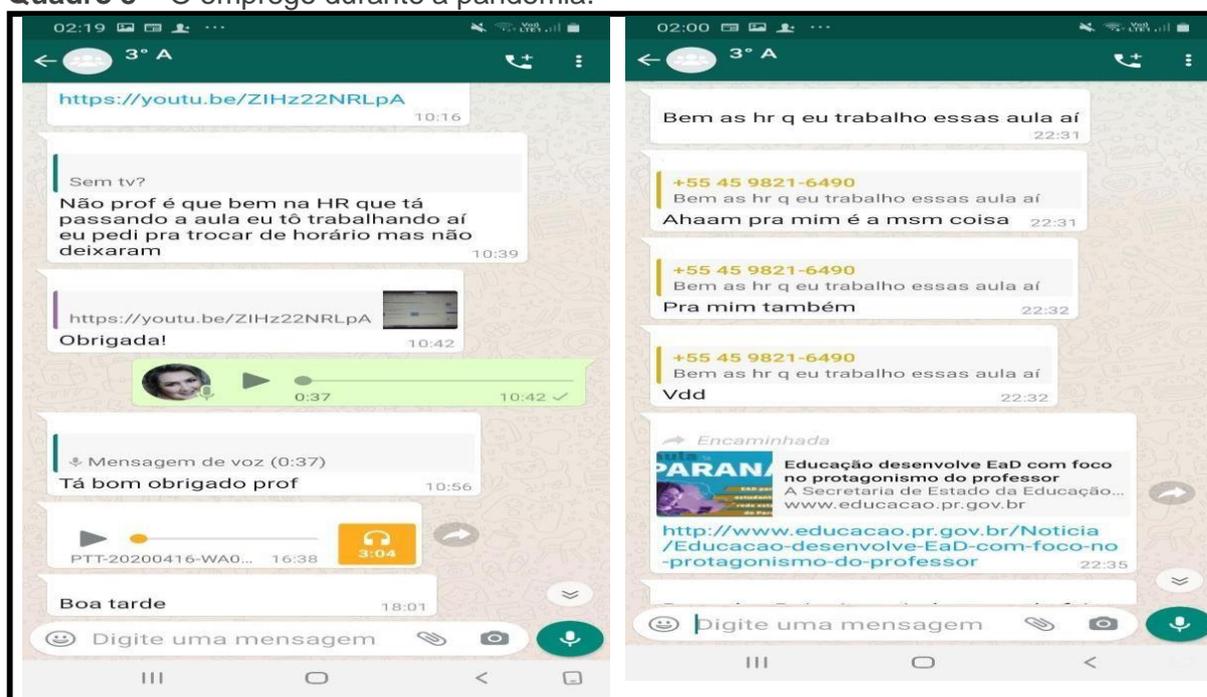


Fonte: *Prints* de telas dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2ºs e 3º anos do C.E. Frentino Sackser. Ano letivo de 2020.

A SEED se desdobrou para a efetivação das aulas, e, exigiu por meio dos núcleos regionais, que cada escola responsabilizasse seus atores institucionais, na busca de alunos para a participação das aulas, bem como com ações sociais, como pedidos de doação de televisores, celulares, computadores e notebooks aos alunos carentes. Mas, mesmo assim, faltava o acesso à *internet*. Nesse sentido, no segundo semestre, as escolas organizaram um calendário para que os professores pudessem atender pequenos grupos de alunos na própria escola, abrindo também o atendimento aos que encontravam dificuldades de organização nas atividades no *Google Classroom*.

Sabemos que a questão econômica dos familiares da maioria dos alunos matriculados no C.E. Frentino Sackser não é muito tranquila, o que faz com que muitos alunos iniciem sua vida profissional bem antes de concluir o ensino médio. Um dos fatores que favoreceu a busca do tão desejado primeiro emprego foi a inauguração do Supermercado Allmayer, nas imediações do colégio, que ofereceu logo no início do 2º semestre daquele ano, 150 vagas, sem comprovação de experiência. Cientes do possível não retorno presencial e com a flexibilização das aulas via *YouTube*, muitos dos alunos começaram a trabalhar. Este fato prejudicou o processo que estava, a passos lentos, começando a funcionar, visto que os alunos, outrora participativos, deixaram de realizar as atividades propostas.

Quadro 8 – O emprego durante a pandemia.



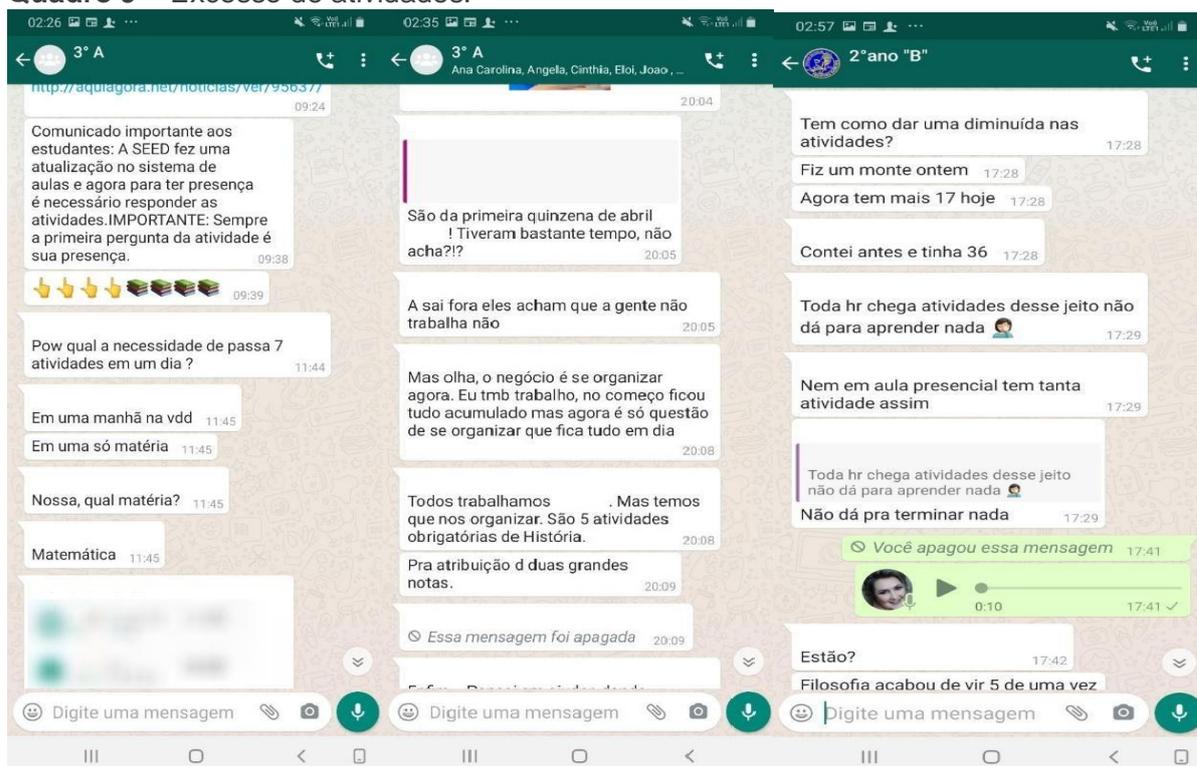
Fonte: *Prints* de telas dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2ºs e 3º anos do C.E. Frentino Sackser. Ano letivo de 2020.

Quando questionados sobre a falta de participação e a não realização das atividades propostas, alegavam estarem trabalhando bem nos horários das aulas, como vemos no quadro 8: “não prof é que bem na HR que tá passando a aula eu tô trabalhando aí eu pedi pra trocar de horário mas não deixaram”. Nitidamente, naquele momento de pandemia, os alunos optaram em trabalhar, não se importando muito com as atividades das aulas remotas.

No entanto, percebemos que não foi apenas a questão socioeconômica que distanciou os alunos. Na reportagem de Caldeira (2020), encontramos a fala da professora Sandra Regina Rocha - secretária educacional da APP/Londrina - que afirma que “Eles não estão dando conta, são muitas dúvidas, faltam recursos, equipamentos para acompanhar as aulas. É desesperador ver o sofrimento dos estudantes. O que a SEED está fazendo é uma violência contra os alunos”, e, segue alertando que é preciso cuidar da saúde mental dos alunos nesse período conturbado, o que é reforçado pela psicóloga e mestre em saúde mental Isadora Nicastro, quando questiona o porquê dessa pressão exagerada e segue argumentando que problemas como de depressão, ansiedade e insegurança podem interferir nas relações de trabalho e familiares a vida toda, então, como enquanto professores poderíamos julgar os alunos que optaram em trabalhar, quando a pressão psicológica afeta a tantos.

Ao constatar a problemática da massificação dos conteúdos, a SEED deu autonomia aos professores para complementar as aulas remotas de acordo com a necessidade individuais, mas sem que os professores alterassem o proposto pela SEED. Esse fato, além de dificultar o trabalho do professor, sobrecarregou os alunos com excesso de atividades extraclasse, ocasionando o desestímulo da Aprendizagem e a desistência de muitos. Para o psicólogo Pedro Braga Carneiro - coordenador da Comissão de Psicologia e Educação de Curitiba do Conselho Regional de Psicologia do Paraná - citado por Caldeira (2020), o cenário é de absoluto estresse, uma vez que a responsabilidade da Aprendizagem deixou de ter o professor como centro, dividindo a tarefa com os pais, causando sobrecarga, frustração e esgotamento. Essa frustração também está muito presente nos desabafos constantes dos alunos nos grupos de *WhatsApp*, como podemos conferir.

Quadro 9 - Excesso de atividades.



Fonte: *Prints* de telas dos grupos de *WhatsApp* dos alunos dos 2ºs e 3º anos do C.E. Frentino Sackser. Ano letivo de 2020.

Quando a SEED implementou a presença dos alunos via sistema BI, passando a cobrar as atividades propostas, para a garantia de presença e nota, houve a necessidade de atualizar o sistema de aulas. Essa atualização incorreu em repostagens excessivas de atividades para os alunos, que imediatamente passaram a questionar a ação. Para amenizar a problemática, os professores foram orientados a criar um quadro de atividades obrigatórias e outro quadro com atividades opcionais no *Google Classroom*. Contudo, os alunos precisavam, ainda assim, acessar as atividades opcionais para a garantia de presença via BI. A revolta pelo excesso de atividades ficou nítida nos comentários dos grupos e perdurou por semanas.

Como vimos, as dificuldades enfrentadas ao longo do ano letivo foram diversas, e alunos que aparentemente não deveriam encontrar dificuldades em acessar e realizar atividades em plataformas como a do *Google Classroom*, as encontraram. O que comprova que, mesmo em contato direto com a rede, os alunos ainda necessitam de capacitação para conseguirem acompanhar as aulas e construir o conhecimento. É nesse momento que devemos elencar a aprendizagem das crianças, do ensino fundamental, por exemplo, que com apenas 10 ou 11 anos já devem realizar as atividades propostas. Percebemos que mesmo com todas as tentativas dos

professores, que preocupados passaram a fazer pequenos vídeos tutoriais para que os alunos conseguissem acessar e realizar as atividades, muitos ainda não conseguiram acompanhar.

A instrução repassada pela SEED foi de que a responsabilidade de manter o aluno nas aulas remotas era do professor e da equipe pedagógica. Assim, a criação de um cronograma para atendimento de pequenos grupos na escola, deveria ser a solução. No entanto, poucos foram os interessados em participar. Os professores passaram a visitar as famílias dos alunos que não estavam acessando, na tentativa do convencimento da necessidade de participação. Um desgaste psicológico muito grande, devido ao risco de exposição ao Coronavírus, além do pouco sucesso da ação. A maioria dos pais alegavam a dificuldade de acompanhar os filhos, mesmo porque trabalham o dia todo e não conhecem os conteúdos. Sentindo-se incapazes e constrangidos diante dos filhos pela situação.

No terceiro trimestre de 2020, o governo ofertou um curso de capacitação tecnológica aos discentes: o Alura, também ofertado aos professores. Contudo, esse curso não teve o intuito de trabalhar as questões diretamente ligadas às aulas remotas. As aulas propostas eram de gamificação, *design* e programação e a inscrição foi pré-definida por turma, contemplando apenas 10 mil dos 1 milhão de alunos da rede estadual.

Até aqui apenas discutimos sobre as dificuldades apresentadas pelos alunos que possuem acesso a TCD. Quanto aos marginalizados e excluídos por não terem dispositivos de acesso ou sequer rede de *internet* em suas residências, restou retirar os materiais e levá-los para casa para a realização das atividades, sem o acompanhamento adequado de um profissional. Além do mais, a organização dos cronogramas de atendimento para esse público nas escolas ficou restrito a apenas 12 alunos/dia. Não contemplando a todos que dela necessitavam.

4.4 RESULTADOS FINAIS DAS APROVAÇÕES, DAS REPROVAÇÕES E DA EVASÃO ESCOLAR DOS ANOS LETIVOS DE 2020 E 2019

Tomando emprestado o pensamento de Deleuze e Guattari (2010), entendemos que o aprender é um encontro com signos e que esses são objeto de aprendizagem quando alguém se torna sensível ao signo do objeto a ser conhecido. Assim, o ato de aprender nada mais é que a interpretação desse signo, a inferência,

e, mesmo que não tenhamos consciência desse aprendizado durante o processo, ele passará a fazer sentido porque estará presente em nossa visão de mundo.

Na tentativa de compreender melhor os resultados dos encontros com signos e da Aprendizagem, por meio da implementação do ERE do ano letivo de 2020, achamos relevante apresentar dados para uma melhor interpretação das sequências de ações tomadas. Para tal, fizemos um recorte das turmas do C.E. Frentino Sackser. Optamos pelas turmas das 2^o séries, uma vez que estas possuem um certo caminhar na educação e são bastante heterogêneas. Para tal, buscamos dados nas atas do Conselho de Classe Final dos anos letivos de 2019 e 2020, e os compilamos em um quadro, como segue:

Quadro 10 - Comparação dos resultados das turmas das 2^a séries do Ensino Médio do C. E. Frentino Sackser de Marechal Cândido Rondon – PR - Referência: 2019 e 2020

2019			2019			2019			2019	
2 ^a série A			2 ^a série B			2 ^a série C				
Nº Alunos	39	100%	Nº Alunos	36	100%	Nº Alunos	49	100%	Soma dos Percentuais das 3 turmas	Média anual em percentual
Aprovados	28	71,79%	Aprovados	28	77,78%	Aprovados	23	46,94%	196,51%	65,50%
Aprovados p/conselho	1	2,56%	Aprovados p/conselho	3	8,33%	Aprovados p/conselho	2	4,08%	14,97%	4,99%
Reprovados	0	0%	Reprovados	0	0%	Reprovados	0	0%	0%	0%
Reprovados Frequência	1	2,56%	Reprovados Frequência	0	0%	Reprovados Frequência	0	0%	2,56%	0,86%
Evadidos/ Desistentes	1	2,56%	Evadidos/ Desistentes	1	2,77%	Evadidos/ Desistentes	14	28,57%	33,9%	11,3%
Remanejados	6	15,38%	Remanejados	2	5,55%	Remanejados	3	6,12%	27,05%	9,02%
Transferidos	2	5,12%	Transferidos	2	5,55%	Transferidos	7	14,28%	24,95%	8,32%
2020			2020			2020			2020	
2 ^a série A			2 ^a série B			2 ^a série C				
Nº Alunos	30	100%	Nº Alunos	26	100%	Nº Alunos	39	100%	Soma dos Percentuais das 3 turmas	Média anual em percentual
Aprovados	23	76,66%	Aprovados	20	76,92%	Aprovados	20	51,28%	204,86%	68,29%
Aprovados p/conselho	5	16,66%	Aprovados p/conselho	3	11,53%	Aprovados p/conselho	4	10,25%	38,44%	12,81%
Reprovados	0	0%	Reprovados	0	0%	Reprovados	0	0%	0%	0%
Reprovados Frequência	0	0%	Reprovados Frequência	2	7,69%	Reprovados Frequência	13	33,33%	41,02%	13,67%
Evadidos/ Desistentes	0	0%	Evadidos/ Desistentes	0	0%	Evadidos/ Desistentes	0	0%	0%	0%
Remanejados	2	6,66%	Remanejados	1	3,85%	Remanejados	2	5,12%	15,63%	5,21%
Transferidos	0	0%	Transferidos	0	0%	Transferidos	0	0%	0%	0%

Fonte: Autoras da pesquisa (2021)

Ao observarmos o quadro 10, mais especificamente a última coluna, na linha das aprovações e aprovações por conselho de classe, constatamos que houve aumento no percentual, passado de 70,49% de 2019 para 81,10% no total de aprovações em 2020. Na linha das reprovações por nota, estranhamente constatamos que não há nenhuma reprovação em 2019 e tampouco em 2020, contudo, ao atentarmos para as reprovações por infrequência, verificamos um aumento de 12,81% em 2020. Além do mais, concluímos então que a diferença está prioritariamente na

questão do não registro das desistências como evasões em 2020, mas, como infrequências, pois, havia a possibilidade de que o aluno, até o último dia de aula, poderia voltar para a escola e cumprir com suas obrigações, deixadas de lado durante todo o ano letivo, conforme parecer presente nas instruções do “*Nivelamento*” e do “*Se Liga! É tempo de aprender mais!*”.

O “*Nivelamento*” consiste na retomada dos conteúdos, tanto para iniciar o ano letivo, dando ao professor uma noção da Aprendizagem de seus alunos, como no final dos trimestres, que, além avaliações e recuperações periódicas já ofertadas, oferece ao aluno outra oportunidade de melhoria de notas nos trimestres. Em outras palavras, após a avaliação via nivelamento, o professor teve de atribuir uma nota de acordo com esse último resultado, mantendo a nota maior como resultado final de cada trimestre.

Para entender melhor essas propostas, vale frisar que o Ofício Circular nº 083/2020 da SEED, de 23 de novembro de 2020, aborda a proposta do “*Se Liga! É tempo de aprender mais!*” Esse projeto tem o objetivo de retomar os conteúdos essenciais para aprofundamento dos conhecimentos e contemplar o desenvolvimento das competências e habilidades em defasagem, ao aplicar ações didático-pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas. O projeto em questão aconteceu no final do ano letivo e consistiu em considerar os diversos perfis e necessidades de aprendizagem dos alunos, com um olhar diferenciado, em especial, àqueles com baixo rendimento escolar e infrequências.

Para a efetivação desse projeto, o NRE orientou os professores quanto às atividades e os materiais, que foram planejados e elaborados coletivamente, com colegas e a equipe pedagógica, e postos em prática com as metodologias participativas como trabalhos em grupo, seminários, estudos dirigidos, entre outras.

Nesse ofício constatamos que a realização e devolutiva das atividades do “*Se Liga! É tempo de aprender mais!*”, além de atribuir nota, valida a frequência dos alunos, de modo que o professor teve a incumbência de verificar os resultados obtidos durante o ano, e rever, tanto as notas como as frequências dos alunos em cada um dos trimestres. Faz-se mister lembrar que no LRCO foi aberto um campo específico em cada um dos trimestres para o registro da nota resultante do “*Se Liga!*”, que automaticamente substituiu todas as notas anteriores. Esse projeto aconteceu após o dia 30 de novembro. Como podemos notar, um período muito curto para retomada de conteúdos pertinentes ao ano todo. Considerando estes apontamentos,

contabilizamos para cada uma das avaliações, 3 oportunidades de recuperação de notas e, ainda, a retirada das faltas.

Aqui também podemos justificar o percentual de evasão nulo em 2020 e o aumento das reprovações por infrequência. Assim, mesmo com tantas oportunidades e exaustivas tentativas de chamada para o retorno dos alunos, ainda tivemos 12,81% de alunos reprovados por infrequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática do isolamento social causado pela pandemia do Novo Coronavírus, em 2020, afetou muitos setores sociais, entre eles, a educação. O governo paranaense, com objetivo de garantir o direito de acesso à educação durante esse período, implementou o ERE – chamando-o, equivocadamente, de EaD –, por meio do qual passou a ofertar as aulas à demanda escolar do ensino fundamental e médio, em massa, sem considerar as peculiaridades exigidas nos cursos em formato a distância. Tampouco, considerou que os Planos de Trabalho Docentes (PTD) são construídos e propostos pelos professores das disciplinas de cada escola da rede estadual, nos quais levam em conta as particularidades de Aprendizagem de acordo com nível dos alunos, que são verificados ao longo da história escolar. Ainda, desconsiderou a observância dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) de cada instituição, nos quais é possível identificar as especificidades das escolas e da região onde essas se localizam.

A EaD para ser considerada uma modalidade de ensino consolidada deve proporcionar pilares, tais quais: qualidade de ensino, versatilidade e inclusão dos indivíduos no processo de Aprendizagem, de forma integradora, dinâmica e virtual, pautado na interatividade (DAL MOLIN; OLIZAROSKI; REICHERT, 2020). Além do mais, de acordo com Peroni (2003), as aulas devem ser planejadas, elaboradas e executadas por uma equipe multidisciplinar composta por professor formador, professor tutor, professor conteudista, coordenador e equipe técnico-administrativa. O trabalho deve ser realizado pela proposição dos conteúdos, do acesso a fontes e da disseminação da informação e do conhecimento, além de atividades e exercícios práticos, de videoaulas, de explicações, de materiais diversos como apostilas, livros, revistas, *links*, *blogs*, jornais, enfim, todo o material disponível, tanto físico como virtual, considerando sempre a realidade e o conhecimento *a priori* do ator principal –

o aluno. Ou seja, é preciso ter em mente para quem o material está sendo produzido, pois “deverá proporcionar a interação constante entre os cursistas e os diferentes meios, a fim de que o conhecimento possa ser compartilhado pela construção de uma rede de relações com diferenciados significados” (MARTINS *et al.*, 2017, p. 18).

Por conseguinte, todo o processo de Aprendizagem precisa ser avaliado constantemente e novas estratégias devem ser propostas quando verificado alguma lacuna ou dificuldade, tanto por parte dos professores como dos alunos.

Pautados nessa compreensão, constatamos que a modalidade de ensino sugerida e implementada não pode ser denominada de EaD, como sugerido e utilizado pela SEED, pois se trata de aulas remotas enriquecidas com tecnologia, nas quais um professor, apropriando-se de um conteúdo específico, atendeu, concomitantemente, a todos os alunos do estado, sem distinção, não havendo a consideração do prévio conhecimento desses, nem das condições de acesso e do respeito ao ritmo de aprendizagem nesse contexto massificante, tampouco a preocupação da realidade na qual estão inseridos, diga-se de passagem, alguns com condições miseráveis de sobrevivência, marginalizados e completamente excluídos desse processo.

A lacuna presente entre os que possuem e os que não possuem acesso à um dispositivo e à *internet* é tão ampla que se torna “incômodo” falar sobre o modelo de ensino proposto. O que restou a todos foi a certeza de exclusão ainda maior e um mundo capitalista insensato, pois, como verificamos, enquanto as aulas remotas ocorriam, com dificuldades significativas, mesmo para os que são considerados digitalmente inclusos – apesar de apenas possuírem um celular ultrapassado, com tela quebrada, com uma bateria que precisa estar constantemente ligada à energia -, tiveram problemas para o acesso, bem como para a realização, postagens e envios das atividades propostas no *Google Classroom*. As manifestações de angústias, anseios, desespero e pressão psicológica verificados nos grupos de *WhatsApp* – criados especificamente para que houvesse uma interação maior entre professores, alunos e pais –, além da inquietante situação socioeconômica que exige a inserção precoce no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência, entre tantas outras dificuldades enfrentadas como os que conferimos com os alunos sem acesso à *internet*, que apenas recebiam as atividades para realizá-las em casa sem nenhum acompanhamento profissional, ficando completamente a mercê de todo um sistema

completamente falho, fato que mostra a dificultosa realidade enfrentada pelos alunos das escolas públicas nesse período de isolamento social.

Não podemos negar que os alunos tiveram a oportunidade de participar das aulas remotas ofertadas via gravações de conteúdos considerados relevantes. Contudo, a participação capaz de garantir o processo de Aprendizagem pelo protagonismo foi completamente ignorada.

Somos sabedores que um sujeito crítico não se constrói apenas com o repasse de conteúdo, é preciso muito mais. Faz-se necessário o que Deleuze e Guattari (2010) chamam de sonho, de encontro com os signos, de experimentação e de sentir o desejo para a produção, ações que só são possíveis a partir do participar, fazer juntos, errar, tentar novamente, experimentar, analisar, entender e aprender.

A criticidade se constrói, segundo Assmann (1998), Dal Molin (2003), Nogaro e Cerutti (2016), diante do encantar, do despertar a curiosidade e da condução do sujeito a sentir a necessidade de conhecer mais, de buscar, de experimentar e, para isso, segundo Serres (2013), é preciso que ele esteja conectado com o mundo, com outros seres e juntos, construir aquilo que faz de nós, seres humanos, sujeitos que, mesmo que conectados ciberneticamente, como apontado por Lévy (1999), conseguem agir na sociedade, dar o seu melhor, cobrar os seus direitos e viver uma vida digna e plena em condições sociais adequadas, para que na simbiose Homem versus Máquina, alcancemos a Aprendizagem. Dessa forma, a escola deixará de ser um ambiente outrora citado como mero espaço de reprodução científica, e passará a fazer o papel que a ela cabe: construir sujeitos críticos.

Os esforços, por parte do governo paranaense, em propiciar possibilidades para o acesso dos estudantes da rede pública de ensino e a garantia do direito à educação e do avanço cognitivo durante o período de isolamento social, foram incessantes. Contudo, não suficientes. Mas, nada está perdido. Considerando a experimentação, abordada por Deleuze (2010), o ano letivo de 2020, pode e deve ser considerado um ano de muita Aprendizagem, pois reforça a necessidade de inserir a TCD nas metodologias de ensino, a relevância de investimentos na estrutura escolar – tanto em laboratórios de informática ou em dispositivos –, o acesso à rede de *internet* condizente com a demanda, sem contar com a urgência de capacitações docentes continuadas para garantir que a iniciativa dada para a inserção do mundo cibernético nos ambientes escolares, não se perca pela falta de recursos. Além do que, reforça a imperatividade da reflexão sobre a proposição de planejamentos consistentes

capazes de atender às necessidades específicas, considerando os diferentes níveis e ritmos de Aprendizagem, bem como da diversidade regional, via projetos pedagógicos emancipatórios e de práticas didáticas dialógicas, tanto no ensino remoto como no presencial.

Além do mais, a implementação do ERE, apesar de ter causado inúmeros transtornos, tanto para os alunos como para os professores, fez com que houvesse a percepção da possibilidade de grandes melhorias no processo de Aprendizagem, bem como enfatizou a necessidade de repensar os modelos de ensino, passando a considerar não apenas novas propostas metodológicas, mas quiçá, a implementação de novos modelos de ensino, como o Híbrido, muito indicado para a realização do trabalho pedagógico, visto que ele permite a utilização das metodologias participativas, nas quais o aluno, de forma interativa, envolvente e criativa, se torna o principal responsável na busca do conhecimento, o que o faz se sentir membro participativo para a construção da autonomia e conquistar a tão sonhada emancipação.

REFERÊNCIAS

APP-SINDICATO. EaD: Governo Ratinho expõe estudantes a mensagens de suicídio e pornografia. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 6 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ead-governo-ratinho-expoe-estudantes-a-mensagens-de-suicidio-e-pornografia/> Acesso em: 05 ago. 2020g.

APP-SINDICATO. 10 MOTIVOS para não usar EaD durante a pandemia do Coronavírus. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 24 de mar. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/migracao-para-ead-favorece-evasao-e-baixo-desempenho-alerta-especialista/> Acesso em: 05 ago. 2020j.

APP-SINDICATO. Aplicativo Aula Paraná recebe nota 1,5 e é reprovado por estudantes. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 8 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/aplicativo-aula-parana-recebe-nota-15-e-e-reprovado-por-estudantes/> Acesso em: 05 ago. 2020e.

APP-SINDICATO. APP-Sindicato cobra posicionamento do Conselho de Educação sobre ensino a distância. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 2 jun. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-cobra-posicionamento-do-conselho-de-educacao-sobre-ensino-a-distancia/> Acesso em: 7 ago. 2020a.

APP-SINDICATO. APP-Sindicato denuncia exclusão de alunos e quebra do isolamento social no MP. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 21 maio de 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-denuncia-exclusao-de-alunos-e-quebra-do-isolamento-social-no-mp/> Acesso em: 07 ago. 2020d.

APP-SINDICATO. APP-Sindicato denuncia obrigatoriedade de escalas no meet no Ministério Público. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 1 out. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-denuncia-obrigatoriedade-de-escalas-no-meet-no-ministerio-publico/> Acesso em: 10 out. 2020b.

APP-SINDICATO. APP-Sindicato intensifica luta pela reorganização das aulas na rede estadual. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 12 jun. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-intensifica-luta-pela-reorganizacao-das-aulas-na-rede-estadual/> Acesso em: 15 ago. 2020c.

APP-SINDICATO. EaD exclui 60% dos(as) estudantes: Feder e Ratinho comemoram. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 8 maio de 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ead-exclui-60-dos-estudantes-feder-e-ratinho-comemoram/> Acesso em: 06 ago. 2020f.

APP-SINDICATO. Escola pública não pode ser atacada. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 01 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-sindicato-e-contra-proposta-de-ensino-a-distancia-durante-a-pandemia/> Acesso em 06 ago. 2020h.

APP-SINDICATO. Ministério Público recebe denúncia contra Ensino a Distância de Ratinho Jr. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 6 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ministerio-publico-recebe-denuncia-contra-educacao-a-distancia-de-ratinho-jr/> Acesso em: 05 ago. 2020l.

APP-SINDICATO. Novo decreto de Ratinho Jr visa instituir EAD para escolas estaduais. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 24 de mar. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/novo-decreto-de-ratinho-jr-visa-instituir-ead-para-escolas-estaduais>. Acesso em: 05 ago. 2020i.

APP-SINDICATO. Conselho de Direitos Humanos do Paraná pede suspensão do calendário escolar. **Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato)**. (site), Curitiba: [s. n.], 1 jun. 2020. Notícias. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/conselho-de-direitos-humanos-do-parana-pede-suspensao-do-calendario-escolar/> Acesso em: 7 ago. 2020m.

ARAÚJO JR, Carlos Fernando; MARQUESI, Sueli Cristina. Atividades em ambientes virtuais de aprendizagem: parâmetros de qualidade. Cap. 50. p. 358-368. *In*: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação**: Rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do Aprender na Sociedade de Informação. *In*: **Ciência Da Informação**. v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/882Brasília>. Acesso em: 15 set. 2020.

BORGES, Tiago Silva; ALENCAR, Gidélia. **Metodologias Ativas Na Promoção Da Formação Crítica Do Estudante**: O Uso Das Metodologias Ativas Como Recurso Didático Na Formação Crítica Do Estudante Do Ensino Superior. Cairu em Revista. Ano 3. jul./ago. 2014.

BORTOLOTTI, Nelita. **O sentido da ciência no ato pedagógico**: conhecimento teórico na prática social. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 1999**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/portaria-n-188-de-3-de-f>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília, 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3017/portaria-mec-n-343>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 345, de 19 de março de 2020**. Altera a **Portaria MEC nº 343**, de 17 mar. 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 25 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**. Brasília, DF, 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19). Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em 10 set. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Proposta de Parecer sobre Reorganização dos Calendários Escolares e Realização de Atividades Pedagógicas não Presenciais durante o período de Pandemia da COVID-19**. 18 mar. 2020. Notícias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2020->

[pdf/144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19/file](#). Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

CALDEIRA, Elsa. **Pressão causada pelo EAD afeta a saúde mental dos estudantes**. Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato). 28 de maio de 2020. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/pressao-causada-pelo-ead-afeta-a-saude-mental-dos-estudantes/> Acesso em: 7 ago. 2020.

CEE. Conselho Estadual de Educação. (Paraná). **Deliberação nº 01/2020**, de 03 de abril de 2020. Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19. Diário Oficial [do] Estado do Paraná: nº 10665: Poder Executivo, Paraná, p. 44-123, 08 abr. 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOEPR/> Acesso em 30 mar. 2020.

CHIARELLI, Carlos Alberto. A importância da EaD para o desenvolvimento do país. [Entrevista cedida a] **TIC Educação**. 08 jun. 2010. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/21736>. Acesso em: 15 maio 2020.

CHRISTENSEN, Clayton Magleby; HORN, Michael; STAKER, Heather. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. Tradução de Fundação Lemann e Instituto Península. 2013. Disponível em: https://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

CNTE. O Currículo escolar em tempos de pandemia do Coronavírus. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)**. (site) Curitiba, PR: [s. n.], 26 Mar. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/notas-publicas/72981-o-curriculo-escolar-em-tempos-de-pandemia-do-coronavirus> Acesso em 05 ago. 2020.

CONSELHO DE CLASSE. Ata nº 54 [da reunião do Conselho de Classe Final do Colégio Estadual Frentino Sackser] de 13 de dez. de 2019. In: **Atas dos Conselhos de Classe de 2019**. Marechal Cândido Rondon: [s. n.], 2019a.

CONSELHO DE CLASSE. Ata nº 55 [da reunião do Conselho de Classe Final do Colégio Estadual Frentino Sackser] de 13 de dez. de 2019. In: **Atas dos Conselhos de Classe de 2019**. Marechal Cândido Rondon: [s. n.], 2019b.

CONSELHO DE CLASSE. Ata nº 55 [da reunião do Conselho de Classe Final do Colégio Estadual Frentino Sackser] de 12 de dez. de 2020. In: **Atas dos Conselhos de Classe de 2020**. Marechal Cândido Rondon: [s. n.], 2020a.

CONSELHO DE CLASSE. Ata nº 56 [da reunião do Conselho de Classe Final do Colégio Estadual Frentino Sackser] de 13 de dez. de 2019. In: **Atas dos Conselhos de Classe de 2019**. Marechal Cândido Rondon: [s. n.], 2019c.

CONSELHO DE CLASSE. Ata nº 56 [da reunião do Conselho de Classe Final do Colégio Estadual Frentino Sackser] de 12 de dez. de 2020. In: **Atas dos Conselhos de Classe de 2020**. Marechal Cândido Rondon: [s. n.], 2020b.

CONSELHO DE CLASSE. Ata nº 57 [da reunião do Conselho de Classe Final do Colégio Estadual Frentino Sackser] de 12 de dez. de 2020. In: **Atas dos Conselhos de Classe de 2020**. Marechal Cândido Rondon: [s. n.], 2020c.

CRODA, Julio. *et al.* COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, 2020, vol.53. p.1-6 Versão online. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822020000101000&lng=en#aff6. Acesso em: 15 ago. 2020.

DAL MOLIN, Beatriz Helena. **Do tear a tela: uma tessitura de linguagens e sentidos para o processo de Aprendizagem**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DAL MOLIN, Beatriz Helena. *et al.* **Mapa referencial para construção de material didático para o Programa e-Tec Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2008.

DAL MOLIN, Beatriz Helena; ALVES, Lourdes Kaminski. A aprendizagem em cenários virtuais e os processos de subjetivação: tecido e tecelagem do universo. In: Congresso IberoAmericano de Docência Universitária, 7. **Anais** [...]. Porto: Centro de Investigação e Intervenção Educativas - CIIE, 2012. p. 2.430-2.443. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/cidu/publicacoes/livro_de_textos.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021.

DAL MOLIN, Beatriz Helena. A importância do ensino a distância. [Entrevista cedida a] **Revista Eduque em Ação**. 14 de set, 2015. 1 vídeo (16 min). Disponível em: <https://youtu.be/UU6PggDmghM>. Acesso em: 16 out. 2019.

DAL MOLIN, Beatriz Helena; OLIZAROSKI, Iara Mikal Holland; REICHERT, Cleuza Maria. Novos tempos, novos seres, novos saberes: uma proposta didático-pedagógica por meio de metodologias ativas no ensino híbrido. p. 592-617. In: HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. (orgs.). **Imagens do pensamento: sociedade hiper complexa e educação remota**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. 4^o edição. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v.3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v.4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 1^o reimpressão: São Paulo: Editora 34, Coleção Trans. v.4, Reimpressão 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz Benedicto Lacerda Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. 2. ed. Tradução de Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

EAD. **Como surgiu o EAD**. Homepage. Disponível em: <https://www.ead.com.br/como-surgiu-ensino-a-distancia>. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANCO, Iara Cordeiro de Melo. **Complexidade e controvérsias na educação a distância: A implantação da modalidade na USP**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GALLO, Silvio. Em torno de uma educação menor. *In: Educação & Realidade*. Dossiê Gilles Deleuze, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 169-178, jul./dez. 2002.

GALLO, Silvio. As múltiplas dimensões do aprender...*In: Congresso de Educação Básica - COEB: aprendizagem e currículo. Anais [...]*. Florianópolis: COEB, 2012. p.1-10. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_10.54.50.a0ac3b8a140676ef8ae0dbf32e662762.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020

GERALDI, João Wanderly. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Candido Alberto da Costa. A legislação que trata da EAD. *In: LITTO, Frederic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. (orgs.). Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GRUPO 3^o SÉRIE A. **[Dificuldades de acesso à plataforma]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma A, da 3^o série do C.E. Frentino Sackser]. 10 abr. 2020. 17:28; 16:30; 16:58; 18:39; 18:41; 19:49; 20:03. 28 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 2º SÉRIE B. **[Dificuldades de acesso à plataforma]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma B, da 2º série do C.E. Frentino Sackser]. 10 abr. 2020. 17:28; 19:25. 19:56. 5 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 3º SÉRIE A. **[Pressão psicológica]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma A, da 3º série do C.E. Frentino Sackser]. 16 de maio 2020. 09:51; 15:08; 16: 28; 16:31; 19:09; 21:24; 22:06. 27 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 2º SÉRIE B. **[Pressão psicológica]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma B, da 2º série do C.E. Frentino Sackser]. 16 de maio de 2020. 21:18; 21:20. 6 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 3º SÉRIE A. **[Desejo do retorno presencial e do professor regente]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma A, da 3º série do C.E. Frentino Sackser]. 28 abr. 2020. 20:07; 20:11; 20:13; 20:32; 21:12; 21:17; 21:56. 16 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 3º SÉRIE A. **[Tutoriais e orientações]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma A, da 3º série do C.E. Frentino Sackser]. 22 maio 2020. 19:11; 20:41. 2 mensagens de *WhatsApp*

GRUPO 2º SÉRIE B. **[Tutoriais e orientações]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma B, da 2º série do C.E. Frentino Sackser]. 16 abr. 2020. 08:33; 08:37; 09:32. 6 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 3º SÉRIE A. **[O emprego durante a pandemia]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma A, da 3º série do C.E. Frentino Sackser]. 10 out. 2020. 10:16; 10:39; 10:42; 18:01; 22:31; 22:32; 22:35. 13 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 3º SÉRIE A. **[Excesso de atividades]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma A, da 3º série do C.E. Frentino Sackser]. 12 out. 2020. 09:24; 09:38; 11:44; 11:45; 20:05; 20:08; 20:09. 15 mensagens de *WhatsApp*.

GRUPO 2º SÉRIE B. **[Excesso de atividades]**. *WhatsApp*. [Grupo de *WhatsApp* da turma B, da 2º série do C.E. Frentino Sackser]. 12 out. 2020. 17:28; 17:29; 17:41; 17:42. 10 mensagens de *WhatsApp*.

HORN, Michael; STAKER, Heather. ***Blended***: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Tradução de Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES. **Guia pedagógico de referência rápida**: Coleção de estratégias/metodologias de ensino. Coleção de avaliações formativas. (Apostila) 53 p. Disponível em: https://docplayer.com.br/83000633-Guia-pedagogico-de-referencia-rapida-colecao-de-estrategias-metodologias-de-ensino-colecao-de-avaliacoes-formativas.html#show_full_text. Acesso em: 15 ago. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1999.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998

LITTO, Frederic Michael. **Aprendizagem a distância**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MARTINS, Antonio Carlos S. *et al.* **Diretrizes para o Professor Formador**. Minas Gerais: IFNMG-CEAD, 2017.

MARTINAZO, Celso José; GRIEBELER, Juliana Giacomelli. A dinâmica não linear da educação a distância: um olhar a partir da complexidade. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 18, n. 57, p. 478-493, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/23836/0>. Acesso em: 15 maio 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguística Aplicada e Vida Contemporânea: Problematização dos Construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 85-105.

MORAN, José Manuel. **Os modelos educacionais na aprendizagem on-line**. Homepage. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/modelos.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Informática na Educação**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 137- 144, set. 2000.

MORAN, José Manuel. Educação Híbrida: Um conceito-chave para a educação, hoje. *In*: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. (orgs.) **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. *In*: YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. (org). **Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2017.

NOGARO, Arnaldo; CERUTTI, Elizabete. **As TICs nos labirintos da prática educativa**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

PARANÁ. **Decreto Lei nº 4.230**, de 16 de março de 2020. *Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19*. Curitiba, PR. Março de 2020. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390948>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARANÁ. **Resolução nº 1.014/2020 – GS/SEED**. Dispõe sobre o chamamento em caráter emergencial de professores do Quadro Próprio de Magistério-QPM. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/res_1014-2020-gs-Seed_amg_chamamento_emergencial_grupo_de_trabalho_para_producao_de_material_audiovisual.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

PARANÁ. **Resolução nº 1.175/2020 – GS/SEED**. Súmula: Altera a Resolução n.º 1.014 – GS/SEED, de 3 abr. 2020. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/resolucao17752020gsseed.pdf Acesso em 01 out. 2020.

PARANÁ. **Decreto Lei nº 4.258/2020**. Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-4258-2020>. Acesso em: 21 out. 2020.

PARANÁ. **Resolução nº 1522/2020 - GS/SEED** - Estabelece em regime especial as atividades escolares na forma de aulas não presenciais em decorrência da pandemia causada pela COVID-19. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/assuntosLegislativos/uploadAddress/Resolucao-n-1.522.2020--GS.SEED%5B92490%5D.pdf>. Acesso em 15 out. 2020.

PARANÁ. **Resolução nº 1.016 – GS/SEED**. Dispõe sobre o regime especial, aulas não presenciais, de 03 de abr. 2020. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/edu/resolucao_n1016_2020_g_s_seed_pr_regime_especial_aulas_nao_presenciais_covid19.pdf. Acesso em 10 out. 2020.

PARANÁ. **Lei nº 6.174/1970**. Estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná..... 4º Os cargos públicos do Poder Executivo do Estado do Paraná são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidas as condições prescritas em lei e regulamento. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-6174-1970-parana-estabelece-o-regime-juridico-dos-funcionarios-civis-do-poder-executivo-do-estado-do-parana>. Acesso em: 10 out. 2020.

PARANÁ. **Instrução normativa nº 003/2020 – GRHS/SEED**. Dispõe sobre a licença especial dos servidores públicos, de 8 de abr. 2020. Curitiba, PR, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Licenca-Especial-confira-Instrucao-Normativa-publicada-pela-Educacao>. Acesso em: 21 out. 2020.

PERONI. Érica. **Agentes de Educação a Distância – Autor, Tutor e Aprendiz**. Apostila. 2013. Disponível em: http://sis.posestacio.com.br/sistema/rota/rotas_81/383/scorm/05_referencias/compartilhada/anexos/pdf.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. In: *On the Horizon (UNB) University Press*, Vol.9 n. 5, out. 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing>. Acesso em: 19 jul. 2021.

QUEIROZ, Cecília Telma Alves Pontes de; MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio-filosóficos da educação**. Campina Grande, Natal: UEPB/UFRN, 2007.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

VINCI, Christian Fernando Guimarães. **O Conceito de Experimentação na Filosofia de Gilles Deleuze**. Universidade de São Paulo (USP) – Brasil, In: Sofia. Vitória (ES), v.7, n.2, p. 322-342, Jul./Dez. 2018.

YANO, Célio. Seed troca diretores de escolas por não cumprirem meta das aulas online na pandemia. **Gazeta do Povo**. Notícias *On-line*. 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/seed-troca-diretores-de-escolas-por-nao-cumpriram-meta-das-aulas-online-na-pandemia/> Acesso em: 10 jan. 2021.

ANEXO A

DECRETO Nº 4230/2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

Publicado no DOE - PR em 16 mar 2020

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional;

Considerando a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, que dispõe sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações dos serviços de saúde no âmbito do Estado do Paraná;

Considerando a Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

Considerando a Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que regulamentou e operacionalizou o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, publicado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, em fevereiro de 2020;

Considerando o Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, editado pela Secretaria de Estado de Saúde;

Considerando o Plano Estadual da Saúde da Secretaria de Estado da Saúde 2020/2023;

Considerando a Declaração da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, de que o surto do novo Coronavírus (COVID-19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII);

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do COVID-19;

Considerando que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

Decreta:

Art. 1º Estabelece, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19, com os seguintes objetivos estratégicos:

I - limitar a transmissão humano a humano, incluindo as infecções secundárias entre contatos próximos e profissionais expostos aos riscos de infecção, prevenindo eventos de amplificação de transmissão;

II - identificar, isolar e cuidar dos pacientes precocemente, fornecendo atendimento adequado às pessoas infectadas;

III - comunicar informações críticas sobre riscos e eventos à sociedade e combater a desinformação;

IV - organizar a resposta assistencial de forma a garantir o adequado atendimento da população na rede de saúde.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde relativa ao COVID-19 poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - isolamento;

II - quarentena;

III - exames médicos;

IV - testes laboratoriais;

V - coleta de amostras clínicas;

VI - vacinação e outras medidas profiláticas;

VII - tratamentos médicos específicos;

VIII - estudos ou investigação epidemiológica;

IX - teletrabalho aos servidores públicos;

X - demais medidas previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 6080 DE 04/11/2020):

Art. 3º A realização de eventos abertos ao público está condicionada ao atendimento dos seguintes critérios:

I - o local deve assegurar condições para o distanciamento físico mínimo de 1,5 metro entre pessoas, em todas as direções (9 m²/pessoa), considerando frequentadores e trabalhadores.

II - cada estabelecimento deve elaborar seu Plano de Contingência, e dimensionar a capacidade do local, inclusive da disposição dos mobiliários, a fim de assegurar condições para o distanciamento físico e demais medidas de prevenção.

III - a capacidade de pessoas no local deve ser definida pelo responsável do estabelecimento de forma a garantir o distanciamento exigido no inciso I e de forma a não ultrapassar 50% do total.

IV - todos os frequentadores do evento devem obrigatoriamente usar máscara, conforme Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020.

V - o local deve ser mantido constantemente arejado, o uso do ar-condicionado deve ser evitado, contudo, caso seja imprescindível, o aparelho deve ser mantido com seus componentes limpos e com a manutenção preventiva em dia, sob responsabilidade de um profissional habilitado, adotando estratégias que garantam maior renovação do ar e maior frequência na limpeza dos componentes.

VI - os dispensadores de álcool gel 70% para higienização das mãos devem estar disponíveis no local, em condições de fácil acesso e mantidos constantemente abastecidos".

VII - em nenhum local do evento deve ser permitida a formação de pontos de aglomeração.

VIII - o local deve disponibilizar recursos para o controle do número de pessoas no evento, como senha, pré inscrição, QR-code, e outros.

IX - quando necessária a compra de ingressos, esta deve ocorrer preferencialmente online.

X - para eventos que possuem período definido de término, como palestras, teatros, e outros, deve haver organização de fluxo de entrada e saída a fim de evitar aglomeração de pessoas também nestes pontos.

§ 1º Eventos de massa enquadrados na Resolução nº 595/2017, bem como aqueles não enquadrados nessa Resolução SESA mas que proporcionam risco para aglomeração de pessoas e não garantam o distanciamento físico, permanecem suspensos.

§ 2º O descumprimento das determinações contidas neste Decreto ensejará as penalidades civil e penal dos agentes infratores, contidas na Lei nº 13.331, de 23 de novembro 2001, regulamentada pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, ou outros que vierem substituí-los.

§ 3º Demais medidas específicas serão emitidas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º Ficam suspensas, a partir de 23 de março de 2020, a fruição de férias e licenças de servidores da Secretária de Estado da Saúde - SESA, da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP e da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. Caberá aos Titulares dos Órgãos, de acordo com a conveniência e oportunidade, excepcionalizar o contido no caput deste artigo. **(Redação dada pelo Decreto Nº 5444 DE 17/08/2020).**

I - A Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, devidamente fundamentada por questões operacionais, poderá determinar critérios específicos para a suspensão de que trata o caput deste artigo. **(Inciso acrescentado pelo Decreto Nº 4258 DE 17/03/2020).**

Art. 5º A Secretaria de Estado da Saúde - SESA e a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, dentro da esfera de suas atribuições, deverão expedir, em até sete dias após a publicação deste Decreto, recomendações para implementação dos procedimentos previstos nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º deste Decreto.

Parágrafo único. No prazo previsto no caput deste artigo, a Casa Militar da Governadoria deverá expedir regulamentação sobre o uso das aeronaves sob sua responsabilidade, a fim de direcionar sua utilização para o transporte de testes do COVID-19. **(Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 4258 DE 17/03/2020).**

Art. 6º Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual e Municipal deverão compartilhar dados essenciais à identificação de pessoas infectadas ou com suspeita de infecção pelo COVID-19, assim como as pessoas jurídicas de direito privado quando os dados forem solicitados por autoridade sanitária, com a finalidade exclusiva de evitar a propagação da doença, nos termos da Lei Federal nº 13.979, de 2020.

Art. 7º Os Titulares dos Órgãos e Entidades compreendidos no art. 1º deste Decreto poderão, após análise justificada da necessidade administrativa e, dentro da viabilidade técnica e operacional, amparados por ato normativo a ser editado pela Secretaria de Estado da Saúde, suspender ou retomar, total ou parcialmente, expediente de trabalho e atendimento presencial ao público, bem como instituir regime de teletrabalho para servidores, resguardando, para manutenção dos serviços considerados essenciais, quantitativo mínimo de servidores em sistema de rodízio, através de escalas diferenciadas e adoções de horários alternativos. **(Redação do caput dada pelo Decreto Nº 5686 DE 15/09/2020).**

§ 1º Para a execução dos preceitos deste artigo, considera-se teletrabalho o trabalho prestado remotamente por servidor público ocupante de cargo efetivo ou em comissão, com a utilização de recursos tecnológicos, fora das dependências físicas do Órgão ou da Entidade de sua lotação, e cuja atividade, não constituindo por sua natureza trabalho externo, possa ter seus resultados efetivamente mensuráveis, com efeitos jurídicos equiparados àqueles da atuação presencial, nos termos deste Decreto.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado da Saúde fixar, por ato normativo próprio, critérios para o enquadramento dos servidores como pertencentes ao grupo de risco, que poderão ser submetidos ao regime de teletrabalho. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 5686 DE 15/09/2020).**

(Revogado pelo Decreto Nº 5686 DE 15/09/2020):

§ 2ºA A regra contida no § 2º deste artigo não se aplica aos servidores públicos da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil e aos servidores de saúde dos demais órgãos e entidades; **(Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 4258 DE 17/03/2020).**

(Revogado pelo Decreto Nº 5686 DE 15/09/2020):

§ 2ºB A autoridade superior dos órgãos relacionados no § 2ºA deste artigo poderá excepcionalizar, de maneira personalíssima, o teletrabalho aos servidores enquadrados nos grupos de risco previstos nos incisos do § 2º deste artigo, mediante regulamentação interna. **(Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 4258 DE 17/03/2020).**

§ 3º Os servidores que apresentarem quaisquer dos sintomas do COVID-19 ou regressos de localidades em que o surto tenha sido reconhecido deverão realizar o teletrabalho desde o início dos sintomas ou do regresso, no prazo de quatorze dias.

§ 4º Na impossibilidade técnica e operacional de conceder teletrabalho aos servidores relacionados neste artigo, deverão ser afastados de suas atividades sem prejuízo da remuneração ou subsídio.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se aos residentes técnicos, estagiários de nível médio, graduação e pós-graduação dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 5797 DE 28/09/2020).**

§ 6º Os servidores que estiveram em viagens a localidades em que o surto do COVID-19 tenha sido reconhecida deverão informar, inclusive por meio eletrônico, se necessário, a Unidade de Recursos Humanos ou a Chefia Imediata, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes do retorno ao trabalho, a localidade que estiveram, com a respectiva documentação comprobatória.

§ 7º As metas e atividades a serem desempenhadas nesse período serão acordadas entre a Chefia Imediata e o servidor, devidamente autorizadas pelo Diretor-Geral do Órgão ou Entidade.

§ 8º Quando houver dúvida quanto às localidades em que o risco se apresenta, a Chefia Imediata deverá consultar o Centro de Operação de Emergência da SESA.

§ 9º Excepcionaliza-se da limitação dos horários de expedientes previstos no caput deste artigo os servidores vinculados à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, à Casa Militar da Governadoria, às Unidades socioeducativas da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho - SEJUF, ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR, à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, à Receita Estadual, à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e vinculadas, à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os servidores exercendo suas funções por meio de teletrabalho. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 5284 DE 29/07/2020).**

(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 6080 DE 04/11/2020):

Art. 8º Fica autorizada, a partir do dia 10 de março de 2021, a retomada das aulas presenciais em escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas com o Estado do Paraná, e em Universidades públicas, mediante o cumprimento do contido na Resolução nº 98/2021 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA. **(Redação do caput dada pelo Decreto Nº 7020 DE 05/03/2021).**

§ 1º O período de suspensão poderá ser compreendido como antecipação do recesso escolar de julho de 2020, a critério da autoridade superior dos Órgãos e Entidades relacionados no caput deste artigo.

(Revogado pelo Decreto Nº 6727 DE 27/01/2021):

§ 2º Fica autorizada, em caráter excepcional, a realização de aulas práticas de laboratórios e de estágios supervisionados obrigatórios de modo presencial nos estabelecimentos da rede de educação básica que ofertam o ensino profissionalizante, durante o período de suspensão das aulas presenciais, desde que ocorram:

I - em ambientes previamente autorizados a funcionar pela Secretaria de Estado da Saúde;

II - de acordo com planos de estudo devidamente aprovados no âmbito institucional;

III - mediante assinatura de termo de livre consentimento por parte do estudante (ou responsável).

(Revogado pelo Decreto Nº 6727 DE 27/01/2021):

§ 3º Fica autorizada, em caráter excepcional, a realização de estágios supervisionados obrigatórios dos cursos das instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino de modo presencial, durante o período de suspensão das aulas presenciais, desde que ocorram:

I - em ambientes profissionais previamente autorizados a funcionar pela Secretaria de Estado da Saúde;

II - de acordo com planos de estudo devidamente aprovados no âmbito institucional;

III - mediante assinatura de termo de livre consentimento por parte do estudante.

§ 4º O retorno das aulas presenciais nas instituições de educação básica será coordenado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED. **(Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 6727 DE 27/01/2021).**

§ 5º O retorno das aulas presenciais nas Universidades se dará após deliberação do órgão competente em cada instituição, em atenção ao princípio constitucional da autonomia universitária, respeitados os procedimentos estabelecidos pela Resolução 632/2020-SESA e as orientações da Comissão de Especialistas coordenada pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, SETI. **(Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 6727 DE 27/01/2021).**

Art. 9º Caberá à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, expedir orientações sobre a necessidade de limpeza e demais recomendações no âmbito do transporte público coletivo.

Art. 10. A Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura e a Superintendência Geral do Esporte, devidamente instruídas pela Secretaria de Estado da Saúde, poderão suspender a visitação em teatros, cinemas, bibliotecas, museus e outros eventos artísticos, culturais e esportivos. **(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 5807 DE 28/09/2020).**

(Revogado pelo Decreto Nº 5692 DE 18/09/2020):

(Artigo acrescentado pelo Decreto Nº 4310 DE 20/03/2020):

Art. 10A. Ficam suspensas, a partir do dia 21 de março de 2020, as visitas e os embarques e desembarques na Ilha do Mel.

§ 1º Excepcionalizam-se à regra do caput deste artigo os embarques e desembarques:

I - de moradores;

II - considerados essenciais para fins de abastecimento ou socorro médico;

III - relacionados a outras situações excepcionais definidas pela autoridade sanitária competente, como servidores vinculados à Secretaria de Estado da Saúde- SESA, à Secretaria de Estado da Segurança

Pública - SESP, à Coordenadoria Estadual da Defesa Civil e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável Turismo - SEDEST.

§ 2º O retorno de turistas e demais visitantes da Ilha do Mel aos respectivos locais de origem deverá ser providenciado até o dia 23 de março de 2020.

Art. 11. A Secretaria de Estado da Fazenda deverá providenciar o contingenciamento do orçamento para que os esforços financeiro-orçamentários sejam redirecionados para a prevenção e combate do COVID-19.

Art. 12. Caberão à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a orientação, averiguação e monitoramento da movimentação de pessoas nos limites territoriais do Estado, através de regulamentação expedida pela SESA.

Art. 13. Caberão à Secretaria de Estado da Saúde, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho determinarem a suspensão das visitas em hospitais, penitenciárias e Unidades socioeducativas. **(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 4323 DE 24/03/2020).**

Art. 14. A requisição administrativa, como hipótese, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base referencial na tabela SUS, quando for o caso, e terá suas condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados pela Secretaria de Estado de Saúde, sendo certo que, seu período de vigência não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, e envolverá, em especial:

I - hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos;

II - profissionais da saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública.

Art. 15. Os Titulares dos Órgãos e Entidades compreendidos no art. 1º deste Decreto deverão reavaliar a necessidade da permanência ou a diminuição dos empregados de empresas terceirizadas que prestam serviços para Administração.

Art. 16. A Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná deverá disponibilizar álcool em gel em todas as repartições públicas, além de instalar dispensadores nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões, assim como aumentar a frequência de limpeza em locais públicos, especialmente banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas.

Art. 17. A tramitação dos processos referentes a assuntos vinculados a este Decreto ocorrerá em regime de urgência e prioridade absoluta em todos os Órgãos e Entidades do Estado.

Art. 18. Ficam suspensos, no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, os prazos recursais, de defesa dos interessados nos processos administrativos e o acesso aos autos dos processos físicos, até o dia 31 de maio de 2020. **(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 4658 DE 14/05/2020).**

(Redação do artigo dada pelo Decreto Nº 4311 DE 20/03/2020):

Art. 19. A adoção das medidas previstas neste Decreto deverá ser considerada no âmbito dos outros Poderes, Órgãos ou Entidade autônomas, inclusive na iniciativa privada, em regime de colaboração no enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infecção Humana pelo COVID-19, bem como poderão ser reavaliadas a qualquer tempo de acordo com a evolução da pandemia.

§ 1º Além das medidas previstas neste Decreto, deverá ser considerada a suspensão das seguintes atividades:

I - shopping centers, galerias e centros comerciais;

II - academias, centros de ginásticas e esportes em geral.

§ 2º Não se incluem na suspensão prevista no § 1º do art. 19 deste Decreto, os estabelecimentos médicos de todas as áreas, hospitalares, laboratoriais, farmacêuticos, postos de combustíveis, distribuidoras e revendedoras de gás, supermercados, bancos, estabelecimentos de alimentação apenas na modalidade delivery, localizados em shoppings centers, galerias e centros comerciais.

(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 5881 DE 07/10/2020):

§ 3º Para fins de cumprimento deste artigo, deverão ser considerados como integrantes do grupo de risco os povos indígenas e demais moradores de comunidades tradicionais, orientado nas ações pela proteção de seus direitos e respeitando sua integridade, assim caracterizados:

I - Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Compreendem povos e comunidades tradicionais paranaenses:

1. Povos indígenas;
2. Povos Ciganos;
3. Povos de Terreiro (Religiões de Matriz Africana);
4. Comunidades de Remanescentes de Quilombos;
5. Comunidades Tradicionais Negras;
6. Comunidades dos Ilhéus do Litoral;
7. Comunidades dos Ribeirinhos, Ilhéus e Pescadores Artesanais do Rio Paraná;
8. Comunidades dos Caiçaras;
9. Comunidade dos Ilhéus do Litoral do Paraná;
10. Comunidade dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná;
11. Comunidades das Benzedeadas/Benedeiras;
12. Comunidades dos Faxinalenses;
13. Comunidades dos Cipoeiros.

Art. 19.A Não se incluem na suspensão prevista no parágrafo único do art. 19 deste Decreto, os estabelecimentos médicos de todas as áreas, hospitalares, laboratoriais, farmacêuticos, postos de combustíveis, distribuidoras e revendedoras de gás, supermercados, bancos, estabelecimentos de alimentação apenas na modalidade delivery, localizados em shoppings centers, galerias e centros comerciais. **(Artigo acrescentado pelo Decreto Nº 4302 DE 19/03/2020).**

Art. 20. Toda pessoa colaborará com as autoridades sanitárias na comunicação imediata de possíveis contatos com agentes infecciosos e circulação em áreas consideradas como regiões de contaminação do COVID-19.

(Revogado pelo Decreto Nº 5686 DE 15/09/2020):

Art. 20A. O descumprimento das determinações contidas neste Decreto poderá ensejar aos infratores as penalidades contidas na Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020 do Governo Federal. **(Artigo acrescentado pelo Decreto Nº 4310 DE 20/03/2020).**

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19.

Curitiba, em 16 de março de 2020, 199º da Independência e 132º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

GUTO SILVA

Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

Secretário de Estado da Saúde

ANEXO B**OFÍCIO Nº 083/2021**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Se Liga! É tempo de aprender mais!

O final do ano letivo se aproxima, chegando a hora de implementar ações que viabilizem a intensificação da aprendizagem dos estudantes, tanto para os que avançaram em seu rendimento escolar, como aos que precisam de apoio para compreender melhor conteúdos considerados essenciais.

A partir do dia 30/11/2020, a organização das aulas não presenciais terá como foco a proposta “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS!”

Essa proposta tem dois objetivos fundamentais:

Y A retomada dos conteúdos essenciais para o desenvolvimento das habilidades e competências e a reavaliação (para os estudantes que estão com defasagens nos conteúdos ou apresentaram dificuldades no acesso às aulas não presenciais) e;

Y O aprofundamento dos conhecimentos (para aqueles estudantes que avançaram em seu desenvolvimento escolar).

Para atingir seus objetivos, é necessário planejar e desenvolver, na instituição de ensino, ações pedagógicas propositivas, pontuais e diversificadas, adequadas aos diferentes perfis dos estudantes, inclusive de forma presencial, conforme as diferentes necessidades, tendo como prioridade, os estudantes que estão com baixo rendimento escolar.

Além disso, é mais um momento de valorizar e potencializar a aprendizagem dos estudantes, envolvendo-os em grupos de estudo online e/ou presenciais, com propostas desafiadoras, bem como no auxílio ao desenvolvimento das atividades de intensificação da aprendizagem, por meio da monitoria de alunos, ação colaborativa a ser instigada e organizada pelas equipes gestoras. Ressalta-se a importância da participação nas Aulas Paraná, respondendo as atividades obrigatórias. Os encaminhamentos e as ações a serem realizadas neste período de intensificação de aprendizagem deverão ser discutidos e decididos no coletivo, por meio de meet, ou presencialmente (quando for possível), envolvendo professores, equipe pedagógica e direção. Após o planejamento da ação, esta deverá ser apresentada ao Conselho Escolar, para análise e aprovação. É fundamental que a intencionalidade deste trabalho e os encaminhamentos sejam claros e divulgados para toda a comunidade escolar (alunos, pais, agentes educacionais, professores e equipe gestora), para que compreendam a importância do engajamento de todos nesse período. Todos os combinados e estratégias a serem desenvolvidos precisam ser registrados pela escola e acompanhados pelo NRE.

Aos Chefes, Coordenadores(as) Pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação e Diretores(as)

Assinado por: Roni Miranda Vieira em 23/11/2020 10:27. Inserido ao protocolo 16.315.769-1 por: Alexandra Maria dos Santos em: 20/11/2020 15:33. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: adc1d81ca7d7f33729fcd1a98b80fb3e.

As Equipes Gestoras encaminharão ao NRE, até o dia 27/11/2020, a relação dos estudantes prioritários (com rendimento escolar abaixo do previsto para a fase) para participarem do “Se Liga! É tempo de Aprender Mais!”, identificados a partir dos dados consolidados de rendimento dos estudantes (BI Escola Total). Após o encerramento do “Se Liga! É tempo de Aprender Mais!”, uma nova relação, com os resultados atingidos pelos estudantes, deverá ser enviada ao NRE até o dia 22/12/2020.

É necessária a elaboração de um planejamento diferenciado/coerente para a retomada dos conteúdos essenciais, intensificando a interação com os estudantes de forma síncrona e com atividades que oportunizem a expressão do conhecimento pelos estudantes. Ressalta-se que a devolução das atividades valida a frequência. As trilhas de aprendizagem, para os estudantes que estão participando das aulas não presenciais, precisam contemplar propostas de estudo dirigido que permitam a retomada dos conceitos basilares por meio de textos objetivos. Na medida do possível, respeitando as normas de segurança, seria importante instigar que esses estudantes participem do Programa Mais Aprendizagem de forma presencial nesse período, além da possibilidade de atendimento de pequenos grupos de estudos, conforme a possibilidade de cada instituição de ensino. Ressalta-se a importância de encaminhamentos metodológicos que privilegiem o nível de aprendizagem mais no concreto, com metodologias ativas e diferentes formas de acesso às aulas não

presenciais, envolvendo todos os estudantes, seja pelo material impresso ou de forma on-line. Destaca-se a importância de o professor observar se o que conseguiu ensinar, os estudantes conseguiram demonstrar que aprenderam, bem como considerar que em 2021 será utilizado um currículo priorizado, focado nas principais habilidades a serem desenvolvidas a partir da abordagem dos conteúdos considerados imprescindíveis. Amparo legal:

- Essa proposta é pautada nas seguintes legislações:
1. a Constituição Federal, Art. 205;
 2. a Deliberação n.º 02/2018 CEE/PR;
 3. a LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 12, inciso V; Art. 13, inciso IV; e Art. 24, a, c, e;
 4. o Parecer n.º 12/1997 - CNE/CEB, que complementa a LDBEN n.º 9.394/1996, item 2.1.;
 5. a Deliberação n.º 07/1999 – CEE/PR, que trata das normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos, do sistema estadual de ensino, em nível do Ensino Fundamental e Médio;
 6. a Resolução n.º 3.794/2004, que estabelece a nota 6,0 (seis vírgulas zero) como média de aprovação para os estudantes da rede pública estadual de educação básica, a partir do ano letivo de 2005;
 7. o Parecer n.º 05/2020 – CNE, que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;
 8. o Parecer n.º 11/2020 – CNE, que trata das orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia;
 9. o Parecer n.º 15/2020 – CNE, que trata das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020;
 10. a Resolução n.º 1733/2020 – GS/SEED, altera e acresce dispositivos à Resolução n.º 891 – GS/SEED, de 2020;
 11. a Instrução n.º 15/2017 – SUED/SEED, que dispõe sobre a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção dos (as) estudantes das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná, principalmente nos seguintes itens:
 - 11.1. Cabe à instituição de ensino garantir a todos os estudantes direitos de aprendizagem para que possam avançar em seu percurso escolar, bem como oportunizar meios para recuperação dos estudantes que se encontram em situação de menor rendimento.
 - 11.2. Cabe ao docente cuidar da aprendizagem dos estudantes, acompanhar, realizar interação e estabelecer estratégias para a recuperação aos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
 12. o Ofício n.º 040/2020 – DEDUC/SEED que discorre especificamente sobre os objetivos e as formas de se avaliar os estudantes no momento de aulas não presenciais;
 13. o Ofício n.º 048/2020 – DEDUC/SEED que trata das orientações para a realização do Conselho de Classe do 1º trimestre de 2020.

As escolas têm total autonomia para planejar e desenvolver o “Se Liga! É tempo de Aprender mais!”, mas é imprescindível considerar que, para atingir os objetivos desta proposta, a utilização de novas estratégias de ensino e o olhar diferenciado sobre o que é avaliar em épocas de aulas não presenciais devem ser a premissa!

Para que a proposta atinja o seu objetivo, é necessário que se planejem ações e estratégias considerando, além das diferentes formas de acesso dos estudantes às aulas não presenciais (Aula Paraná, Classroom, TV aberta e Atividades Impressas), as seguintes premissas:

- Y A necessidade de ampliar as oportunidades de ensino e de aprendizagem, a fim de subsidiar as ações pedagógicas, inclusive por meio da disponibilização do Laboratório de Informática para acesso dos estudantes, bem como atendimentos pedagógicos presenciais escalonados, conforme assegura a Resolução n.º 1733/2020, art. 1º, § 4º.
- Y A identificação dos estudantes que serão prioritários para o atendimento neste período de intensificação da aprendizagem, conforme os critérios definidos pela escola, sendo ofertada aos estudantes de diferentes níveis e etapas de ensino.
- Y A definição dos conteúdos essenciais a serem trabalhados nesse período, bem como as estratégias que serão utilizadas com os estudantes, respeitando o seu desenvolvimento cognitivo e as necessidades dos estudantes.

Y As atividades devem ser planejadas coletivamente, tendo como intencionalidade a intervenção pedagógica por meio de atividades diferenciadas, como: trabalhos em grupo, atividades práticas que envolvam materiais concretos, experiências, atividades orais, seminários, projetos, estudos dirigidos, avaliações escritas, oficinas, monitoria de alunos, atividades utilizando mídias, sala de aula invertida, aulas on-line em tempo real, aulas, cronograma de atendimento pedagógico presencial escalonado, postagem no google classroom (formulários de atividades e materiais complementares), oportunizando a expressão do conhecimento por meio de diferentes linguagens, dentre outras estratégias metodológicas desenvolvidas em sala de aula e também em outros espaços escolares, de forma síncrona ou assíncrona, dependendo de cada caso.

Y Priorizar a realização das aulas online conforme a necessidade individual de cada estudante, a partir da análise do BI Escola Total (Boletim da Escola). É possível que os professores organizem grupos, conforme essas necessidades para a realização dos aulas. Essa ação deve ser planejada junto aos professores, conforme a realidade e a necessidade de cada instituição de ensino.

Y Definir a organização das turmas por série, por disciplina, por tema, por área do conhecimento para a interação online, aulas, atendimento presencial no Programa Mais Aprendizagem e saúde recursos.

Y Os estudantes, em hipótese alguma, serão dispensados das atividades, assegurando-se o cumprimento de, no mínimo, 800 horas de efetivo trabalho escolar com todos.

Y As atividades planejadas durante esse período serão ofertadas de forma contínua e processual, observando as dificuldades e potencialidades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes durante todo o ano letivo, contemplando, prioritariamente, aqueles conteúdos considerados pré-requisitos para que o aluno acompanhe a série/o ano seguinte.

Y Os resultados obtidos pelos estudantes durante esse período serão registrados no Registro de Classe Online, ou seja, a nota e as faltas poderão ser revistas à medida que os alunos forem estudando, entregando as atividades e adquirindo o conhecimento necessário para avançar no desenvolvimento de habilidades e competências específicas esperadas para cada fase, conforme Ofício n.º

48/2020 – DEDUC/SEED.

Avaliação da aprendizagem

Para a avaliação da aprendizagem dos estudantes nesse período, sugere-se que:

Y Sejam utilizados novos instrumentos avaliativos ou formatos de avaliação, para a recuperação do rendimento dos trimestres/bimestres anteriores, os quais não poderão ter um valor maior do que 10,0 (dez) para cada período avaliativo, disponibilizando-os em tempo hábil para a devolução e correção das atividades dos estudantes que utilizam material impresso.

Y Com relação ao desenvolvimento dos estudantes no período de realização dessa ação, caberá ao professor a revisão das notas anteriores, inclusive para valorizar o esforço dos estudantes que melhoraram seu rendimento no período de implementação do “Se liga! É tempo de aprender mais!”.

Y Sejam consideradas as condições excepcionais de ensino e de aprendizagem pela qual estamos passando, validando a frequência a partir das atividades entregues/respondidas e avaliando todo o percurso feito pelos estudantes, num processo contínuo cujo resultado final venha expressar a aprendizagem, mesmo que mínima, tomada na sua melhor forma, considerando que o processo de ensino-aprendizagem é contínuo.

Orientação e Formação dos Profissionais da Educação

Está sendo disponibilizado aos profissionais da Educação um curso on-line, com certificação sobre o “Se liga! É tempo de aprender mais!”, com o objetivo de apresentar mais detalhadamente a proposta, além de sugerir metodologias e encaminhamentos de como planejar e implementar a ação de acordo com a realidade da instituição de ensino.

No Canal do Professor são disponibilizadas webinars que tratam da proposta com sugestões de encaminhamentos conforme a especificidade de cada série/ano, componente curricular/disciplina.

Sobre os Registros

No Livro Registro de Classe Online (LRCO) há um campo específico para o lançamento das notas no 1º, 2º e 3º trimestres do “Se liga! É tempo de aprender mais!”, disponível para o preenchimento pelos professores, conforme desenvolvimento proposta. Será validada a maior nota apresentada no período avaliativo e computada automaticamente.

Quanto ao Livro Registro de Classe (LRC), as atualizações das notas dos estudantes também deverão constar nele, porém sem rasurar os registros anteriores, ou seja, os registros antigos continuarão constando no LRC, mas serão consideradas as novas notas, desde que maiores.

Os demais campos seguem orientações realizadas até o presente momento. Compete à Equipe Pedagógica a validação dos registros mediante emissão de parecer.

Assinado eletronicamente
Elia Provençani Albano
Departamento de Acompanhamento Pedagógico

Assinado eletronicamente
Roni Miranda
Diretoria de Educação

Assinado por: Roni Miranda Vieira em 23/11/2020 10:27. Inserido ao protocolo 16.315.769-1 por:
Alexandra Maria dos Santos em: 20/11/2020 15:33. Documento assinado nos termos do art. 18 do
Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
dc1d81ca7d7f33729fcd1a98b80fb3